



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Cristina Maria Pegado Gonçalves Mendes Afonso

A Desafiliação do Sem-Abrigo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria Inês Martinho Antunes Amaro, Professora Auxiliar  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2017

## AGRADECIMENTOS

Este espaço dedico a todos aqueles que me apoiaram e contribuíram para que hoje entregue esta tese.

Embora a sua execução se caracterize por ser um trabalho solitário, com momentos de desespero e incertezas, não foi um caminho isolado, mas na companhia de família, amigos e orientadora, caso contrário não seria possível.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu marido, Luís Afonso, pela paciência, dedicação, carinho e incentivo, nunca deixando que o desânimo prevalecesse.

À minha orientadora, Professora Dra. Inês Amaro que orientou esta tese de forma surpreendente, sempre disponível a apoiar e cooperar.

Aos meus filhos, Catarina, Gonçalo e Diogo, que me motivaram.

Aos amigos pelas palavras de incentivo que me dirigiam quando me viam mais desorientada entre obrigações familiares e vida académica.

À Dra. Maria da Luz Cachapa, Diretora do Centro Porta Amiga de Almada, pela colaboração, consentindo que as entrevistas se realizassem nas instalações do centro e na cedência de dados estatísticos relativos ao ano de 2016.

E, a todos os docentes que fizeram parte deste projeto.

Um Grande Obrigado!

Dedico este trabalho

Aos meus filhos, para que nunca se deixem vencer  
pelos obstáculos e lutem pelos seus sonhos.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de desafiliação das pessoas que se encontram na condição de sem-abrigo com base numa metodologia mista.

No que respeita à metodologia quantitativa, efetuou-se com a colaboração de uma instituição que faz o acompanhamento de situações de sem-abrigo, onde foi possível traçar o perfil socioeconómico desta população, através dos dados da instituição referentes ao ano de 2016.

Os dados qualitativos assentam numa lógica de investigação indutiva, utilizando como técnica principal a entrevista narrativa ou em profundidade, na qual participaram dez indivíduos.

A análise do fenómeno fez-se essencialmente a partir do quadro conceptual relativo à pobreza, exclusão social e desafiliação que permitiu a aproximação ao mundo do sem-abrigo.

Os resultados do estudo apontam para que o processo de desafiliação se explique através da inter-relação entre trajetórias de vida e agentes externos e internos que potenciam a condição e explicam em simultâneo a vulnerabilidade individual.

Observou-se ainda uma heterogeneidade de fatores capazes de conduzir à condição de sem-abrigo, pese embora predomine o enfraquecimento dos vínculos sociais.

**Palavras-Chave:** Sem-Abrigo; Pobreza e Exclusão Social; Desafiliação; Histórias de vida;

## **ABSTRACT**

The present study aims to understand the process of disaffiliation of people who are homeless based on a mixed methodology.

The quantitative methodology, was carried out with the collaboration of an institution that monitors homeless situations, where it was possible to trace the socioeconomic profile of this population, through the institution's data for the year 2016.

The qualitative data are based on a logic of inductive investigation, using as main technique the narrative interview or in depth narrative, in which ten individuals participated.

The analysis of the phenomenon was made essentially from the conceptual framework on poverty, social exclusion and disaffiliation , which allowed the approach to the world of the homeless.

The results of the study point out that the process of disaffiliation can be explained through the interrelationship between life trajectories and external and internal agents that enhance the condition and simultaneously explain individual vulnerability.

It was also observed a heterogeneity of factors capable of conducting homelessness, despite the weakness of social ties.

**Keywords:** Homeless; Poverty; Social Exclusion; Disaffiliation; Life stories;

## ÍNDICE

<b>Agradecimentos</b> .....	i
<b>Resumo</b> .....	ii
<b>Abstract</b> .....	iii
<b>Índice</b> .....	iv
<b>Índice de Figuras, Gráficos e Quadros</b> .....	vi
<b>Introdução</b> .....	1
<b>CAPITULO I – Revisão de Literatura</b> .....	3
1.1. Discussões Conceptuais: Pobreza, Exclusão Social .....	3
1.2. Conceito de Sem-Abrigo: Trajetória e Definição .....	6
1.3. Fatores de Causalidade da Situação de Sem-Abrigo .....	11
1.3.1    A Saúde .....	12
1.3.2    O Capital Social .....	14
1.3.3    A Marginalidade e o Estigma .....	16
1.4. A Desafiliação como Processo Conducente à Situação de Sem-Abrigo .....	18
1.5. Políticas Sociais Direcionadas ao Sem-Abrigo .....	22
1.6. Perfil do Sem-Abrigo em Portugal .....	24
<b>CAPITULO II- Metodologia</b> .....	28
2.1. Natureza da Investigação .....	28
2.2. Objeto Empírico .....	29
2.3. Amostra .....	29
2.4 . Métodos e Técnicas a Utilizar .....	30
2.5. Análise de Conteúdo .....	31
2.6. Modelo de Análise .....	31
2.7. Desenho da Pesquisa .....	33
<b>CAPITULO III- Análise Resultados</b> .....	34
3.1.Resultados Quantitativos .....	34
3.2. Interpretação das Entrevistas .....	42
3.2.1. Perfil da População Entrevistada .....	42
3.3. Histórias de Vida .....	43
3.3.1. Biografia do Sr. Eduardo .....	43

3.3.2. Biografia da D. Clara .....	45
3.3.3. Biografia do Sr. Rui .....	47
3.3.4. Biografia do Sr. Joaquim.....	48
3.3.5. Biografia do Sr. Paulo .....	50
3.3.6. Biografia da D. Lina.....	51
3.3.7. Biografia do Sr. António .....	53
3.3.8 Biografia Sr. Francisco.....	54
3.3.9. Biografia Sr. Manuel.....	55
3.3.10. Biografia Sr. Vitor.....	59
3.4 Análise das Trajetórias de Vida dos Entrevistados .....	61
3.4.1. Dimensão Social.....	61
3.4.2. Dimensão Económica.....	63
3.4.3. Dimensão institucional.....	66
3.4.4. Dimensão Simbólica .....	67
3.5. Discussão de Resultados .....	67
<b>Conclusão</b> .....	71
<b>Bibliografia</b> .....	74
<b>ANEXOS</b> .....	i
Anexo 1 – Ethos Tipologia Europeia de Exclusão relacionada com Habitação .....	i
Anexo 2 - Requisitos Operacionais do Conceito de Sem-Abrigo .....	ii
Anexo 3 – Modelo Intervenção e Acompanhamento.....	v
Anexo 4 – Guião Entrevista .....	vi
Anexo 5 – Consentimento Informado .....	viii
Anexo 6 – Síntese Entrevistas.....	ix
Anexo 7 - Curriculum Vitae .....	xiv

## ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

### Figuras:

<b>Figura 1</b>	Vias de Desafiliação .....	19
<b>Figura 2</b>	Etapas do processo de Desafiliação .....	21
<b>Figura 3</b>	Distribuição em Portugal de Sem-Abrigo, em 2016 .....	26
<b>Figura 4</b>	Síntese da condição de Sem-Abrigo .....	27
<b>Figura 5</b>	Desenho de Pesquisa .....	33

### Gráficos:

<b>Gráfico 1</b>	Distribuição por género .....	34
<b>Gráfico 2</b>	Frequência por Idade e Género .....	35
<b>Gráfico 3</b>	Habilitações Literárias .....	35
<b>Gráfico 4</b>	Naturalidade .....	36
<b>Gráfico 5</b>	Estado civil .....	36
<b>Gráfico 6</b>	Relacionamentos .....	37
<b>Gráfico 7</b>	Tipo de recursos .....	37
<b>Gráfico 8</b>	Locais de Pernoita .....	38
<b>Gráfico 9</b>	Tempo em estado de sem-abrigo .....	39
<b>Gráfico 10</b>	Motivos da condição de sem-abrigo (resposta múltipla) .....	39
<b>Gráfico 11</b>	Necessidade Básicas (resposta múltipla) .....	40

### Quadros:

<b>Quadro 1</b>	Operacionalização do Conceito de Desafiliação .....	32
<b>Quadro 2</b>	Perfil dos Entrevistados .....	42

## LISTA DE ABREVIATURAS

AMI	Fundação de Assistência Médica Internacional
CEI+	Contrato de Emprego e Inserção+
CPAA	Centro de Porta Amiga de Almada
CRP	Constituição da República Portuguesa
DSM-V	Manual de Diagnostico e Estatístico de Transtornos Mentais
ENIPSA	Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo
ETHOS	European Typology on Homelessness and Housing Exclusion
FEANTSA	Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo
INE	Instituto Nacional de Estatística
LNES	Linha Nacional de Emergência Social
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
NPISA	Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-Abrigo
OMS	Organização Mundial de Saúde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIA	Plano Integrado de Almada
PSP	Polícia de Segurança Pública
RSI	Rendimento Social de Inserção



## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de desafiliação na pessoa que se encontra em condição de sem-abrigo.

A análise do tema prende-se com o enigma existente por trás da história individual destas pessoas, levando à questão *“Como se faz sentir o processo de desafiliação na trajetória de vida das pessoas sem-abrigo?”*

Existem inúmeros fatores que estão na base desta condição, compreender os de maior impacto é o objetivo do presente trabalho.

A condição de sem-abrigo é antes de mais, à luz do cidadão comum, uma consequência de escolhas incorretas, por vezes observadas como escolhas voluntárias, merecendo por isso “pagar” por elas. É frequente ouvir-se *“está a pagar pela situação que ele próprio provocou”*.

Contudo, ninguém nasce sem-abrigo nem cai nessa condição de um momento para o outro, ou mesmo por escolha própria. Existe um caminho, onde se verifica um conjunto de ocorrências nefastas que levam o indivíduo a romper de forma gradual com a normatividade social e que se configura em situações de pobreza, exclusão e *in extremis*, em desafiliação. Esses fatores podem ser de ordem estrutural, individual e até mesmo psicológica.

Apesar da ausência de habitação ser a primeira dimensão a ressaltar, a condição de sem-abrigo, comporta um conjunto de adversidades e carências que vão além da carência habitacional, ainda que esta seja a mais visível e emergente. Quem se encontra na condição de sem-abrigo, vê condicionado o exercício da sua cidadania, seja pela redução da proteção e reconhecimento, que à partida estariam garantidas (Aldeia, 2014: 232-233), mas também pelas escassas condições de habitabilidade.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), no artº 65 prevê que *“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”*.

De facto o direito à habitação é um pressuposto do estatuto de cidadania, porém nem todos os cidadãos o conseguem concretizar. Exemplo desta realidade, são as pessoas que se encontram na condição de sem-abrigo que, conforme a própria designação indica, os transporta para um quadro de alguém que vive na rua, sem teto ou

lugar de pernoita ou com diferentes formas de pernoita, como seja, centros de abrigo, casas de amigos, carro, barracas, etc.

Neste sentido, a complexidade do fenómeno de sem-abrigo obriga a um enquadramento mais amplo como é o da pobreza e exclusão social.

## CAPITULO I – REVISÃO DE LITERATURA

### 1.1. Discussões Conceptuais: Pobreza, Exclusão Social

O conceito de pobreza monopolizou desde sempre os problemas de pessoas e grupos desfavorecidos, a par do conceito de exclusão de social, que a partir da década de oitenta assumem especificidades distintas.

De uma forma sintética, o conceito de pobreza remete para uma abordagem de distribuição de recursos, bens e serviços, num modelo vertical, onde os que tem mais se situam no topo, e os que têm menos progressivamente mais abaixo; ao passo que o conceito de exclusão adota uma perspectiva de dentro para fora, enfatizando os laços sociais entre o indivíduo e a sociedade (Bruto da Costa, 2012:60). Neste sentido, vai além da privação de recursos, podendo estar excluído sem que se verifique escassez de recursos.

Contudo é importante ter presente que a pobreza difere de sociedade para sociedade, consoante o padrão de vida e as condições oferecidas aos próprios cidadãos, sendo por isso necessário estabelecer critérios para a sua definição.

Neste sentido e recorrendo às perspetivas tradicionalistas, salienta-se a socioeconómica e a culturalista. A primeira, centrada na distribuição de recursos, integra os conceitos de pobreza relativa, absoluta e subjetiva, que respetivamente correspondem à não satisfação das necessidades básicas, padrões da sociedade em geral e por fim a perceção que cada um faz da situação que vivencia (Rodrigues et al., 1999:67). Referir, que a noção de subsistência, associa-se à pobreza absoluta, onde se encontram pessoas, famílias e grupos com recursos insuficientes para garantir o seu sustento (Capucha, 2005:69).

Numa perspetiva culturalista, emerge o conceito de “cultura da pobreza”, que alguns autores defendem como comportamentos intergeracionais característicos dos pobres. Entre esses autores, destaca-se Oscar Lewis que considera “*a cultura da pobreza é, ao mesmo tempo uma adaptação e uma reação dos pobres à sua posição marginal numa sociedade de classes estratificada, altamente individualizada e capitalista. Representa um esforço para fazer face aos sentimentos de desespero que nascem quando os pobres compreendem até que ponto é improvável que alcancem o êxito tal como este se concebe segundo os valores e os objetivos da sociedade em que vivem*” (Apud Paugam, 2003:27). Esta teoria foi alvo de diversas críticas,

nomeadamente Anthony Leeds que condena a atribuição do fenómeno as causas individuais que se reproduzem de geração em geração. (Idem ibidem).

Ainda nesta perspetiva, Capucha (2005:67) a partir da observação de comunidades muito pobres, reconhece a existência de “modos de vida”, onde identifica oito tipos-ideais: a destituição, a restrição, a dupla referência, a poupança; a convivialidade, o investimento na mobilidade, a transitoriedade e a desafetação. Esta última composta por grupos “marginais” (Capucha, 2015:58) como os sem-abrigo, jovens em risco, minorias étnicas, toxicodependentes, entre outros.

Quem se encontra em condição de pobreza está de alguma forma em situação de exclusão, com carência de algo, seja pela sua parca relação com os sistemas geradores de rendimento que condicionam o acesso a um conjunto de bens e transportam o indivíduo para a situação de “excluído” (Bruto da Costa, 2012:63); ou ainda pela carga negativa associada a esta condição, onde o pobre por vezes surge, como o marginal, estigmatizado, desvinculado ou desafiliado (Fernandes, 1991 *Apud* Capucha, 2005:66).

Todavia, o inverso nem sempre se verifica, exemplo disso são os idosos, que independentemente dos seus recursos, o seu maior problema é a solidão, comprovando assim que a pobreza é uma das formas de exclusão (Bruto da Costa, 2012:63).

A escassez de recursos conduz à privação de bens e serviços, produzindo desigualdades, carências que se tornam visíveis através da qualidade de vida, (alimentação, emprego, habitação, saúde, educação), configurando-se em violação dos Direitos Humanos.

Doz Costa (2008:95) alude à relação entre pobreza e Direitos Humanos, associando o fenómeno não só com a falta de rendimentos, mas também a “*privação de capacidades*” que comporta a dimensão das liberdades fundamentais e dos direitos humanos. Acrescenta ainda que do ponto de vista moral, o facto de nem todos terem acesso às condições básicas de sobrevivência é uma violação (Idem, p.89).

Outra perspetiva sobre a pobreza, não menos importante, é a da Amartya Sen que a entende como “*uma das formas de privação da liberdade humana*” (Oliveira M., e al, 2007). Este autor associa a pobreza à liberdade individual, através de dois conceitos que desenvolve: a habilitação (*entitlement*) que permite o acesso a, e a capacidade (*capacity*), entendida como a liberdade do indivíduo em satisfazer as necessidades básicas, conferindo-lhe autonomia. Se um indivíduo não tem condições para satisfazer as suas necessidades básicas não tem condições para exercer outras dimensões de

liberdade, configurando-se deste modo na *“negação dos direitos humanos fundamentais”* (Bruto da Costa, 2012:22-23).

No que se refere ao conceito de exclusão, surge como ideia de inadaptação social, marginalidade e *“underclass”* que remete para uma população que se encontra à margem do progresso económico, nomeadamente doentes mentais, toxicómanos, alcoólatras e outros grupos vulneráveis cuja integração é precária (Leal, 2004: 3).

Posteriormente, com o processo de globalização, este termo começa a ser aplicado para caracterizar uma população que se vê involuntariamente afastada do mercado de trabalho, que cai no desemprego ou em empregos precários, contribuindo para o enfraquecimento dos laços sociais, ruturas conjugais e diminuição de solidariedades (Paugam, 2003:13)

Como refere Henri Bartoli (1992) o excluído *“não é só pobre do ponto de vista material, mas aquele que tem de viver com a incerteza do amanhã, com fracos meios de poder e de pressão e com o desprezo dos outros e de si próprio.”* (Amaro, 2001:14 Apud Cachapa, 2007:39).

Torna-se assim mais abrangente, registando três dimensões de ruturas *“Uma dimensão económica que permite a inserção e a participação social através das atividades de produção e de consumo, que se refere ao trabalho e aos recursos materiais; Uma dimensão social que compreende por um lado a integração no seio de grupos primários e por outro, a integração na sociedade global através de elos sociais e institucionais; Uma dimensão simbólica, definida por um lado, por normas e valores comuns e por outro, por representações coletivas que definem os lugares sociais”* (Adão e Silva, 1998:37).

Bruto da Costa (2012:68) refere ser um processo acumulativo e dinâmico, onde se verificam cortes com os vários sistemas sociais básicos: o social, o económico, o institucional, o territorial e o simbólico.

Segundo Robert Castelli, é consequência de uma trajetória vida, que ocorre num determinado período de tempo, onde verificam alterações socioeconómicas e enfraquecimento das solidariedades familiares, processo que designa por *“desaffiliation”*, correspondendo a uma zona de vulnerabilidade, resultante da exclusão face ao trabalho (Adão e Silva, 1998:38 e Botello, 2008:164). Descreve como sendo um processo descendente, que vai da integração à exclusão.

Para Castell, a inclusão no mercado de trabalho, não se limita a ser uma fonte de rendimento, mas permite ao indivíduo fazer parte de uma estrutura social, na qual se

insere os sistemas de proteção e segurança social, conferindo-lhe estabilidade perante as adversidades do quotidiano (Botello, 2008:164)

## **1.2. Conceito de Sem-Abrigo: Trajetória e Definição**

O termo sem-abrigo, é uma designação recente, que substitui as designações que vulgarmente se atribuía a vagabundo, vadio, mendigo e indigentes, ainda que os seus significados sejam diferentes.

O termo de “vagabundo”, deriva do termo latim “VAGABUNDUS” cujo significado é “pessoa que anda sem destino” surge no século XIV na Europa para descrever indivíduos ociosos, que voluntaria ou involuntariamente viviam à margem da sociedade (Barreto, 2000:43). A expressão de “mendigo” é sinónimo de pobre, pedinte, alguém que vive de esmolas, como tal, em ausência de rendimentos, podendo ser forçado a viver na rua ou de forma errante.

A estes junta-se uma nova classe de excluídos, resultante de crises económicas, desemprego, valores, consumo de substâncias, situações que exponenciam a condição de vulnerabilidade, pobreza e exclusão, que faz com que os atuais sem-abrigos sejam diferentes dos clássicos pedintes ou vadios.

A designação atual de sem-abrigo remete para uma população que está privada de habitação. O dicionário refere “ser uma pessoa sem casa”, ao passo que as restantes apontam para indivíduos errantes, que vivem sem rumo, ociosos, mandriões, miseráveis ou em situação de pobreza extrema (Barreto, 2000:7).

Na idade média, apoiar e ajudar pobres e mendigos, era um ideal religioso, ao qual se atribuía a “utilidade” de redimir os ricos dos seus pecados, para alcançarem a salvação e vida eterna na hora da morte. Classes abastadas adotavam a prática caritativa como forma de redenção, doando esmolas a igrejas e instituições de misericórdia. A ausência de controlo na distribuição de bens, contribuía para o aumento da vagabundagem, recebendo o pobre voluntário ou involuntário (Garcia, 2000:14-16).

A penalização e o combate à vagabundagem, torna-se uma constante na maioria dos países, através de castigos, exílios ou leis punitivas, assumindo o caráter de crime, inicialmente através do Código Napoleónico de 1801 e posteriormente com o código penal de 1852, artigo 256, cuja pena de prisão poderia ir até aos seis meses (Barreto, 2000:47).

Em Portugal, a “lei da vadiagem” de 1912, autoriza a mendicidade mediante licença e cria espaços próprios para a correção dos vadios. Caso estes se encontrassem

impossibilitados de trabalhar seriam encaminhados para asilos ou albergues. Os que se encontravam aptos para trabalhar eram sujeitos a pena de prisão ou enviados para as colónias (Barreto, 2000:47-48).

O aparecimento do Estado Novo, o papel controlador da mendicidade e vadiagem é delegado na PSP (Policia de Segurança Pública), que acumula funções de assistência e reeducação (Barreto, 2000:49). Controlar grupos sociais passíveis de serem perigosos e ameaçarem a ordem pública, torna-se uma prioridade do Estado, levando à criação de bairros, albergues, asilos, hospitais, etc., cuja finalidade é manter esta população sob vigilância. Esta intervenção “assistencialista” resulta sobretudo na reprodução da pobreza (Rodrigues, 2010:196). Esta população era sobretudo composta por idosos, menores, alcoólicos, tuberculosos, prostitutas, homossexuais, delinquentes reincidentes (Barreto, 2000:49).

Com o 25 de abril de 1974 e a implementação da democracia em Portugal, surge o Estado-Providência e conseqüente aprovação da nova Constituição da República em 1976 que contempla um conjunto de direitos sociais, entre os quais o direito à habitação (artº 65) e o direito ao trabalho (artº 58).

Em 1976, o decreto-lei nº 365, põem fim à repressão da mendicidade, passando esta a ser observada como problema social, com causas estruturais atribuídas ao desenvolvimento económico e cultural do país (Fernandes, 2006:9).

Na década de 90, o aumento desta população, a ausência de legislação e impossibilidade de intervir sem que próprio desejasse e autorizasse, torna imperioso a criação de serviços que respondam às suas necessidades

A Lei da Saúde Mental (Lei nº 36/98 de 24 julho), pese embora não se refira aos sem-abrigo, é a única a poder ser invocada para o internamento compulsivo, no caso de situações extremas de doença mental.

Ainda assim, só duas décadas mais tarde surge a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015 (ENIPSA), que preconizava a identificação do problema e uniformização de respostas.

Encontrar uma definição para o termo de sem-abrigo não foi um processo consensual, não só pela ausência de legislação, mas também devido à diversidade de problemáticas que apresenta.

Historicamente oscila, como resultado de pobreza estrutural, e/ou incapacidade (física ou mental) para trabalhar, estando também associada à ideia de ociosidade, mendicidade, delinquência e marginalidade (Bento e Barreto, 2002:45).

Outra dificuldade que se apresenta, advém da aceção dos termos “*casa e lar*” cujo significado não se pode reduzir a espaço físico ou bem material, mas sim a local de referência, onde o individuo encontra a sua segurança, estabilidade, pertença social e bem-estar, comportando assim dimensões materiais e psicológicas (Menezes, 2012:7)

Neste sentido, ainda que a ausência de habitação seja a primeira dimensão a ressaltar, a análise do fenómeno não se circunscreve apenas a este facto, sem ter em conta todos os outros “sem” que lhe estão implícitos, social, profissional, económicos, psicológicos, etc. Cortes que, por sua vez, originam conflitos internos, entre o “eu” e o “mundo exterior e o outro” com consequências a nível psicológico. A passagem do espaço privado (casa) para um espaço público (rua), sem privacidade e perda de autonomia, conduz ao confronto entre a interioridade-exterioridade, apropriação-expropriação, vinculação-desvinculação (Lúcio, 2009:33) que culminam na rutura com a normatividade.

O termo de sem-abrigo, surge da tradução da palavra francesa e inglesa, respetivamente, “Sans-Abri”, “Sans-domicile”, “Homeless” ou “Houseless”, que exprimem a ausência de habitação, como lugar físico de proteção e guarda. Contudo, apesar destas duas expressões inglesas aparentarem semelhanças, exprimem situações diferentes. “Houseless” refere-se à falta de habitação com as condições mínimas de habitabilidade asseguradas. Ao passo que “Homeless” remete para falta de habitação devido à ausência de meios para a suportar, resultante de situações de desemprego, perda de um familiar, violência, baixa autoestima, alcoolismo, toxicoddependência, doença mental, etc., registando perda de vínculos familiares (Bulla e col., 2004:113-114, Apud Lúcio, 2009: 33).

As conceções existentes para caracterizarem este fenómeno, enfatizam diferentes perspetivas, consoante a problemática que o autor releva, podendo estas ser de ordem causal ou habitacional.

Segundo a legislação inglesa “The Housing Act 1985” considera uma pessoa sem-abrigo, “*se não possui o direito legal ou se encontra impedida de ocupar uma casa de forma segura ou com razoável conforto*” (Muñoz e Vasquez, 1998, Apud Barreto, 2000:7). Contudo, esta definição tem sido alvo de sucessivas alterações, sendo a mais significativa a de 1996, que inclui todas as situações de vulnerabilidade à perda de habitação, inclusive as decorrentes de desastres ambientais (inundações e incêndios).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> The Homelessness Legislation:



O Conselho da Europa (1992), menciona que os sem-abrigo são “pessoas ou famílias que estão socialmente excluídas de ocupar permanentemente um domicílio adequado e pessoal” (Muñoz e Vasquez, 1998, *Apud* Barreto, 2000:8).

Bruto da Costa (1998:80-83), considera o fenómeno dos sem-abrigo, uma forma extrema e complexa de exclusão, onde a pobreza assume um papel central devido à privação e carência material que esta população apresenta. Contudo, a análise do fenómeno não se deve circunstanciar a estas privações e tornar-se mais abrangente, uma vez que as carências variam de indivíduo para indivíduo consoante a sua história de vida.

Leanne Rivlin (1985,1986), identifica os sem-abrigo pelo tempo que estes permanecem na rua e conseqüente grau de vulnerabilidade, distinguindo quatro grupos: “o crónico”, associado ao alcoolismo e à toxicodependência; “o periódico”, tem casa mas deixa-a quando a pressão se torna intensa, ex.: violência doméstica; “o temporário”, mais limitado no tempo que as outras formas tem origem em situações inesperadas como o desemprego, rutura familiar, mudança de comunidade, contudo mantém estabilidade para manter uma casa; por último o “total”, considerado o mais catastrófico de todos, pernoita em albergues, vãos de escada, imediações de igreja, etc., raramente mantém relações com a comunidade (ISS, 2005: 38).

Daly (1996), caracteriza os sem-abrigo na perspectiva das causas que o levaram a essa situação, que podem ser acidentais (catástrofes naturais); económicas (desemprego); políticas (refugiados) e sociais (mães solteiras).

David Snow e Leon Anderson (1993) distinguem os sem-abrigo em três categorias: os recém-chegados à rua; os institucionalmente adaptados, caracterizados pela sua adaptação ao meio através da ajuda institucional; e os “outsiders”, que se distinguem dos restantes devido às suas características sedentárias (Martins, 2007:35)

Alguns autores, fazem menção a uma categoria social designada por “*underclass*”, que se encontra excluída do exercício de cidadania e da própria desigualdade social, à qual Ganz, (1996: 151) descreve como uma “*população cujo status é tão baixo que se vê afastada do resto da sociedade*” (*Apud* Adão e Silva, 1998:40).

---

<http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/The%20homelessness%20legislation,%20an%20independent%20review%20of%20the%20legal%20duties%20owed%20to%20homeless%20people.pdf>

No sentido de encontrar uma definição consensual para os diversos estados membros, a FEANTSA<sup>2</sup>, no início de 2005, desenvolveu e apresentou uma Tipologia Europeia para os sem-abrigo e exclusão habitacional, designada ETHOS<sup>3</sup>, com base em quatro categorias operacionais, frequentemente utilizadas nos diversos países europeus, cabendo a cada país adotar o conceito que mais se ajuste à sua realidade.

- Sem-Abrigo
- Sem Alojamento
- Habitação precária
- Habitação inadequada

Cada uma delas contempla situações específicas que podem ser observadas no Anexo 1.

Em Portugal a ENIPSA (2009-2015) do Instituto da Segurança Social (ISS), com vista à sua operacionalização, adotou a definição utilizada por outros países europeus, considerando pessoa sem-abrigo:

*Aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:*

- *sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou*
- *sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.*

ENIPSA (2009-2015)

É de referir que esta definição, exclui um conjunto de problemáticas, para as quais existem respostas específicas, nomeadamente pessoas vítimas de violência doméstica, toxicodependentes inseridos em programas de reinserção social, comunidades terapêuticas, lares de infância e juventude, entre outros (Anexo 2).

---

<sup>2</sup> Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo

<sup>3</sup> European Typology on Homelessness and Housing Exclusion

### 1.3. Fatores de Causalidade da Situação de Sem-Abrigo

Quando pensamos nas causas do fenómeno, deparamo-nos com um leque de fatores que podem conduzir a esta condição. Não existe apenas uma causa, mas sim uma sobreposição de situações que em interação e agravadas pelos acontecimentos da própria vida, assumem-se como fator predominante na explicação da situação do sem-abrigo (Lúcio, 2009:42).

Torna-se deste modo um fenómeno relacional e multidimensional, onde os fatores explicativos encerram um conjunto causas (aparentes, imediatas, intermédias, últimas) e consequências (individuais e estruturais), exigindo por isso uma abordagem multidisciplinar que tenha presente a dimensão micro, meso e macro. Numa perspetiva micro, a explicação centra-se no indivíduo; na dimensão macro, remete para a forma como a sociedade se encontra organizada e na dimensão meso, relativa à incapacidade de respostas das estruturas sociais (ISS, 2005:42-43). Existe porém alguma discussão teórica sobre o impacto que cada uma delas exerce no fenómeno dos sem-abrigo.

Outra abordagem, tem como pano de fundo a “sociedade de risco”, onde o desenvolvimento da esfera industrial, tecnológico e científico, não se circunscreve apenas ao impacto ambiental, mas expande-se ao tecido social, tendo como consequências diretas um maior individualismo, insegurança laboral, novos padrões de família e valores associados, dando origem a uma sociedade marcada pela insegurança, incerteza e desconfiança<sup>4</sup>.

Nesta perspetiva emergem os conceitos de “perigo e risco”, que alguns autores associam ao fenómeno do sem-abrigo. A diferença destes, reside num referir-se as causas internas e outro às causas externas ao indivíduo. O “risco” está associado à tomada de decisões no que se refere a condutas humanas (Luhmann, 1993 *Apud* Menezes, 2012:12), onde o indivíduo é visto como agente responsável da sua condição, através de comportamentos desviantes (idem:21). E “perigo” a causas externas, como seja o ambiente (Menezes, 2012:12).

Dito de outra forma, as causas podem ser de ordem estrutural (emprego, habitação, políticas públicas, segurança social) ou individual (opção de vida, saúde, perturbações psiquiátricas, défices educacionais e profissionais, violência doméstica, precariedade financeira, desafiliação, identificação cultural, etc.) (Lúcio, 2009:42), sendo crucial conhecer os fatores de vulnerabilidade individual, que distingue uns

---

<sup>4</sup> [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1730/6/21816\\_ulfl061014\\_tm\\_cap1.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1730/6/21816_ulfl061014_tm_cap1.pdf)

indivíduos de serem mais vulneráveis que outros, podendo existir eventualmente uma predisposição nata para esta condição (Munõz & Vásquez, 1998: 13).

Contudo as carências que esta população apresenta, dificultam por vezes reconhecimento das medidas de emergências a utilizar, sendo necessário combater em simultâneo as necessidades básicas, bem como as medidas de fundo (estruturais), não devendo descurar nenhuma delas (Bruto da Costa;1998:80).

De seguida serão analisadas as causas mais comuns da situação de sem-abrigo, ainda que muitas delas se possam assumir como causa e consequência.

### **1.3.1 A Saúde**

A saúde é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “*um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades*”<sup>5</sup>. Pode-se assim, afirmar que os indivíduos na condição de sem-abrigo, independentemente do seu estado de saúde, encontram-se incapacitados de promoverem o seu bem-estar físico, mental e social. O facto de esta população viver na rua, aumenta o risco na contração de doenças físicas e mentais.

No que se refere à saúde física, esta população está exposta a um conjunto de patologias, nomeadamente doenças cardiovasculares e doenças infectocontagiosas, como o HIV/Sida, Hepatite B e C, Tuberculose. Entre os comportamentos de risco que adotam, destaca-se o consumo de álcool, estupefacientes, relações sexuais desprotegidas, prostituição, partilha de seringas, má alimentação, stress crónico, entre outros (Szerlip & Szerlip, 2002. Bernstein et al., 2015. Gozdzik, 2015, *Apud* Pilar 2015:16). Referir também que as principais causas de morte dos sem-abrigo do sexo masculino, são as doenças cardiovasculares, seguida de hipotermia e doenças etílicas do fígado. (Quintas, 2010:13)

A doença mental é outra patologia frequente, considerada como fator de risco que exponencia a condição de sem-abrigo, devido à funcionalidade e autonomia destes doentes, em particular em doentes com esquizofrenia (Quintas, 2010:14)

As perturbações ou doenças mentais, são nomenclaturas usadas para referir comportamentos e atitudes desajustadas em sociedade, descritas no DSM V<sup>6</sup> como “...síndrome caracterizado por perturbação clinicamente significativa *na cognição, na*

---

<sup>5</sup> <http://cemi.com.pt/2016/03/04/conceito-de-saude-segundo-oms-who/>

<sup>6</sup> Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Norte-Americana de Psiquiatria

*regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental. ....estão frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativas que afetam atividades sociais, profissionais ou outras atividades importantes”.*<sup>7</sup>

Entre a panóplia de transtornos mentais, destacam-se os que advêm do consumo abusivo de substâncias químicas (álcool, drogas, tranquilizantes), que originam dependência e os transtornos de personalidade e delirantes onde se enquadra a esquizofrenia<sup>8</sup>. Esta patologia tem como principal sintomatologia os delírios e alucinações, que surgem no sem-abrigo como um estado alternativo à sua realidade, a par de sentimentos de ansiedade e depressão que levam à alienação e isolamento. É frequente nestes doentes, quando descompensados, observarem-se delírios de filiação (*Eu sou filho da Amália Rodrigues*), de poder (*sou dona da Misericórdia e a maior parte dos prédios de Lisboa são meus*), de ligação (*a CIA observa-me porque sou sobredotada*). (Katz et al, 1993 *Apud* Bento, 2000: 27)

A associação entre o consumo de drogas e perturbações mentais é uma relação frequente, existindo inclusive alguma discussão no sentido de qual delas ocorre primeiro ou se é apenas uma predisposição para a doença. Estudos psiquiátricos revelam a existência de comorbilidade entre o abuso de substâncias e a doença mental (Bento, 2000:28). O DSM V, no capítulo referente ao abuso e dependência de substâncias menciona que muitas dessas substâncias são utilizadas para o controlo da doença psiquiátrica.

É importante ressaltar também que a dependência causa transtornos da personalidade, podendo levar à violência e ao crime. Neste sentido, Agra (2008:68) refere existir uma relação direta entre droga e crime, aludindo às alterações do comportamento exercidas pelas substâncias psicoativas, a necessidade económica para satisfazer a dependência e ainda a subcultura da droga que se encontra marcada pela violência. Contudo, esta relação é ultrapassada por outros fatores, como meio ambiente, motivações primárias do comportamento, autodeterminação e auto-organização, ao que o autor chama de autopoiesis ou *por invenção de si*. (Agra:2008:101)

---

<sup>7</sup> <http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cld-file/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeeducador/2015/DSM%20V.pdf>

<sup>8</sup> <http://www.galenoalvarenga.com.br/transtornos-mentais>

No que se refere ao consumo de álcool, este assume-se como uma prática habitual e recorrente no sem-abrigo, não só por ser mais económico e de fácil acesso, mas poder desempenhar a função de *“método transitório de se aquecer nos meses frios, uma forma de relacionar-se socialmente com outras pessoas e uma peculiar maneira de acalmar certos sintomas psiquiátricos na ausência de medicação”* (Schnabel, 1992 cited in Veja & Palomo, 1996, *Apud* Bento, 2000:28).

Existe ainda um conjunto de outras patologias relacionadas com a condição de sem-abrigo, como seja a depressão, doença bipolar, perturbações obsessiva-compulsiva, entre outras.

A anomia, ainda que não seja uma perturbação mental, reflete sentimentos de infelicidade, apatia e desespero que advém da incapacidade do indivíduo em satisfazer as suas necessidades, podendo mesmo culminar com o suicídio. As populações mais afetadas por este estado são os grupos economicamente desfavorecidos, que rompem com normas sociais e adotam comportamentos desviantes.

Escorel (1999) descreve os indivíduos em condição de exclusão, como os *“sem lugar no mundo, totalmente desvinculados ou com vínculos tão frágeis e efémeros que não constituem uma unidade social de pertencimento”* (*Apud* Leal, 2004:6). Esta definição evidencia a ausência do sentimento de pertença, que pode despoletar um estado de anomia.

Este conceito foi desenvolvido por Durkheim, com base no desenvolvimento das sociedades com meios de produção primitivos para sociedade industrializadas, originando desregulação económica capaz de provocar distúrbios e comportamentos desviantes e em última análise conduzirem ao suicídio. Merton, por sua vez contrapõem, argumentando que este estado advém insatisfação do indivíduo em satisfazer as próprias aspirações (Ferreira, 1999). Qualquer uma delas se enquadra na condição do sem-abrigo, ao ver-se incapacitado de aceder a um conjunto de bens, ainda que esses bens possam ser substâncias ilícitas.

Por fim, é de mencionar que um sem-abrigo, dificilmente reconhece possuir doença mental, aceitando com mais facilidade a sua condição de sem-abrigo (Bento, 2000:27).

### **1.3.2 O Capital Social**

O capital social desta população é também muito reduzido, podendo revelar-se como causa e consequência da situação de vulnerabilidade social em que se encontra.

Pierre Bourdieu definiu o conceito de capital social como “*o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo*” (Bourdieu, 1985: 248; 1980, *Apud Portes*, 2000).

Ainda que alguns autores considerem esta definição instrumentalista, a verdade é que a análise do capital social remete para a inter-relação com o outro, pressupondo a existência de redes sociais, normas de reciprocidades e confiança (Putnam, 2009:19 *Apud Portugal*, 2007:19), reforçando os benefícios que daí advêm, independentemente destes serem ou não monetários. Durkheim defendia a vida em grupo como antídoto para a anomia e autodestruição (Portes, 2000:134) que por sua vez conduzia à solidariedade social.

Refletindo sobre as fontes de capital social, entende-se por redes sociais “*sistemas particulares de relações que unem os atores sociais*” (Fischer, 1977, *Apud Guadalupe*, 2009:50 *Apud Rosa*, 2011:11) enfatizando os laços sociais que daí advêm; por normas de reciprocidade, as trocas ou solidariedades verificadas entre os diferentes atores, que por sua vez devem obedecer a regras de modo a garantir a integridade da mesma, contribuindo assim para estabelecer e fortalecer os níveis de confiança, tão necessários nas relações humanas (Rosa, 2011:12).

O capital social compreende deste modo, um conjunto de relações decorrentes da interação do indivíduo com o mundo, seja de forma individualizada ou coletiva, quando essa relação se estabelece com estruturas organizacionais, dando espaço à criação da “*segurança ontológica*”, isto é, promover uma relação de confiança entre as pessoas, instituições a fim de beneficiar de acompanhamento e apoio (Castro et al, 2010:22)

A condição de sem abrigo regista um enfraquecimento do capital social, nomeadamente das redes e laços sociais, que vão desde as relações familiares (filiação, cônjuges, amigos, outros), profissionais e até o exercício de cidadania. Paugan (2009:93) afirma que os laços sociais transmitem proteção e reconhecimento. Proteção perante os infortúnios e reconhecimento e valorização aos olhos do outro promovendo a confiança e autoestima (Rosa, 2012:3).

Bento & Barreto (2002), na sua obra “Sem-amor, Sem-abrigo”, dedicam um capítulo à análise psicológica dos sem-abrigo a partir dos conceitos de afiliação, filiação e vinculação, conceitos básicos presentes no desenvolvimento humano desde a infância, para demonstrarem a vulnerabilidade de laços desta população.

De forma sumária, o conceito de afiliação remete para o sentimento de pertença, seja familiar, profissional ou a grupos de lazer, estando por isso associado à eficácia e satisfação pessoal. A filiação tem a ver com a estrutura de parentesco, conhecimento acerca dos pais, conhecimento da família a que pertence, da qual se pode orgulhar ou não. Torna-se por isso um fator fundamental para a estruturação do psiquismo, sentimento de pertença e inclusão social. A vinculação refere-se aos afetos, sentimento que desenvolve por quem lhe transmite confiança criando laços afetivos, o que nem sempre corresponde aos pais (Bento & Barreto, 2002:96-97).

Face ao exposto, torna-se perceptível que o capital social do sem-abrigo se encontra enfraquecido, potencializando a desafiliação (Rosa, 2012:5).

Alguns estudos revelam que, muitos dos sem-abrigo foram postos fora de casa precocemente, seja por questões de pobreza ou problemas familiares, o certo é que a probabilidade de esta população não casar é duas vezes maior que na população normal. (Bento & Barreto, 2002:96).

São deste modo descritos como indivíduos maioritariamente isolados, afastados da família, seja por conflito, abandono, distanciamento emocional ou outros (Bento & Barreto, 2002:108).

### **1.3.3 A Marginalidade e o Estigma**

A marginalidade surge no sem-abrigo como um *continuum* à sua condição. Após rutura com a normatividade, excluídos e isolados de mundo, esta população adota comportamentos antissociais e até mesmo desviantes, recorrendo por vezes a atividades menos lícitas como estratégia de sobrevivência, caminhando em simultâneo para uma nova identidade (ISS, 2005:15).

Alguns autores atribuem este comportamento antissocial e agressivo, à possibilidade de terem sido expostos à marginalização precoce, cuja principal razão é a ausência de relações familiares estáveis ou como resposta aos olhares reprovadores de que são alvo (Paugam, 2003:19-20).

Observa-se, deste modo, uma tendência para que as pessoas em situação de exclusão se concentrem em espaços onde socialmente se identificam, como bairros sociais e guetos onde a vida se processa à margem da normatividade e a lei não impera (Bacqué, 2001:218), criando assim comunidades e laços de solidariedade. Nestes locais, promovem-se formas de subsistência informal, nomeadamente redes de tráfico de droga,



armas, seres humanos, etc., onde se assiste também a uma exploração desumana por parte dos detentores do poder desta economia (Capucha 2005:86).

Estes bairros, em geral situam-se na periferia das grandes cidades e são constituídos maioritariamente por pessoas com um capital social negativo, nomeadamente indivíduos pertencentes a redes de marginalidade mais ou menos criminal, toxicodependentes, ex-reclusos, famílias “desorganizadas”, crianças em risco, doentes crónicos, desempregados, trabalhadores com baixas qualificações e empregos precários, idosos, pensionistas de pensões baixas, imigrantes africanos, e também agregados com baixos rendimentos (Capucha, 2005:160-161).

Estas relações de rua, marcadas pelo individualismo, disputa, conflito e ausência de solidariedades, não deixam de ser relações, ainda que de forma negativa (Capucha, 2002:217), ao que Amaro (2004:100) alega ser uma forma particular de inclusão, com funcionalidades próprias.

Por fim refere-se que a noção de marginalidade advém da dificuldade de integração em qualquer dimensão da vida social, fazendo do marginal “*um tipo humano cujo papel é de sobra em relação às estruturas fundamentais da sociedade em que se insere...*” (Paoli, 1974, *Apud* Leal, 2004:4)

Os sem-abrigo, devido aos modos de vida que adotam, à sua aparência descuidada e pouco asseada, tornam-se alvo de estereótipos (alcoólicos, drogados, doentes mentais, etc.) e estigmatizações, que em muito agrava a sua condição (Bento & Barreto, 2002:59), e contribui para o seu isolamento e afasta qualquer hipótese de integração no mercado de trabalho.

Goffman (1963) descreve o estigma como sendo um “*atributo social, o qual desacredita a pessoa e a impede de ser socialmente aceite, correspondendo em geral a percepções negativas extremas*” (Bento & Barreto, 2002:59)

Segundo Paugam (2003:105) a estigmatização corresponde à última fase da desqualificação Social – A Rutura - tornando-se num incapaz e marginal. Na expressão de Verdès-Leroux, “*...os infra-assistidos estão desacreditados pelos fracassos que marcam a sua existência. Estigmatizados pelo seu meio e confrontados com esta «diferença vergonhosa» ...*” (Paugam:2003:98)

#### **1.4. A Desafiliação como Processo Conducente à Situação de Sem-Abrigo**

O conceito de desafiliação surge com Robert Castell, para definir o conjunto de ruturas sociais do indivíduo com a sociedade, decorrente da exclusão face ao mercado de trabalho, agravada pela ausência de estruturas que a compensem, como modelos de família ou outras formas de solidariedade, anteriormente existentes (Adão e Silva, 1998: 38). O autor refere-se a este processo, como um culminar de um processo dinâmico, na medida em que ninguém nasce excluído, mas torna-se excluído (idem, ibidem) sendo a *“última fase do processo de marginalização, ...”* (Castell, 1995, *Apud* Amaro, 2015: 187).

Para Castell, as vulnerabilidades do passado distinguem-se das atuais devido ao enfraquecimento da condição salarial e consequentes benefícios sociais, conduzindo à fracturação das sociedades, onde se encontram indivíduos “integrados” no modelo societal com benefícios, e outros “excluídos” dessa estrutura, referindo *“hoje a zona de integração abre brechas, a zona de vulnerabilidade está em expansão e alimenta continuamente a zona de desafiliação”* (Castell, 1991: 152, *Apud* Rodrigues, 2000: 177).

Esta dicotomia ocorre num espaço de tempo constituído por diversas zonas de coesão social, no qual o autor identifica quatro fases no processo de exclusão social, que culmina com a desafiliação, são elas: a integração (seja no mercado de trabalho e vida familiar estável); a vulnerabilização (com trabalhos precários e fragilidade das redes sociais e familiares), a assistência (dependência de instituições e subsídios estatais) e a desafiliação. Esta última caracterizada pela ausência de trabalho e isolamento social, uma forma extrema de exclusão social, no qual se verifica a rutura de laços seja com a própria família ou grupos próximos, podendo também caracterizar-se por uma zona de marginalidade (Rodrigues, 2000:177)

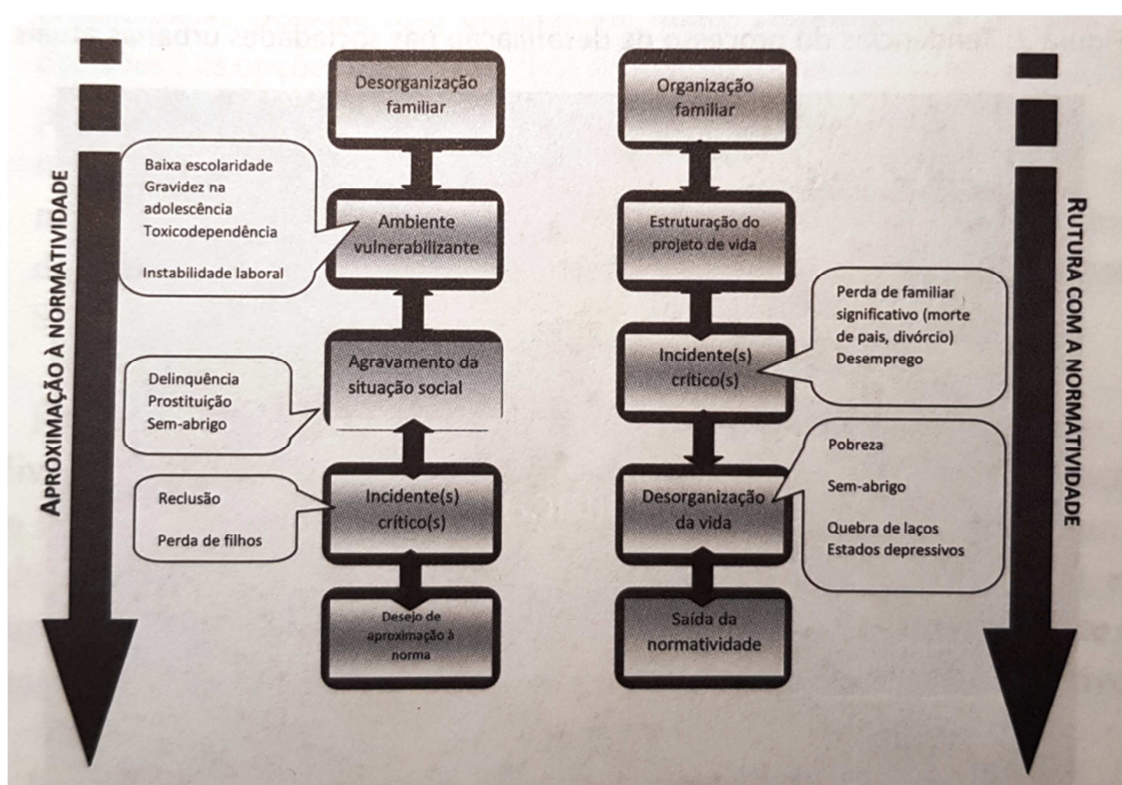
Amaro (2004:99) refere-se a este espaço de tempo como *um “encadeamento de infortúnios”* no qual se verifica uma espiral de ruturas negativas, que passam pela rutura familiar, desestruturação, desemprego, transportando o indivíduo para fora da normatividade social. Descreve ainda o comportamento do indivíduo, através da metáfora da *“cadeia de negatividades”* onde o próprio se recusa a integrar a normatividade da sociedade e desenvolver relações que promovam o laço social e o bem comum (Amaro, 2015:188)

Citando as palavras de Amaro (2015:187), o espaço de desafiliação ocorre pela intersecção dos processos de precarização laboral e enfraquecimento das relações

sociais, passando do emprego ao desemprego e conseqüentemente da integração social ao isolamento social, considerando que este processo é exponenciado pela desregulação do mercado de trabalho, mudanças de políticas sociais e crescente individualismo (idem, 189-190).

A autora e colaboradores concluem existirem dois percursos descendentes que conduzem à desafiliação. Um onde se verifica a preocupação e desejo de sair da situação, regressando à normatividade social; e outro, que consiste na recusa dessa normatividade. Estes percursos são ilustrados na Figura. 1

**Figura 1 - Vias de Desafiliação**



Fonte: Amaro e Oliveira (2010)

Ainda que, ambas as vias apresentem dificuldade em vislumbrar a inclusão social dos seus atores, estas distinguem-se pela forma como este processo se inicia. Na primeira via, temos à partida um ambiente de desorganização familiar, marcado pelo sofrimento, e desintegração social, com privação de bens essenciais, violência e humilhação, pese embora se verifique uma tentativa de aproximação à normatividade

com aceitação da realidade. Na segunda via, encontramos indivíduos cuja infância se enquadra nos padrões de normatividade, sem grandes vulnerabilidades, que por incidentes críticos, como doença, morte de familiar, perda de trabalho, divórcio, etc., entram numa espiral de ruturas, culminando no processo de desafiliação (Amaro, 2015:192-193).

É também de referir que o processo desafiliação é característico de zonas urbanas, onde o desemprego e o individualismo têm maior impacto, contribuindo para quebra dos elos sociais.

Gaulejac & Léonetti (1995:219), referem-se a este processo como *desinserção*, mencionando existirem diferentes fatores que o influenciam, nomeadamente trajetórias de vida, em particular momento da vida em que ocorrem, bem como a reação que o indivíduo possa ter, as quais variam de indivíduo para indivíduo. Neste processo identificam quatro fases: a *rutura*, o *encadeamento de ruturas*, *décrochage déchéance*<sup>9</sup>, e três fases sucessivas de reação psicológica: *a de resistência*, *adaptação e instalação*. (Adão e Silva, 1998:38).

Paugman designa este processo como *desqualificação*, baseado no seu próprio conceito de desqualificação social, construindo uma tipologia que assenta na dependência dos indivíduos em situação de exclusão com os serviços de segurança social, no qual identifica três fases: *a fragilidade*; *a dependência*, e *a rutura* (idem, ibidem).

O autor menciona ainda que a rutura é última fase de um processo repleto de fracassos (desemprego, problemas de saúde, perda do contacto familiar, etc.), que conduz à marginalização, tendo como principal causa a ausência de relações estáveis com a família (Paugam, 2003:19)

A figura 2, sintetiza as etapas do processo de Exclusão Social, segundo os principais autores, com o objetivo de perceber como este se desenvolve, mediante as diferentes dimensões.

---

<sup>9</sup> A melhor tradução será perda (Silva, 1998: 38)

**Figura 2 - Etapas do Processo de Desafiliação**

Robert Castel <i>Desaffiliation</i>	Gaulejac & Léonetti <i>Desinserção</i>	Paugam S. <i>Desqualificação Social</i>
<b>A Integração</b>	<b>1ª Etapa Rutura</b> <b>Fase de Resistência</b>	<b>1ª Fase Fragilidade</b>
Integração na Vida Social; Emprego;	Acontecimento Traumatizante  O indivíduo tenta mobilizar os seus recursos efetivos, sociais e culturais para resistir à nova situação	Relação pontual com S.S., devido a problemas económicos. Os indivíduos tem como objetivo encontrar trabalho, não aceitando que futuro passe pelo assistencialismo.
<b>Vulnerabilização</b>	<b>2ª Etapa - Encadeamentos de ruturas</b> <b>Fase de Adaptação</b>	<b>2ª Fase - A dependência</b>
Desemprego; Precaridade Labora; Enfraquecimento Relações Sociais	Aumento de vulnerabilidades, por má gestão da rutura inicial, dando origem a novas ruturas  Organização de um novo modo de vida que apesar de não ser considerado normal pelo indivíduo, é aceite por forma a facilitar uma adaptação psicológica à sua nova condição.	Relação regular e contratual com os Serv. A. Social. Os indivíduos afirmam que tem como objetivo trabalhar, mas interiorizam que tal hipótese é escassa. Aceitam o estatuto de "assistidos" e desenvolvem formas de negociação com
<b>Assistência</b>	<b>3ª Etapa - <i>Décrochage</i></b> <b>Fase de Instalação</b>	<b>3ª Fase - A Rutura</b>
Recurso a Serv. Sociais; Recurso a prestações sociais; Assistência	Recurso a meios institucional para sobreviver. Associada à alteração de representação social  Resignação à condição em que se encontram, interiorizando sentimento de falta de alternativas e falta de normas	Relação Infra-assistencial com os Serviços de A. Social. Aumento de handicaps. Os apoios são pontuais de carácter urgente e natureza caritativa.
<b>Desafiliação</b>	<b>4ª Etapa - <i>Déchéance</i></b>	
Rutura dos laços com diferentes dimensões da vida social, incluindo a própria família e grupos próximos	Entrada num grupo organizado de excluídos	

Fonte: Própria

Segundo a tipologia de Gaulejac & Léonetti, na fase de “rutura” ou “*encadeamento de ruturas*”, a inversão da situação é ainda possível, mesmo que ocorra uma relação com a segurança social. Porém, nas etapas seguintes a situação torna-se irreversível. Nas fases seguintes os indivíduos acumulam um conjunto de handicaps e perdem a esperança de sair da situação de marginalidade, desenvolvendo uma relação infra assistencial, com auxílios pontuais, de carácter urgente e por vezes caritativo (Paugam 1996d:52 & Mazel, 1996:67, *Apud* Adão e Silva, 1998:39).

Na tipologia de Paugam, a fase de “dependência” é uma zona fronteira, onde os indivíduos se vão adaptando e arranando mecanismos de defesa para a nova condição.

Neste sentido, no processo de exclusão, encontram-se indivíduos com a possibilidade de reabilitação pela intervenção da segurança social, mas também outros, cuja cidadania e utilidade social são realidades inexistentes e as respostas das instituições do Estado Providência apenas perpetuam a sua condição (idem, ibidem).

Sendo o trabalho considerado como a principal fonte de rendimento do indivíduo, o desemprego assume-se como a principal causa do processo desafiliação, conduzindo a situações de precariedade e empobrecimento das famílias e indivíduos, com sentimentos de insegurança, depressões, distúrbios psicológicos (Clavel, 2004:72)

## 1.5. Políticas Sociais Direcionadas ao Sem-Abrigo

As políticas sociais têm como objetivo ajudar as pessoas a inserirem-se e integrarem-se na sociedade (Hespanha, 2008), minimizando e prevenindo situações de pobreza e vulnerabilidade social.

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social, sob a forma de prestação pecuniária, aprovada pela Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, revogando a Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho relativa ao rendimento mínimo garantido.

Integra as medidas de política social ativa, em virtude dos beneficiários celebrarem e assinarem um Contrato de Inserção, no qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional (ISS).

Esta nova abordagem, sob o lema de “Inserção”, compreende a sobrevivência do indivíduo, fazendo face a situações de privação económica e a sua inclusão na sociedade através de programas capazes de reverter a situação (Hespanha, 2008), com uma mútua responsabilidade entre Estado-Sujeito.

Conforme refere Guibentif e Bouget (1997:54-5), uma medida que pretende “*responder às diversas dimensões de exclusão social*”, económicas, sociais e simbólicas (Adão e Silva, 1998:44)

Contudo, tem que se assinalar que o facto de estes beneficiários terem que participar em programas ocupacionais, Contrato de Emprego e Inserção+ (CEI+), sob a forma de obrigação, numa lógica extremada do “*workfare*”, transforma-os em mão-de-obra barata, com menos direitos que os restantes trabalhadores e ocupando lugares que deveriam implicar uma efetiva contratualização (Rodrigues, 2010:215-216).

No que concerne aos sem-abrigo, muitos deles encontram-se impossibilitados de usufruírem desta medida por falta de documentação (bilhete de identidade/cartão de cidadão, estrangeiros sem autorização de permanência no país), outros por opção devido à burocratização dos serviços e não concordarem em assinar um contrato de inserção que os priva de liberdade (Paugam, 2003:19-20).

A pensão de velhice, complemento solidário para idosos e invalidez, são outras prestações que integram o subsistema de solidariedade que visa prevenir e erradicar situações de pobreza e exclusão (Lei de bases da Segurança Social).

As necessidades e carências que esta população apresenta são múltiplas e diversas, razão pela qual uma única instituição dificilmente consegue colmatar, na

íntegra, todas as suas necessidades. A burocratização dos serviços e a sua sectorização geográfica, são também obstáculos para que estes se dispersem e deixem de recorrer aos serviços, tornando-se imperativo um trabalho em rede e em parceria.

Neste sentido, o ISS entre 2004-2005, realizou um estudo a nível nacional sobre a população sem-abrigo, cujos resultados foram sintetizados e editados no final do ano de 2005.

Este estudo revela a existência de 205 respostas sociais e serviços, de forma específica ou pontual, distribuídos no continente, com maior incidência nas zonas urbanas, Porto e Lisboa, correspondendo na sua maioria a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), como a Cáritas Diocesana, Cruz Vermelha Portuguesa, AMI- Centros de Porta Amiga e Santa Casa da Misericórdia (ISS, 2005:128). Contudo, refere que a intervenção realizada com esta população era essencialmente assistencialista, resumindo-se à distribuição de géneros alimentares, cantinas sociais, vestuário e cuidados de higiene. A maioria dos encaminhamentos verificados foi no âmbito do RSI e ao nível de respostas sociais e serviços, destaca-se o alojamento temporário e prestação de informações (ISS, 2005:17)

Este trabalho revelou ainda que as maiores dificuldades de reposta registam-se a nível da doença mental, desemprego, toxicod dependência, alcoolismo, doenças infecciosas, debilidade física, situações de contumácia e falta de habitação (ISS, 2005:19).

Perante esta realidade emerge a necessidade de criar um plano para a integração de pessoas Sem-Abrigo, que a par do desafio colocado pela União Europeia no Conselho Europeu de Lisboa, em 2000 aos Estados-Membros, em combater a pobreza e exclusão social, dá origem à ENPISA 2009-2015 que estipulava um conjunto de orientações e compromisso entre os diferentes parceiros, que integraram o grupo Interinstitucional. No anexo 3, pode visualizar-se o diagrama 1 e 2, com o Modelo de intervenção e acompanhamento desta população.

Decorridos oito anos após a implementação do referido documento, o relatório de avaliação do ENPISA refere que grande parte ficou por fazer, devido à interrupção em 2013 do grupo de trabalho que detinha a responsabilidade de operacionalizar a estratégia. Este relatório, entregue em março de 2017 na Assembleia da República, revela como fatores explicativos do fracasso da estratégia: Escassez da formação aos Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-Abrigo (NPISA), fraca melhoria na qualidade dos serviços prestados, nomeadamente em termos de respostas sociais,

ausência de regulamentação da ENIPSA do ponto de vista legal, necessidade de uniformização de conceitos e procedimentos dos NPISA e inexistência de um sistema de informação partilhado.<sup>10</sup> Este documento identifica em 2016, 4003 pessoas em situação de sem-abrigo, que contrasta com os dados à data de implementação da estratégia, 2133 pessoas sem-abrigo, das quais 63% se situavam em Lisboa e Porto. Contudo em 2013 a Segurança Social tinha 4420 processos ativos.<sup>11</sup>

Por fim referir, que uma intervenção que visa promover a autonomia e capacitação do indivíduo, não deve resumir à satisfação das necessidades básicas e deixar à mercê a sua (re) integração, uma vez que na maioria dos casos não reúne condições para o fazer, esta perspetiva está de acordo com Menezes quando menciona que “*persiste uma filosofia de reparação do dano ao invés de uma aposta na intervenção social precoce*” (Menezes: 2012:26)

Aldeia (2014:233) refere ser uma intervenção paliativa, resumindo-se ao combate das necessidades básicas e contratualização do RSI (Aldeia, 2014: 233), cujo valor atual é de 183,84 €, não permitindo o aluguer de um espaço

Na esteira de Pattaroni (2002), supõem o recurso não só às políticas públicas e reconstrução dos laços sociais, como também ganhar “*segurança ontológica*” (Castro et al, 2010:22).

Lyon-Callo (2008) e Gowan (2010), referem que a intervenção realizada com esta população, por vezes lhes nega a capacidade e o direito de reivindicar, em particular quando estes reclamam ou solicitam mais do que lhes é oferecido (Aldeia, 2014:236), rotulando-os de “pobres e mal-agradecidos”.

Esta discriminação social, conhecida de longa data, traduz-se na recusa do estatuto de cidadania e igualdade de direitos (Garcia et al, 2000:17).

## **1.6. Perfil do Sem-Abrigo em Portugal**

O estudo realizado pela ISS entre 2004-2005, identifica dois tipos de sem-abrigo, os crónicos e os novos sem teto em Portugal. Os primeiros com muitos anos de rua, com grande degradação física e sinais de doença, física e mental. E os novos sem-teto que se enquadram na desqualificação social de Paugam, com pouco tempo de rua e em consequência de sucessivas perdas (profissionais, familiares, individuais), necessitando

---

<sup>10</sup> <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mtsss/docs/20170418-mtsss-enipsa.aspx>

<sup>11</sup> <https://www.publico.pt/2017/03/07/sociedade/noticia/estrategia-nacional-para-integrar-semabrigo-acabou-com-4-mil-ainda-na-rua-1764344>



de apoio para se (re) integrarem. Destaca também que mais do que “ser” é “estar” sem abrigo, devido a sucessivas ruturas que o isolam e excluem, contribuindo deste modo para a criação de uma nova identidade com estratégias de sobrevivência e recurso a atividades ilícitas (ISS, 2005:15).

Menezes (2012:42) descreve a população sem-abrigo como indivíduos que se encontram em de máxima desfiliação, em situação grande fragilidade no que se refere a redes sociais e apoio, evidenciando isolamento, principalmente entre os que se encontram na rua há mais tempo

O relatório de atividades da AMI de 2016, descreve esta população como maioritariamente masculina, isolada, de nacionalidade portuguesa, com idades entre os 30 e 59 anos e com baixa escolaridade, distribuindo-se predominantemente pelos grandes centros urbanos, Lisboa e Porto<sup>12</sup> (AMI, 2016:64).

Por fim, é de referir que em termos estatísticos, não existe até à data um número exato de pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo. O Instituto Nacional de Estatística (INE), com base nos Censos de 2011, refere a existência de 696 pessoas nesta condição, número que fica aquém da realidade<sup>13</sup>. Em 2013, no âmbito da ENIPSA coordenada pelo Instituto de Segurança Social, dava conta de 4.420 pessoas a pernoitarem em jardins, estações de metro ou camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes e abrigos de emergência, entre outros<sup>14</sup>. Em janeiro de 2017, após decisão do Governo em apresentar uma nova Estratégia Nacional para as Pessoas Sem-Abrigo o Instituto da Segurança Social dava nota da existência de 3.302 pessoas nesta condição<sup>15</sup>, cuja distribuição por distrito se apresenta no quadro XX.

A vida nómada e instável desta população dificulta a obtenção de um número exato, acrescido do facto de muitos não assumirem a sua condição, seja por vergonha ou qualquer outra razão que os leva a esconderem-se em locais de difícil acesso.

O quadro 2, que se segue, demonstra a distribuição da população sem-abrigo pelos grandes centros urbanos do país.

---

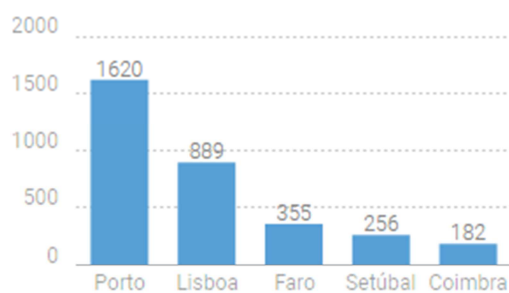
<sup>12</sup> [https://ami.org.pt/wp-content/uploads/2017/04/relatorio\\_de\\_atividades\\_e\\_contas\\_2016.pdf](https://ami.org.pt/wp-content/uploads/2017/04/relatorio_de_atividades_e_contas_2016.pdf)

<sup>13</sup> [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006277&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006277&contexto=bd&selTab=tab2) Consultado em Setembro 2017

<sup>14</sup> <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/mais-de-cinco-mil-pessoas-sem-abrigo-em-portugal-1630338>

<sup>15</sup> <http://observador.pt/2017/02/08/governo-vai-apresentar-estrategia-nacional-para-as-pessoas-sem-abrigo-em-marco/>

**Figura 3** – Distribuição em Portugal de Sem-Abrigo, em 2016



Fonte Segurança Social. (a 19/04/2017).

Por fim e a título de síntese do processo de sem-abrigo, apresenta-se a figura 4, referindo-se ao esquema elaborado pelos autores Nooe e Patterson (2010), que exhibe o modelo ecológico de intervenção com o sem-abrigo.

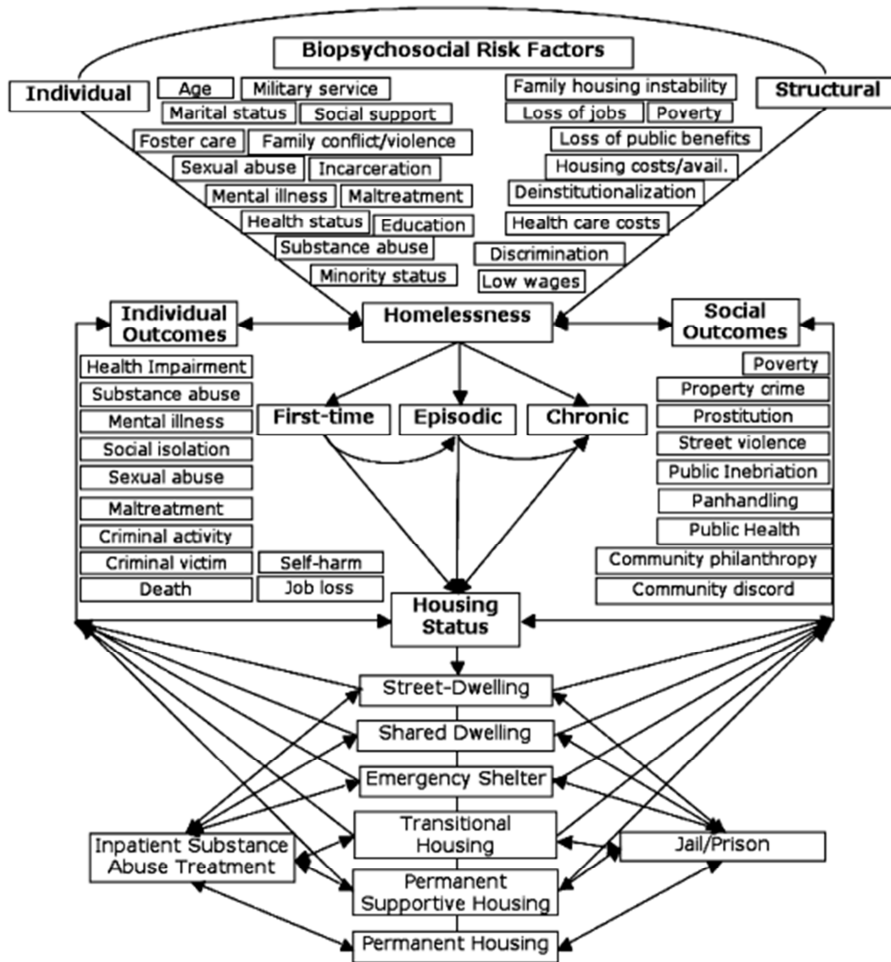
O esquema é suficientemente elucidativo e abrangente da condição de sem-abrigo, começa por evidenciar os diversos incidentes que conduzem a esta condição e as consequências que daí advém, seja para o próprio ou comunidade, bem como a questão da temporalidade e condição habitacional.

Identifica como causas individuais o estado civil, suporte familiar ou social, história de vida, institucionalização, conflitos, violência, abuso sexual, prisão, doença mental, saúde, consumo de substâncias, minorias étnicas entre outros, que em interação com fatores estruturais, como pobreza, desemprego, baixos salários, cortes sociais, custos de habitação, instabilidade familiar, desinstitucionalização, discriminação, entre outros, exponenciam a condição de sem-abrigo.

Este processo não acarreta apenas consequências a nível pessoal mas também a nível comunitário, através do aumento de atividades ligadas ao crime, (crimes contra a propriedade, violência, mendicidade), ou *in extremis* o suicídio, com sentimentos de insegurança e autodestruição

A dimensão da temporalidade do fenómeno, é também tida em consideração através das categorias, “*a primeira vez, o esporádico e o crónico*”, que se refletem não só nas diferentes tipologias habitacionais (pernoitar na rua, partilhar habitação, acolhimento de emergência, habitação transitória, habitação com suporte e habitação sem qualquer tipo de suporte, fazendo referência a caminhos de transição, como seja a prisão e comunidade terapêutica, respostas a problemas específicos), mas também porque o tempo de permanência neste estado dificulta a inserção do indivíduo.

**Figura 4 - Síntese da Condição de Sem-Abrigo**



Fonte: Nooe e Patterson 2010:107

## CAPITULO II- METODOLOGIA

### 2.1. Natureza da Investigação

Sendo o objetivo deste estudo compreender o processo de desafiliação na pessoa que se encontra na condição de sem-abrigo, a análise do fenómeno efetua-se através das narrativas autobiográficas e trajetórias de vida, segundo o ponto de vista do próprio.

Neste sentido, o paradigma mais adequado é o Interacionismo Simbólico, que segundo Thomas “... *quando uma pessoa define uma situação como real, esta torna-se real nos seus efeitos. Este princípio metodológico fundamental do interacionismo simbólico leva diretamente o investigador a olhar o mundo pelo ângulo do sujeito estudado*” (Stryker 1976: 259, citado em Flick, 2005:19).

Contudo, para a operacionalização do presente estudo, utilizou-se uma metodologia mista (triangulação), ou seja, recorrendo a métodos quantitativos e qualitativos, por forma a fortalecer os resultados.

Numa primeira fase, com a colaboração da AMI, Centro de Porta Amiga de Almada (CPAA), realizou-se uma base de dados com os sem-abrigo acompanhados neste centro no ano de 2016 e traçou-se o perfil socioeconómico desta população.

A segunda parte da investigação consiste em compreender o processo de desafiliação, numa lógica de investigação indutiva, onde o investigador interpreta o fenómeno através da observação e premissas particulares dos atores, confrontando-os com o seu quadro teórico de referência, num contexto de descoberta e explicativo do fenómeno (Guerra, 2006:22).

Este quadro teórico assume-se como um potencial modelo explicativo por equivaler a uma “*representação hipotética do que se pensa existir na realidade*” (Guerra, 2006:39), sendo frequente o investigador regressar à teoria, numa relação “*vaivém*” entre a prática e a teoria

O pendor desta abordagem assenta na metodologia qualitativa que Jean-Pierre Deslautiers (1997:294) refere corresponder a um conjunto de técnicas interpretativas com o fim de compreender e decifrar determinados fenómenos sociais para os sujeitos que os vivenciam nos seus contextos específicos de vida (Guerra, 2006:11).

Os fenómenos sociais são antes de mais interpretados pelas pessoas que os vivenciam, devendo por isso, o investigador lê-los e interpretá-los à luz de quem os experiencia, através de um entendimento racional e empático (Amaro, 2016)<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Power Points da UC Desenho de Pesquisa, Prof. Inês Amaro, ano lectivo 2015-2016

Este tipo de paradigma conduz a um processo de investigação flexível, que valoriza a ambiguidade, complexidade, incerteza e falta de controlo, tendo como principais preocupações, a utilização dos pontos de vista dos atores sociais, a descrição detalhada, a ênfase dos processos sociais, a abordagem flexível e o desenvolvimento de conceitos e teorias. (Idem)

## 2.2. Objeto Empírico

A presente investigação decorreu no CPAA, junto dos sem-abrigo que concordaram participar.

## 2.3. Amostra

Para a elaboração da base de dados foram considerados 181 indivíduos que se encontravam na condição de sem-abrigo acompanhados no CPAA no ano de 2016.

Na análise qualitativa, o universo em estudo não deve assumir a designação de “amostra” por não existir uma representatividade estatística, em geral não estuda muitos casos, mas sim uma “representatividade social” (Guerra, 2006:40). Facto que leva alguns autores a destringer entre “caso único” ou “caso múltiplo” (Idem: 43).

Contudo, sendo a função desta investigação analítica, estabelecer uma teoria interpretativa que ultrapasse o contexto particular para o coletivo, a integridade do estudo verifica-se através dos conceitos de diversidade e saturação. Estes dois conceitos, habitualmente utilizados em estudos qualitativos, referem-se respetivamente à heterogeneidade dos fenómenos e sujeitos analisados, e à saturação que a investigação atinge a partir do momento que não encontra novos dados para a análise, indicando deste modo, o momento em que o investigador deve parar a recolha de dados. Tem ainda outra função que se refere à generalização dos resultados obtidos perante o grupo em análise (Guerra, 2006:42).

Desta forma, a compreensão do fenómeno realiza-se por análise de “*caso múltiplo*”, através de entrevistas realizadas a 10 indivíduos que concordaram em participar. A estes indivíduos será ainda aplicado o critério de **amostra por homogeneização**, caracterizado por um grupo homogéneo, com diferentes características (Guerra, 2006:46)

## 2.4 . Métodos e Técnicas a Utilizar

Os dados quantitativos foram exportados da base de dados do CPAA, tratados no Excel e os resultados são apresentados no ponto 1 do Capítulo III, análise de resultados quantitativos.

Estes dados não correspondem à realidade do concelho, pelo facto de existirem pessoas na condição de sem-abrigo, que não são acompanhados no CPAA e consequentemente aqui consideradas.

No que se refere aos dados qualitativos, utilizou-se como técnica principal a entrevista narrativa ou em profundidade, utilizada fundamentalmente na investigação biográfica, no qual se insere as histórias de vida, cuja característica é um ambiente intimista.

Estas entrevistas serão gravadas e iniciam-se com uma pergunta aberta, ainda que especificamente direcionada para o tema em análise (Flick, 2005:100). Por forma a garantir que sejam contemplados todos os aspetos de particular interesse para investigação, elaborou-se um guião (anexo 4), cuja função é nortear a entrevista.

Neste tipo de entrevista o narrador assume o estatuto de informador privilegiado (Guerra: 2006:18) ou como refere Schultze (1983:285) “*perito e teórico de si próprio*” (Flick, 2005:100). O investigador é apenas o indutor da narração. (Muñoz, 1992:48)

As histórias de vida além de devolverem à pessoa a sua própria história, exigem que o investigador analise o fenómeno à luz de quem o vivência, devendo por isso isentar-se dos seus próprios valores, independentemente do quão negativo essas experiências possam ser. O respeito pelo outro, flexibilidade, compreensão, empatia e principalmente escuta ativa, são algumas das qualidades que o investigador necessita e deve apresentar para a concretização da investigação (Araújo & col, 2016:59)

Para o efeito é aconselhável ou mesmo obrigatório estabelecer uma relação de confiança e empática, que conduza à partilha entre investigado e investigador e ultrapasse em simultâneo a relação de desigualdade que se verifica, onde o entrevistado se encontra numa forma extrema de exclusão (Araújo & col, 2016:592).

Neste sentido, releva-se a dimensão ética que a investigação deve assumir, com a garantia de confidencialidade da informação recolhida e fornecer todas as informações e esclarecimentos necessários. (Guerra, 2006:52).

No cumprimento destes princípios todos os participantes antes de iniciarem a entrevista serão devidamente informados dos objetivos e finalidades do referido estudo, bem como das condições em que esta irá decorrer, finalizando com assinatura do

“Consentimento Informado” (anexo 5) entre ambas as partes, investigador e participante.

## **2.5. Análise de Conteúdo**

A análise de conteúdo corresponde à descrição objetiva e sistemática dos conteúdos extraídos dos textos (Muñoz, 1992:73), neste caso das entrevistas.

Após a transcrição integral das entrevistas, estas serão analisadas individualmente, segundo as dimensões definidas para operacionalização do conceito de desafiliação, objeto de estudo, descritos no quadro 1.

## **2.6. Modelo de Análise**

O processo de desafiliação corresponde a uma situação extrema de exclusão social, que segundo Clavel, compreende uma dimensão económica (rendimento, alojamento...), social (isolamento, ressocialização...) e simbólica (representações, estigmatização, autoexclusão, posição social) (Clavel, 2004:157-158).

Contudo, para operacionalização do conceito e com base no guião de entrevista, além das dimensões mencionadas acrescentou-se a dimensão institucional, que segundo Bruto da Costa (2012:82) abrange os sistemas sociais relacionados com o Estado. No quadro 1 descrevem-se as dimensões utilizadas e respetivas categorias.

**Quadro 1**  
**Operacionalização do Conceito de Desafiliação**

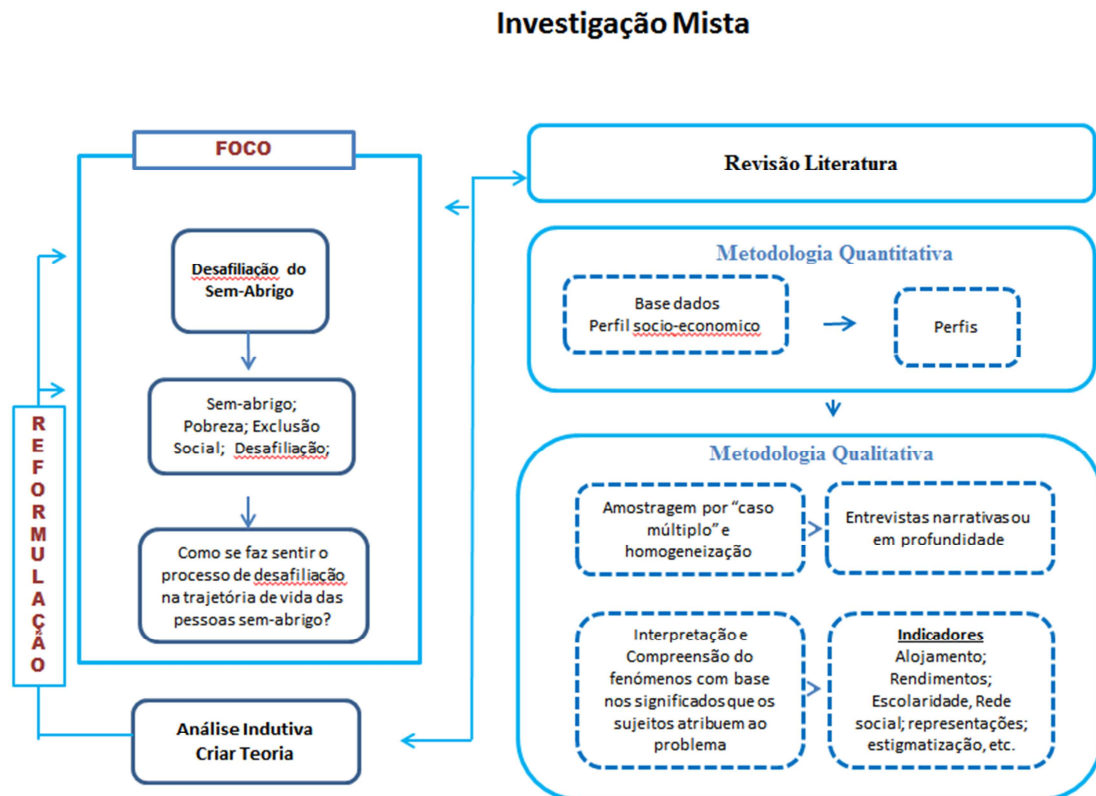
<b>Dimensão</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Categorias</b>
<b>Caraterização socio demográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil do individuo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade</li> <li>• Género</li> <li>• Habilitações literárias</li> <li>• Estado civil</li> <li>• Filhos</li> <li>• Existência de Sem-Abriço na família</li> </ul>
<b>Dimensão Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender ruturas do individuo com família, amigos até há condição de SA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ruturas familiares, sociais</li> <li>• Isolamento</li> <li>• Dessocialização</li> </ul>
<b>Dimensão Económica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender trajeto do individuo à condição de SA em termos económicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trajeto profissional</li> <li>• Rendimento</li> <li>• Alojamento</li> <li>• Espaço urbano desqualificado</li> <li>• Problemas de saúde;</li> <li>• Toxicodpendência</li> </ul>
<b>Dimensão Institucional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender a relação do individuo com as instituições e apoios sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio instituições</li> <li>• Nacionalidade</li> <li>• Cidadania</li> </ul>
<b>Dimensão Simbólica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os efeitos da condição SA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desqualificação</li> <li>• Estigmatização</li> <li>• Autoexclusão</li> </ul>

Fonte própria



## 2.7. Desenho da Pesquisa

Figura 5 - Desenho de pesquisa



Fonte própria

## CAPITULO III- ANÁLISE RESULTADOS

### 3.1.Resultados Quantitativos

A presente análise assenta na consulta à base de dados da AMI- CPAA, contemplando todas as pessoas na condição de sem-abrigo, que este centro acompanhou e sinalizou no decorrer do ano de 2016.

O CPAA é um dos nove centros que AMI possui, distribuídos de norte a sul do país, através dos quais combate a pobreza e a exclusão social, respondendo às necessidades da população, através da diversidade de serviços que oferece.

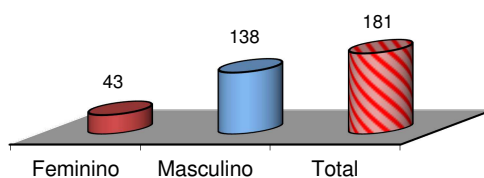
Este centro faz o acompanhamento das situações de ação social e RSI dos sem-abrigo do Concelho de Almada, não descurando o apoio à comunidade que o rodeia, colaborando em parceria com instituições locais, apoiando quem se encontra em situação de pobreza ou exclusão social

Insere-se numa zona conhecida por Plano Integrado de Almada (PIA), onde convergem diversos bairros sociais, considerados problemáticos devido à heterogeneidade da população, provenientes de contextos sociais desfavorecidos, de etnia cigana, africana, retornados das ex-colónias, onde o problema social emergente é a reprodução de pobreza e exclusão social. (Gato, 2012).

No ano de 2016, recorreram a este Centro 181 pessoas que se encontravam na condição de sem-abrigo, das quais 67 foram novos casos e as restantes já se encontravam identificadas e acompanhadas no CPAA.

Deste universo, 138 pertencem ao sexo masculino (76,2%) e 43 ao sexo feminino, (23,8%), conforme é possível observar no gráfico 1.

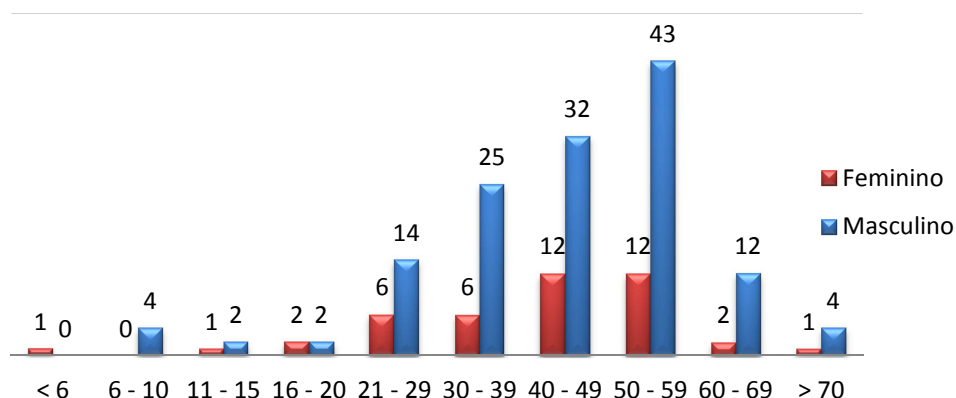
**Gráfico 1** - Distribuição por género



Fonte: elaboração própria

Constata-se ainda, que maioritariamente é uma população masculina, situada em idade ativa para o trabalho, entre os 21 e 59 anos, conforme revela o gráfico 2.

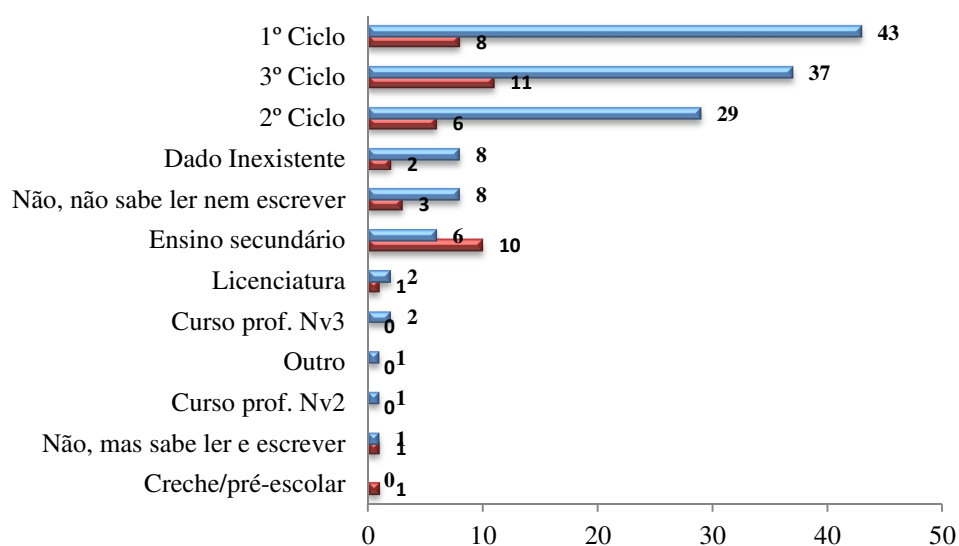
**Gráfico 2-** Frequência por Idade e Género



Fonte: elaboração própria

No que se refere à escolaridade, o gráfico 3 indica que a maior incidência se situa ao nível 1º, 2º e 3º ciclo, com 134 indivíduos (75%), cuja distribuição por género se evidencia o sexo masculino. É também possível observar, que o número de indivíduos com habilitações superiores, 16 pessoas (8,8%) com o ensino secundário e 3 pessoas com licenciatura (1,70%), é superior ao número de analfabetismo que apenas regista 11 indivíduos (6,10%) que assumem não saber ler nem escrever

**Gráfico 3-** Habilitações Literárias



Fonte: elaboração própria

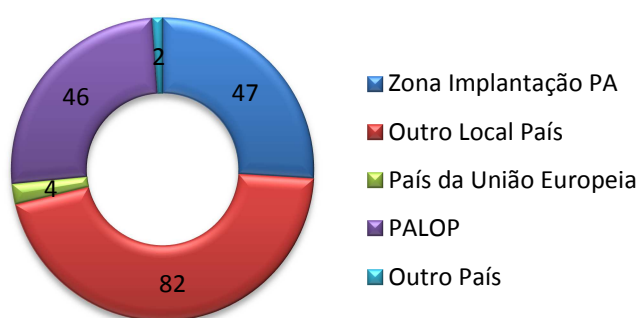
Quanto à naturalidade, a maioria dos beneficiários nasceu em Portugal, 129 (71.3%), dos quais 47 são naturais da zona de implementação do CPAA.

De outros países europeus, há um total de 4 pessoas. De outros continentes registam-se 46 nascidos em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e 2 são naturais de outro “país do mundo”.

Desta análise, constata-se que número de indivíduos nascidos em PALOP está a par dos indivíduos naturais da zona de implementação do CPAA, facto que se atribui à heterogeneidade da comunidade.

De referir, também, que aproximadamente 10% desta população se encontra em situação irregular, devido à ausência de documentação ou por esta ter expirado.

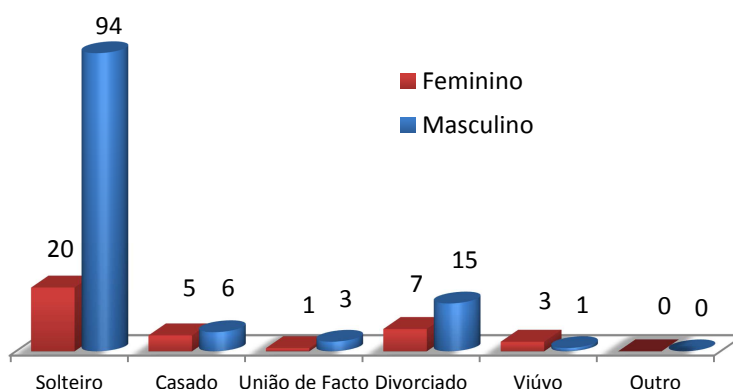
**Gráfico 4 - Naturalidade**



Fonte: elaboração própria

No que concerne ao estado civil, representado no gráfico 5, predomina a condição de solteiro, com 114 pessoas (63,0%), seguida de 22 indivíduos (12,2%) que se encontram divorciados.

**Gráfico 5 - Estado civil**

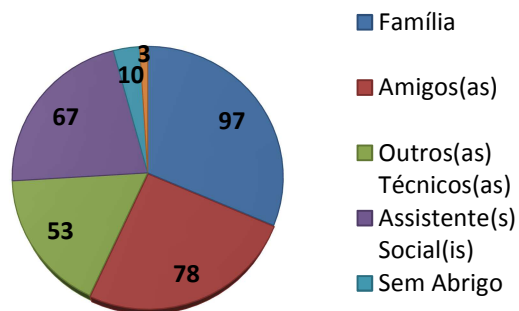


Fonte: elaboração própria

A sua maioria mantém relação com a família, ainda que seja de forma pontual.

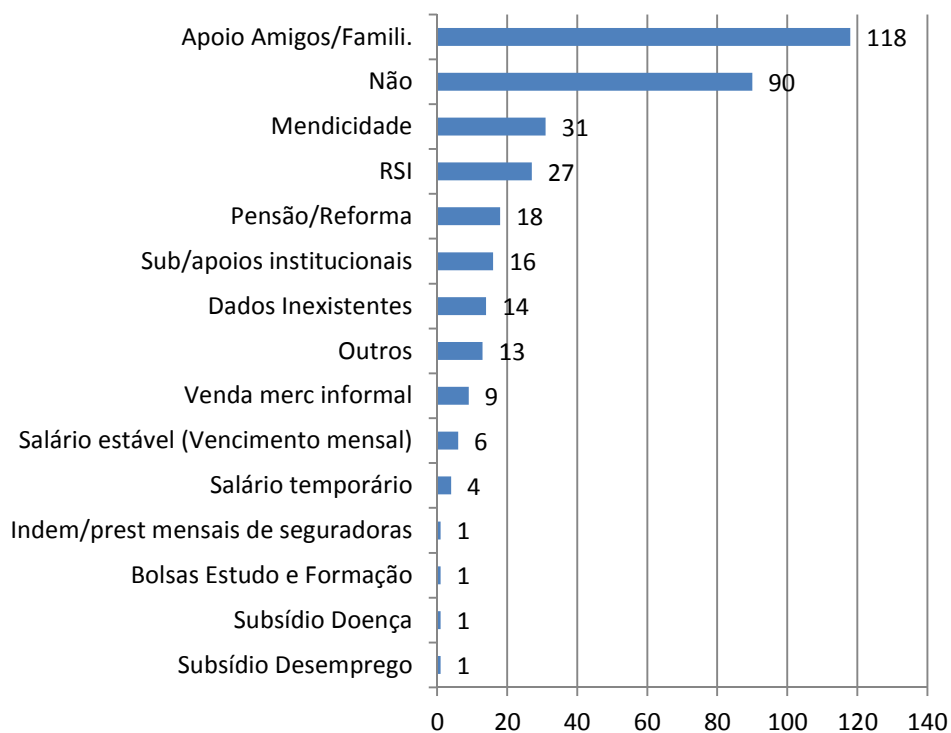
Há também a referir que destes, 48 mencionam ter apoios informais dos familiares (26,5%) e 70 dizem ser os amigos que lhes dão apoio (38,7%)

**Gráfico 6 - Relacionamentos**  
(Resposta múltipla)



Fonte: elaboração própria

**Gráfico 7 – Tipo de recursos**



Fonte: elaboração própria

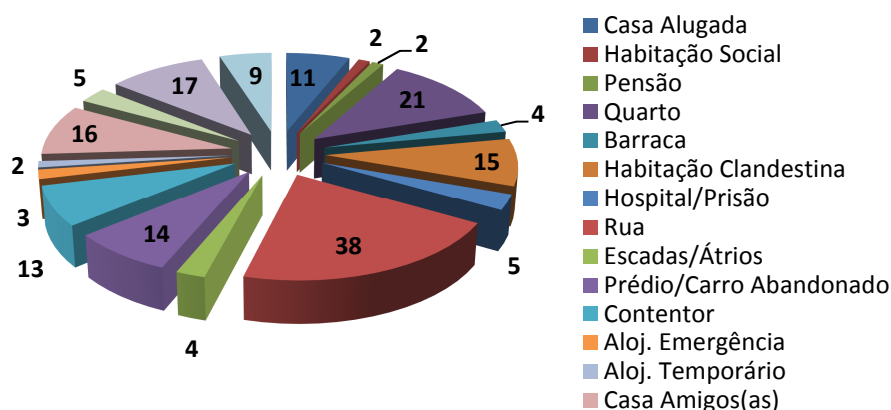
Ao nível dos recursos, o gráfico 7 destaca que a maior parte rendimentos advém de forma informal com 49,7%, seguido por aqueles que se encontram em total ausência

de rendimentos 25,71%. As formas formais aqui representadas, com 16,85% correspondem ao RSI, pensões, subsídios e outros.

Acresce dizer que 28 (15,5%) pessoas, nunca exerceram qualquer atividade profissional anterior e os indivíduos que já trabalharam 55,2%, exerceram trabalhos precários de forma irregular.

No que concerne a locais de pernoita, existe uma panóplia de espaços identificados descritos no gráfico 8. Contudo é na rua que se regista a maior afluência. No que respeita à pernoita em pensões, quartos ou casas, estas numa primeira fase são suportadas pela Linha Nacional de Emergência Social (LNES), ISS ou instituições de cariz social, até encontrar solução para a situação.

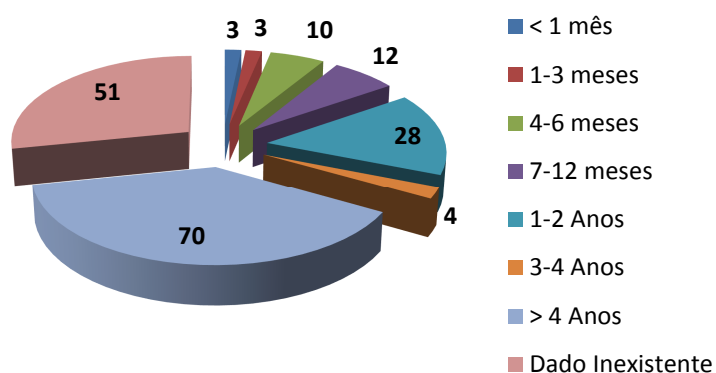
**Gráfico 8 – Locais de Pernoita**



Fonte: elaboração própria

Relativamente à duração da condição de sem-abrigo, o gráfico 9 revela que a 38,6% desta população se encontra nesta condição há mais de 4 anos, contrariamente ao 1,7% que se encontra sem local de pernoita há <1 mês. Torna-se deste modo perceptível, que o fator “tempo” é determinante para perpetuar esta condição.

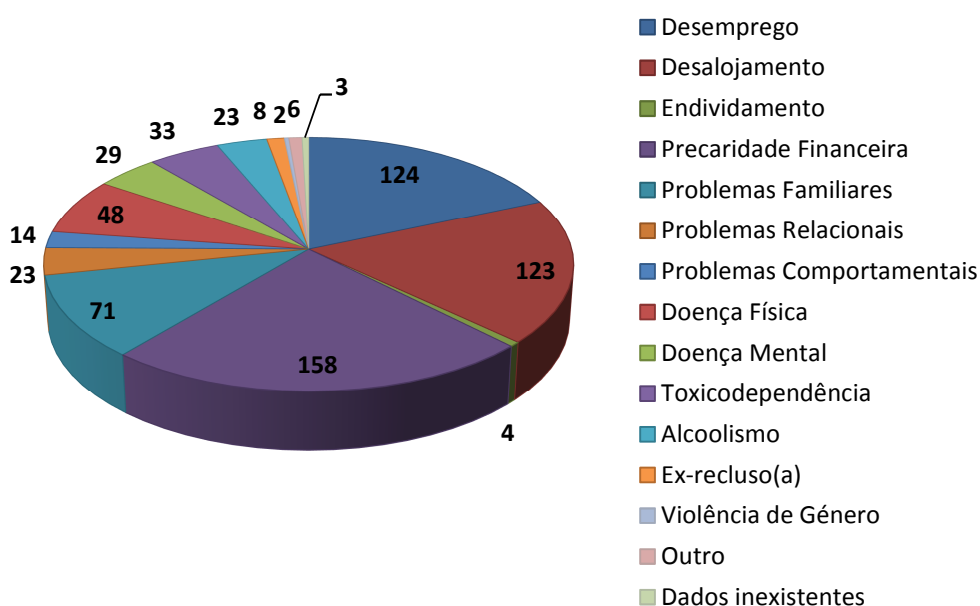
**Gráfico 9 - Tempo em estado de sem-abrigo**



Fonte: elaboração própria

Da análise do gráfico 10, perspectiva-se o conjunto de razões responsáveis pela condição de sem-abrigo, sendo muita delas comuns. As mais frequentes e que se encontram quase sempre presentes são a precaridade financeira (87,3%), desalojamento (67,9%) e o desemprego (68,5%).

**Gráfico 10 – Motivos da condição de sem-abrigo (resposta múltipla)**



Fonte: elaboração própria

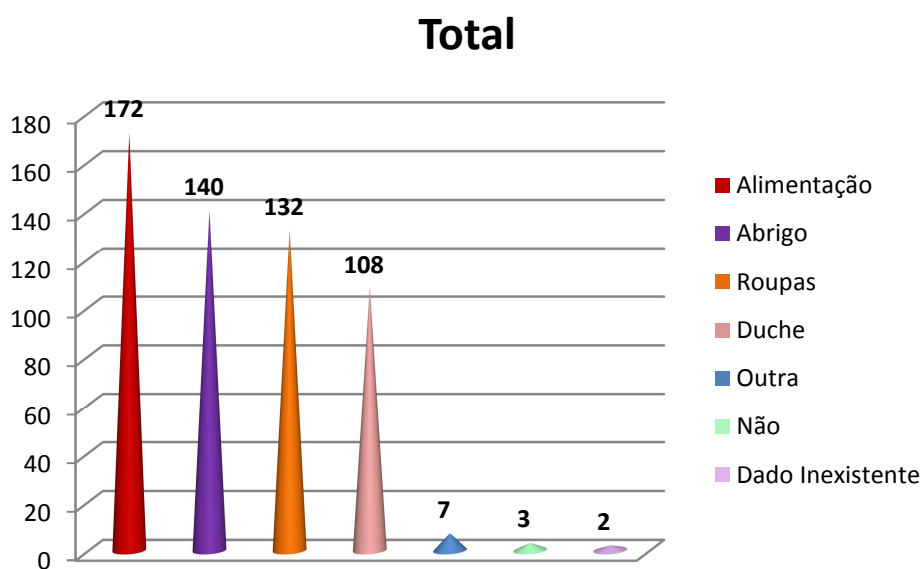
No que se refere a situações relacionadas com o estado de saúde (físico ou mental), bem como dependências, considera-se que estes dados, nem sempre são reais, pelo facto de uma grande parte desta população não o admitir nos primeiros atendimentos. Aqui, torna-se importante realçar, a relação de confiança que advém do acompanhamento continuado.

Ainda assim, foi possível apurar que 26,5% reconhece possuir uma doença física, dos quais 8,3% assumem ter contraído o HIV e 16,2% doença mental.

Relativamente às dependências, 18,23% considera-se toxicodependente e 12,71% alcoólico. Há a destacar, que uma grande parte, não considera as chamadas “drogas leves” uma droga ilícita.

A maioria dos beneficiários recorre ao CPAA, referem necessitar de apoio ao nível das necessidades básicas, nomeadamente: alimentação, roupas, abrigo, higiene, entre outras. Mais se acrescenta que apesar de 181 pessoas se encontrarem sem local de pernoita fixo, apenas 77,3% referem necessitar de abrigo.

**Gráfico 11 – Necessidade Básicas (resposta múltipla)**





Em suma pode concluir-se que a população que recorre ao CPAA é:

- Predominantemente masculina, de nacionalidade portuguesa e em idade ativa para trabalhar
- Existe uma parte significativa, aproximadamente 29% de indivíduos de PALOP ou de outros países.
- Encontram-se na condição de sem-abrigo há mais de 4 anos, devido a situações de precariedade financeira, desalojamento e desemprego.
- Tem baixos níveis de escolarização, que se traduz em trabalhos precários e de forma irregular.
- Existe uma panóplia de locais de pernoita, sendo na rua que se regista maior afluência.
- As maiorias das pessoas encontram-se isoladas e são solteiras, embora tenham tido relações afetivas que culminaram em separação ou divórcio.
- As relações familiares ocorrem de forma pontual.
- Os amigos destacam-se como a principal fonte de recurso informal e rede de solidariedade.

Mediante este perfil e segundo a identificação mencionada por Leanne Rivlin (1985, 1986 *apud* ISS, 2005), esta população enquadra-se no grupo que os autores designam por “Total”, considerado o mais catastrófico de todos com pernoita em albergues, vãos de escada, imediações de igreja, etc., com fracas redes sociais.

### 3.2. Interpretação das Entrevistas

Neste capítulo pretende-se espelhar o resultado das entrevistas realizadas, cuja leitura numa primeira análise corresponde a uma breve caracterização da população, seguida da transcrição resultante da análise de conteúdo das entrevistas, incidindo em quatro dimensões: trajeto que levou à condição de sem-abrigo, onde se inclui a família, profissão ou escola, a condição de sem-abrigo, relação com instituições e perspetivas futuras.

#### 3.2.1. Perfil da População Entrevistada

O quadro abaixo sintetiza a perfil dos indivíduos entrevistados. Os nomes são fictícios e servem apenas para personalizar as histórias de vida dos participantes.

**Quadro 2 – Perfil dos Entrevistados**

	Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Família	Nacionalidade	Recurso	Tempo SA
1	Eduardo	70	M	Divorciado	1 filho	Português	Reforma	8 meses
2	Clara	43	F	Solteira	1 filha	Portuguesa	RSI	8 anos
3	Rui	51	H	Solteiro	1 filho	Português	RSI	6 meses
4	Joaquim	30	H	Solteiro	pai; irmãos	Cabo Verde	Mendicidade	5 anos
5	Paulo	60	H	Solteiro	irmãs	Cabo Verde	Biscates	+20 anos
6	Lina	47	M	Divorciada	pai	Portuguesa	RSI	+10 anos
7	António	50	H	Solteiro	2 filhos	Português	RSI	+20 anos
8	Francisco	37	H	Solteiro	2 filhos	Cabo Verde	Mendicidade	1 ano
9	Manuel	47	H	Solteiro	---	Português	Mendicidade	13 anos
10	Vítor	50	H	Solteiro	2 filhos	S. Tomé e Príncipe	Mendicidade	+20 anos

Foram realizadas dez entrevistas a indivíduos na condição de sem-abrigo, maioritariamente do sexo masculino, existindo duas entrevistas do sexo feminino. As idades oscilam entre os 30 e 70 anos, em geral em idade ativa para trabalhar, contudo cinco destes indivíduos têm recursos informais, nomeadamente biscates, mendicidade e apoio de amigos, um é reformado e quatro são beneficiários de RSI, dos quais apenas um se encontra a receber. Os demais por não terem requerido a renovação em tempo útil, aguardam deferimento.

Todos eles exerceram uma atividade profissional, antes de se encontrarem na condição de sem-abrigo, ainda que de forma precária, em atividades ligadas à construção civil, pesca, limpezas domésticas e cozinha, com ausência de contratos de trabalho. Os que exerceram profissões regulares com contrato de trabalho, mencionam o despedimento, situações de doença, transtornos ou dependências, como causas para o seu término. Quanto às habilitações literárias registou-se um caso com frequência universitário, dois casos de analfabetismo, quatro com o 3º ciclo e dois com o ensino secundário.

A maioria tem nacionalidade portuguesa e quatro são PALOP, dos quais dois se encontram em situação ilegal, possuindo apenas o passaporte. De referir também, que desta amostra e independentemente da nacionalidade, três obtiveram a legalização há menos de um ano.

Quanto ao estado civil, em geral são solteiros, pese embora tenham tido relações afetivas que não se mantêm. Na sua maioria têm filhos mas mantêm contacto como os mesmos.

Face à situação habitacional, apenas um indivíduo conseguiu arrendar casa, aproximadamente há dois meses, após ter estado 8 meses a pernoitar em carro próprio. Os restantes oscilam entre quartos cedidos por pessoas conhecidas, casas sem condições habitacionais, seja por ocupação ilegal ou danos causados pelos próprios, rua e barracas.

### **3.3. Histórias de Vida**

#### **3.3.1. Biografia do Sr. Eduardo**

O Sr. Eduardo tem 70 anos, está reformado desde os 46 anos com uma pensão de 684,55 €. Teve três casamentos que culminaram em divórcios, do último tem um filho com 11 anos, com quem não mantém contacto, o que lamenta.

*“Eu acho que quando alguém tem uma relação seja lá qual for, ela deve ser legalizada. Tanto faz que dure 1 mês, como dure 1 semana, dure 15 dias, três semanas deve ser legalizada. E daí os meus casamentos. () O filho é já da minha terceira mulher. Já vou na terceira e hei-de acabar como o Frank Sinatra com umas 8 ou 9. (Ri-se)”*

Considera que o corte na sua relação com o filho, se deve à influência que a mãe exerce no jovem:

*“ Eu não posso culpar muito o Rodrigo. O Papel do Rodrigo é um papel muito complicado, () é o papel do palhaço, do equilibrista em cima da, do circo, onde estão as feras, percebe qual é a imagem. Maneira que anda neste equilíbrio. Se diz à mãe que sim, pode cair cá em baixo, se diz à mãe que não pode cair na mesma. O Papel do Rodrigo é um papel muito complicado, percebe. É o papel do palhaço rico e do palhaço pobre, () Não tenho como culpabilizar o rapaz, o rapaz no fundo, é judiaria para ele. Eu percebo nitidamente que ele está feito naquilo que me vai responder, porque é a mãe que lhe diz o que me vai responder. () Não vale a pena chatear-me muito porque não tem interesse.”*

Dos pais já falecidos recorda: *“Temporalmente com o meu pai eramos unha carne, com a minha era muito desligado. () Cão e gato. P: Então porquê? R: Questões temperamentais, não tinha nada a ver com o respeito, com respeitar a mãe, porque era a mãe, mas não havia hipótese porque a gente não se entendia. Tínhamos visões diferentes, () eramos um estereótipo, eramos uma congruência. Com a minha mãe era uma descongruência total. Não é que não gostasse dela, quanto menos melhor”*

É natural do Porto, veio para Lisboa aos 19 anos para ingressar na faculdade, ficando a morar em casa de familiares, de umas tias. Estadia que não foi muito longa, seja por saturação da vida estudantil, bem como desentendimentos com as tias. Começou a trabalhar no INE e mudou-se para uma residencial universitária. Menciona ter frequentado curso de Engenharia Química, Direito e Comunicação, apesar de nunca ter terminado nenhuma licenciatura. Questionado sobre esta instabilidade, diz:

*“Não me interessava nada. Interessava-me muito mais a cultura geral, que aquilo podia dar () Fiz 3º anos () em todos eles. Bacharelatos e mais ou menos, pode-se considerar assim. () a partir daí vem as licenciaturas, mestrados, e por aí fora, etc., etc. Que eu não ligo muito a isso porque eu trabalhei com muita gente, com cursos e licenciaturas que não valiam a pena”.*

A nível profissional, identifica-se como profissional de seguros, pese embora tenha trabalhado em áreas distintas *“Eu era profissional de seguros, () fiz rádio, fiz muita rádio, fiz marketing, telemarketing, publicidade...”*. Há cerca de um ano, já divorciado, teve um acontecimento inesperado ao ser despejado da casa onde residia, por incumprimento no pagamento da renda. Confrontado com o facto e considerando não reunir condições para arrendar nova casa, optou por pernoitar no carro próprio, onde permaneceu durante 8 meses, o que descreve:

*“Foi simples, tinha uma reforma relativamente pequena () a renda era muito alta, muito cara deixei de pagar a renda. () acabei por ser despejado () não tinha dinheiro para arranjar outra casa e vivi dentro do carro”*

Questionado como encarou a situação de se ver a dormir no carro responde:

*“Minha boa amiga para mim é tudo simples e tudo complicado. Eu tenho uma capacidade de adaptação enorme. () Eu estou habituado a tudo. Jogo os quadrantes todos da vida, de maneira que para mim nada é simples, e nada é complicado. () P:Viveu inverno no carro...R: Não foi assim tão mau quanto isso, Graças a Deus. Passei o Natal no carro sozinho, passei o fim de ano no carro sozinho, sem problema nenhum”.*

Considera também que durante o serviço militar, foi também sem-abrigo *“Quer dizer sem abrigo também estive na tropa e fiz a guerra de Africa, dormi encostado ... no meio da mata, de maneira que isso para mim (Ri-se)...”*

Para sair desta situação vulnerável em que se encontrava, teve o apoio de uma instituição particular de cariz social que providenciou o aluguer de uma casa a baixo custo e refeições na associação de reformados e pensionistas da zona onde reside. Contudo refere que as instituições que o poderiam ter apoiado, não o fizeram por incompetência e não desempenharem devidamente as suas funções.

Por fim, salienta-se que no decurso da entrevista o Sr. Eduardo foi-se contradizendo no que se refere à relação com a ex-esposa, bem como quanto aos fatos que o levaram a pernoitar no carro.

### **3.3.2. Biografia da D. Clara**

A Clara é a irmã do meio de uma família nuclear. Começou a consumir heroína aproximadamente aos 25 anos, por influência do irmão mais novo, que desde cedo teve problemas com droga. Nessa altura, a mãe já tinha falecido e a irmã mais velha tinha construído a sua própria família. A morar com o pai e irmão acabou ela própria por começar a consumir, cujas consequências foi uma gravidez inesperada que ela assumiu sozinha, com o apoio do pai.

*“Depois de eu ter experimentado heroína, das pessoas que frequentavam a minha casa, eu fiquei sem força de vontade () dos consumos acabei por engravidar”.*

Enquanto grávida e nos primeiros anos de vida da filha, deixou de consumir até ao momento em que o pai faleceu e voltou a recair. O vencimento que auferia em limpezas

não era suficiente para suportar as despesas domésticas e consumos, levando-a a praticar crimes contra a propriedade onde foi apanhada.

*“... fui apanhada a assaltar para arranjar dinheiro para consumir. Fui levada para a esquadra () no interrogatório acabei por dizer que a minha filha estava sozinha em casa. P: Que idade tinha a Maria? Tinha 5 anos. Acabaram-me por levar a casa e acabei por não ser detida, contudo o processo seguiu e foi para a proteção de menores e fiquei com apresentações semanais...”*

Nesta desordem, a intervenção da CPCJ com conseqüente institucionalização da Maria (filha), a acumulação de rendas em atraso e a decisão da irmã mais velha na venda do imóvel para pagamento de dívidas, levou-a a ter que largar o apartamento e conseqüentemente pedir à irmã e cunhado para serem tutores da filha:

*“Fui ao tribunal, com a minha irmã e o meu cunhado e disse que entregava a Maria. Eles ficaram como tutores. Nesse dia a Maria foi logo com eles os dois. Foram eles que a criaram. Acho que está bem, pois eles têm-na numa escola particular.”*

Incapacitada perante a evolução dos acontecimentos, deixa o apartamento e sai sem rumo certo, para dar início a uma vida irregular e errante, que recorda:

*“Foi de manhã, sai de casa com uma mala de viagem, uma trolley, vim por aquela estrada a baixo a fazer um barulho horrível, a mala, as rodas da mala faziam muito barulho no chão. E eu falava, falava, gesticulava..... Os vizinhos vieram todos ver. As pessoas vinham ver. P: E foi para onde? Para um jardim que há, à beira rio. () Na Ponta do Mato, ou Ponta dos Corvos () Teve medo? Sim tive. () Dormia ao relento. Arranjei lá um pinheiro que era muito baixo, a rama do pinheiro bate no chão e faz assim um tipo de uma gruta para o lado do rio, está aberto até e eu estive aí enfiada nesse tipo de gruta”*

A Clara viveu oito anos na rua, passando por diversos sítios e instituições. Dormiu na praia, em armazéns, escadas de prédios, arcadas, chegou mesmo a ocupar uma casa particular, pensando ser de um familiar já falecido, que acabou sem problemas com a autoridade. Foi violada, facto que a levou procurar locais movimentados para pernoitar, nomeadamente estações (paragens) com bastante movimento.

*“P: Dormia onde? Na praia. Tive enfiada, dentro daqueles sacos pretos grandes. Enfiava-me, tinha um por baixo e tinha outro por cima. Até inverno passei na praia, mesmo, não saía dali. Enrolava-me num cobertor e depois enfiava-me nos sacos.”*

Questionada sobre a relação com a filha, atualmente com 16 anos, chora e refere não a ver há sete, oito anos, altura em que esteve numa instituição e o cunhado a levou a visitar a mãe. Desse encontro recorda:

*“...Fui mostrar onde é que eu ficava, que é a casa das mulheres, porque eles não misturam tudo...só ela é que entrou comigo. () Viu aquilo tudo muito rapidamente, mais eu, ia falando, falando, falei com ela e nisto ela virou-se e disse.... é camarata, é como aquilo onde eu estive. Já dormi assim, por isso eu sei. () Aquilo pareceu-me uma tacada dela”*

A Clara aproximadamente há um ano teve internamento compulsivo onde lhe foi diagnosticado oficialmente esquizofrenia como consequência dos consumos e da vida na rua. Inicialmente não quis aderir ao tratamento e regressou à rua. Contudo, o estado de debilidade em que se encontrava levou-a de novo ao hospital. Desde aí, faz medicação diária e encontra-se em casa de pessoa amiga que lhe cedeu um quarto, reconhecendo estar mais controlada e temer que esta solidariedade termine e ter que regressar à rua.

Por fim e para terminar a entrevista, a Clara expressou a sua opinião no que se refere a instituições:

*“Ah é pouco. É pouco. Eu esperava que aqui por exemplo, como assistentes sociais, técnicas dessem mais força para que a pessoa conseguisse, pelo menos o abrigo, não digo a casa, a casinha própria, mas nem que fosse o quarto, pensei que tivessem mais força, mais autonomia. Que fosse uma área ligada convosco e não é, acaba por não ser. Arranjar uma assistente social que nos arranje uma casa é muito difícil. Pelo que eu sei é. () Está mal devia, devia a haver...mais ligação porque gente na rua continua haver muito. Há muita. Ainda vi bastante gente a dormir na rua.”*

### **3.3.3. Biografia do Sr. Rui**

O Sr. Rui trabalhou na construção civil, em montagens de ar condicionado, e foi emigrante. Teve uma companheira de quem tem um filho, mas não tem contacto com este. Após a rutura com a companheira emigrou, mencionando que enquanto teve rendimento conseguiu manter algum contacto com o filho. Ao regressar a Portugal conseguiu integrar a empresa de construção civil onde anteriormente tinha trabalhado, sem contrato, até ser despedido há 4 anos. Desempregado, sem rede familiar, sobreviveu

aos primeiros tempos com algum dinheiro que juntou e solidariedade de amigos, que lhe cederam temporariamente espaço para pernoitar, uma garagem. Porém quando este apoio terminou, pernoitou na rua aproximadamente durante 6 meses, o que recorda ter sido uma experiência “*má, foi má*” () *P: pernoitava a onde? Onde calhava E onde fazia a sua higiene? Ia a casa de um amigo*”.

Atualmente é beneficiário de RSI, que lhe permitiu arrendar um quarto, ainda que mencione ter poucas condições:

*“P: faz a alimentação também nesse quarto ou é só dormida? R: É só dormida. P: A alimentação faz a onde? R: Quando arranjo trabalho, compro isto compro aquilo*”  
() *P: como faz no seu dia-a-dia para se alimentar? R: Amigos meus que me dão isto, ou aquilo”*

No que se refere a instituições, não quis emitir opinião e quanto a perspectivas futuras espera voltar a trabalhar.

### **3.3.4. Biografia do Sr. Joaquim**

Joaquim, tem 30 anos é de Cabo Verde e veio para Portugal há 28 anos, ao abrigo do acordo de Cooperação Internacional com os Países Africanos de Língua Portuguesa, após acidente que o deixou com problemas motores e epilepsia. Há época, o facto de a mãe estar grávida, impediu-a de acompanhar o filho, tendo sido o pai acompanhá-lo. Com esta viagem vislumbrou a concretização do seu sonho de emigrar, que até data não tinha conseguido. Chegados a Portugal e após internamento a que foi sujeito, Joaquim foi entregue aos cuidados de familiares residentes na Cova da Moura e mais tarde aos cuidados de uma senhora que o criou até aos 14 anos. Assume ter sido vítima de maus tratos por parte do pai, facto que o traumatizou para a vida.

*“Não é medo, porque eu lembro-me daquilo que ele me fez quando eu era criança.... Foi um dia que eu fiz anos, estava na Cova da Moura, () foi-me buscar para eu passar os meus anos, tudo bem e depois () A prenda que o meu pai me deu foi uma pistola no peito e uma bala na testa! E o meu pai virar-se para mim e dizer-me queres que eu te mate? E eu criança vou fazer o quê? P: Que idade é você tinha? R: Para aí uns 6-7 anos. P: E ele deu-lhe mesmo um tiro? R: Não, não deu! Fez só uma ameaça. () E eu vou fazer o quê? Eu fico com um trauma. Já me fez muita coisa. Já me ameaçou com pistola, já me ameaçou com faca, com espadas, com garrafas de vinho () o meu pai*



*não tratava muito bem os filhos () tiraram-lhe os filhos, porque batia () com correntes, ameaçava com pistola também”*

Aos 14 anos o pai foi busca-lo, para morar com a nova família que tinha constituído e em simultâneo tomar conta do irmão mais novo. Porém, como que os maus tratos persistissem, o Joaquim tomou a iniciativa de se dirigir à Assistente Social e solicitar integração numa instituição. Foi assim, retirado à família e integrou um Centro de Acolhimento de Crianças em Risco, onde permaneceu até aos 18 anos. Manifestando vontade de permanecer, alegando não ter trabalho nem família que lhe desse apoio, foi transferido para outra instituição, onde permaneceu até aos 26 anos.

Desde que saiu dessa instituição, regressou à casa do pai que atualmente não a habita e que se encontra bastante degradada. A água e a luz são obtidas através de “puxadas”. O Joaquim devido à sua deficiência e ao facto de não ter documentos, à exceção do passaporte que está válido, tem dificuldade em integrar o mercado de trabalho, sobrevivendo da solidariedade alheia.

*“... Já me deram dinheiro para eu ir tratar da documentação, só que eu consegui só para arranjar o passaporte. () O resto, eu disse logo, ou passo fome ou trato dos documentos”.*

Durante a semana faz alimentação e higiene em instituição e o resto são amigos que o ajudam:

*“...Confesso, eu não tenho como lavar roupa, eu visto roupa suja. Eu próprio me sinto mal quando visto roupas sujas, e estar ao pé das pessoas. As pessoas também devem sentir o cheiro da roupa e só que não dizem nada. Mas eu próprio sinto mal e de vez em quando tenho que falar com uns amigos para ver se me lavam roupa. P: E lavam-lhe? R: Ontem fui buscar um saco”*

No que se refere a consumos, declara que às vezes bebe bastante e em tempos consumiu drogas leves.

*“Bebo. Às vezes bebo muito, mas é porque lembro das minhas coisas e ...flasho, e flasho um pouco. Já houve consumo de droga também, mas já parei. P: Consumia o quê? R: Só Haxixe () Só drogas leves e agora só fumo. Já tive confusões...()Às vezes vou para casa às 4 da manhã, só a andar na rua, só porque dentro de casa não dá. Só a pensar na vida, cima a baixo, cima a baixo... ”*

Considera que as amizades são por interesse, mesmo as que fez enquanto em criança na Cova da Moura, não lhe inspiram confiança.

*“não digo amigos verdadeiros, somos amigos por interesse. () Pouca gente me ajuda () nunca tive ninguém que me desse confiança (). Os amigos que a gente tinha quando eramos crianças, já desenvolveram. () E a gente não sabe como é que eles agora são, ou deixam de ser. Quando eramos pequenitos, convivíamos todos..... mas agora, como agente já cresceu está todo o mundo no seu ... (), podemos ter uma boa confiança um no outro, ..... mas sempre, com um pé à frente e outro atrás, porque não sabemos se é amigo verdadeiro ou se é tudo falso, ou se são amigos por interesse”*

O local onde mora promove a subsistência informal, em particular o tráfico de droga, meio onde assume conhecer pessoas, pese embora tema os riscos que esta vida possa trazer:

*“Eu paro ao pé dos colegas que consomem e traficam () tenho aí vários amigos () P: o facto de você dizer que não quer seguir esse caminho, é porque está contra isso, é os seus valores...? R: Não, não, eu não estou contra isso, cada um faz aquilo que quer, eu não estou contra isso... é a única maneira, que se não há trabalho de uma maneira, se calhar temos que desenrascar de outra... só que depois arcamos com as consequências em cima. P: E essa parte você tem receio? R: É tenho receio, tenho receio, tenho receio dessa parte. Se não fosse isso....”*

Questionado quanto ao futuro, responde:

*“A única solução que eu estou a pensar fazer é eu entrar pelo caminho do tráfico. Se eu não entrar pelo caminho do tráfico acho que não me safo. () Porque eu não tenho mesmo condições para nada, não recebo, não faço nada, não tenho onde ganhar onde que seja um dinheirinho () às vezes já me deu vontade também de pedir na rua, só que não consigo, não consigo () tenho receio e vergonha de andar pedir. () Eu próprio já disse () estou a pensar suicidar, assim acaba tudo de uma vez”.*

### **3.3.5. Biografia do Sr. Paulo**

O Sr. Paulo é de Cabo Verde e está em Portugal há 40 anos. Vivia no asilo 28 de maio<sup>17</sup>, com os dois filhos, um com 9 e outro de 11 anos, que faleceram debaixo de

---

<sup>17</sup> O asilo 28 de Maio albergou no pós 25 abril, sob a tutela da Casa Pia, uma pequena multidão vinda de províncias africanas, em especial de Cabo Verde. Anos mais tarde foi evacuado devido a derrocada, onde se perderam algumas vidas. (consultado em setembro 2017 <http://ruinarte.blogspot.pt/2009/12/o-lazareto-novo-de-lisboa-era-um-local.html>)

escombros, numa enxurrada de terras. Desde esse dia ficou sozinho. Teve uma companheira que segundo ele abandonou a família, mesmo antes do acidente. Enquanto trabalhou, na área da construção vivia nos estaleiros ou locais que o patrão destinava, sem contrato de trabalho. Atualmente com 60 anos vive sozinho numa barraca, sem qualquer rendimento.

*“P: Tem filhos? R: Tinha, mas faleceram. Aqueles dois que morreram no asilo de 28 maio. P: Diga? R: Os que morreram no asilo 28 maio quando a casa caiu, aí há uns anos atrás. Que eram as duas crianças que ficaram lá soterradas () P: O Sr. tinha companheira? R: Tinha, mas ela depois abandonou os filhos e foi-se embora”*

No que se refere à documentação apenas tem título de residência válido, há menos de um ano que o próprio reconhece ter sido com apoio de instituição.

*“P: E depois o Sr. foi para onde?R: Vim para aqui () tive que me desenrascar () Uma barraca na horta, olha fui para lá. E ainda lá estou”*

### **3.3.6. Biografia da D. Lina**

A D. Lina tem 47 anos e está totalmente isolada. Reside numa casa camarária totalmente destruída por incêndio, cuja origem se desconhece. Tem um pensamento confuso e desordenado e alienado da realidade. Caminha nas ruas sem rumo, muitas vezes a mendigar, fala sozinha e habitualmente não é agressiva, apesar de ter momentos em que discute com as pessoas sem razão aparente. É beneficiária de RSI e não se assume como sem-abrigo.

Aceitou participar no estudo e começou de imediato a contar a sua vida sem dar tempo a fazer perguntas. Da mesma forma deu a entrevista por terminada, quando achou já ter contado tudo.

Considera-se uma pessoa com posses monetárias, vítima de fraude por parte de familiares próximos, nomeadamente da cunhada.

*“...Eu sou filha de um senhor que foi gerente da caixa forte do Banco de Portugal e de uma senhora que me abandonou com 12 meses. Eu fui abandonada pela minha mãe tinha eu 17 meses. Fui criada pelo meu pai com tudo o que a Sra. Dra. possa imaginar do muito bom e do muito melhor, tenho duas vivendas no XX, tinha uma casa na XX, uma casa de férias, deitaram a casa da XX abaixo, por isso tive direito a esta casa aqui. () ...o meu irmão já morreu. () Com uma facada, foi a minha cunhada que o*

*mandou matar. Provado e admitido, ela está presa. A minha cunhada quando o meu irmão faleceu quis tudo o que era meu. () Ao longo de 20 anos foi a vida da minha cunhada, criar o meu sobrinho e roubar-me tudo. Roubou-me o meu pai. ()*

Questionada sobre os pais, refere que a mãe a abandonou aos 18 meses e o pai está internado em fase terminal, o que ela deseja para aceder há herança.

*P: O seu pai já faleceu? R: Não, mas está a falecer. E acho muito bem que ele faleça! () o meu pai está doente, e eu estou à espera de tudo o que é meu, sou herdeira direta ...”*

Refere ter casado contra a vontade do pai, para fugir dos maus tratos que este lhe infligia e culpabiliza o ex-marido por ter começado a consumir drogas:

*“Casei com 18 anos. () Casei-me e divorciei-me, graças ao meu pai. Nunca quis que eu casasse, () divorciei-me e meti-me na droga, para o meu pai não me bater, para não me lembrar que o meu pai me batia dia e noite. () A minha vida era a tomar conta do meu pai. P: Na altura a Lina já consumia drogas? R: Mais ou menos isso, mas nada de chatices em casa () Consumia haxixe com o meu irmão, aquelas coisas antes do 25 abril, o normal () drogas leves, que todos nós () P: o seu marido na altura também consumia? R: Exato. P: E depois do casamento é que você começou a consumir mais? R: Não, não, não.... O meu marido é sargento de mar e guerra. Enquanto os dois casados, nem eu o deixava consumir, porque um dia ele tinha consumido () em casados não, porque para se dar bem comigo, não dava para as duas coisas. () P: A vossa separação deu-se por causa dele consumir? R: Sim. P: E ele consumia o quê? R: Heroína. E quando me divorciei, acabei eu por consumir () na nossa casa.”*

A D. Lina, apesar de não ter quaisquer condições habitacionais, não se assume como sem-abrigo bem como nunca menciona que a casa foi incendiada. Faz alimentação e higiene na AMI.

*“Como é que você chegou a esta condição de sem-abrigo? Eu não estou sem-abrigo, eu tenho a minha casa, fui assaltada, () tenho a casa toda partida, não tenho luz () P: tem condições para cozinhar lá? R: Não, não tenho nada, partiram tudo. Tenho tudo partido. Dão-me comer lá em baixo, venho tomar aqui o pequeno-almoço e dão – me comer lá em baixo, na cozinha () no fim semana não tenho nada para comer”*

Refere com alguma confusão, ter estado internada no Júlio de Matos e ser acompanhada no HGO e Centro Saúde, situação que não se verifica por não comparecer às consultas.

*“...Tive, internada para me curar. P: A onde? R: No CAT. P: Através do CAT, o CAT não tem internamento? R: Isso mesmo, exatamente. P: Esteve a onde? R: No Júlio de Matos () Mas não tem nada a haver.... É só para me limpar das drogas. Já foi há*

*bastante tempo, nem me quero lembrar disso () tenho médico no hospital como todos nós e no Centro de Saúde. () Não vale a pena pedir a receita porque depois não tenho quem me a levante, não tenho dinheiro, não tenho dinheiro para a levantar”*

No que concerne a instituições, considera não ter o melhor atendimento, “*Nem má nem boa. Só agora é que eu estou precisar. Mas dentro daquilo que eu preciso, não posso dizer que fui a melhor atendida, porque isso não é verdade. Comer eu tenho e é o que me interessa.*”

De seguida levanta-se e pergunta “*Está tudo respondido? Já sabe a minha vidinha toda?*” e deu a entrevista por terminada

### **3.3.7. Biografia do Sr. António**

O Sr. António aceitou participar no estudo, mas falou muito pouco, sentindo-se intimidado na presença do gravador. A síntese aqui exposta é fruto de conversas informais que ocorreram no decorrer da investigação.

É sem-abrigo há muitos anos, ele próprio não tem noção. Pessoas que o conhecem dizem que deve estar nessa condição há aproximadamente 18 anos e descrevem-no como um homem pacato e pouco conflituoso.

Inicialmente teve uma barraca na Costa da Caparica, pernoitou num carro abandonado mas atualmente dorme onde calha e se possa abrigar, viadutos, estações, escadas prédios, etc.

Encontra-se constantemente alcoolizado, registando ao longo do dia momentos de agressividade e outros de grande emoção onde chora com facilidade.

Diz ter dois filhos, fruto de uma relação em Aveiro e que se relaciona com eles nas férias. Contudo esta informação não se confirma, nunca foi visto com familiares e ele próprio noutras alturas vai dizendo que nunca mais os viu.

*“P: Casou? R: Casei, casei não, amancebei... P: ah juntou-se? R: Sim juntei-me. P: Tem filhos? R: Sim tenho um rapaz e uma rapariga. P: Que idade é que eles têm? R: Sei lá eu. P: Então mas já são crescidos? R: Já! () P: nunca mais os viu? Acena com a cabeça diz que vem cá de vez em quando, e que os vê nas férias. () P: Eles sabem que você está nessa situação? Vira a cara. P: Não gostava de os ver agora? R: Gostava”*

O seu discurso nem sempre é coerente, tem falta de equilíbrio, fala arrastada e pouco compreensiva.

É beneficiário de RSI, tendo estado muitos anos sem qualquer rendimento, por falta de documentos, que segundo ele lhe roubaram. Assume também andar ao lixo à procura de sucata.

O Sr. António, não sabe precisar há quanto tempo, mas diz ser “*capado*” situação confirmada pelo médico de família e pessoas que o conhecem, em consequência de conflitos na rua onde ficou moribundo.

Refere nunca ter andado na escola, não sabe ler nem escrever à exceção do seu nome. Trabalhou na apanha do bacalhau, construção civil e em feiras nos carrinhos choque, que descreve:

*“P: Sr. António você começou a trabalhar nos carrinhos em Aveiro e depois? R: Depois vim para a Costa. P: Então e depois não foi com eles? R: Eles deixaram de pagar, eles foram-se embora e eu não fui. P: Quanto é que ganhava na altura? (muito a custo o Sr. Referiu que lhe davam vales) P: E ficou a fazer o quê? Não sabe. P: E foi dormir pra onde? R: Para a mata P: Então sem trabalhar, e a dormir na mata como é que fazia? R: Então eu sei desenrascar-me. P: Então como é que se desenrascava? R: Ia ao caranguejo e ao mexilhão. P: Então e depois dormia ao ar livre? Encolhe os ombros”*

### **3.3.8 Biografia Sr. Francisco**

O Sr. Francisco é de Cabo Verde, está em Portugal há um ano em situação ilegal por falta de documentação, situação que o impossibilita de trabalhar e com a qual discorda “...*mas sem contrato de trabalho como é que vai ter documentos () normalmente era aí que devia entrar o contrato de trabalho...*”.

Emigrou há cinco anos para França, onde tem familiares, a mãe e irmã, mas como não conseguiu trabalho veio tentar a sorte em Portugal. Vive numa barraca sem qualquer condição de habitabilidade e sobrevive da solidariedade de pessoas que vai conhecendo, instituições que o apoiam a nível alimentar e onde faz a higiene.

Para obter algum rendimento, diz fazer biscates:

*“Faço trabalho às pessoas, como eu disse de biscate. () É a única maneira que eu pego no dinheiro, é isso. É a trabalhar. P: E que tipo de biscates é que faz? R: A trabalhar, a ajuda, a regar coisas, limpar as quintas, já tive nalgumas garagens a trabalhar com os carros. Antigamente trabalhava nos carros, mas agora estou a trabalhar mais nas quintas, porque nem as oficinas estão a dar”.*

No que se refere a dependências, não reconhece o consumo de droga alegando “... eu só fumo, mas não bebo muito. () Só fumo, só fumo, como é que se chama? () Tenho cigarros e outro. Todo o mundo fuma, acho eu, haxixe ou marijuana”.

Tem dois filhos em Cabo Verde, jovens adultos, cujo contacto é apenas por telefone ou via internet. Questionado sobre a razão que o levou a sair de Cabo Verde, diz:

*“A nossa família é pobre (...) é isso que a emigração faz às pessoas (...) todo o mundo pensa que () viajar é a solução”.*

É de referir que o Sr. Francisco se sente desiludido e revoltado com os apoios sociais que tem obtido em Portugal:

*“...No fim ninguém dá ajuda a nada. Todo o mundo tá-se pegado às coisas, da terra da vida, no fundo não há nada a ajudar. () Nada, até hoje nada. Tudo que já fiz, já consegui, sabe-se que eu encontrei aí no chão ou sabe-se que eu fui aí buscar. Ninguém disse, olha faz isso que vai dar isto aqui. É assim. Já tive em várias instituições, nunca tirei um grão de arroz, seja lá para dizer valeu a pena o arroz () Essa história que já falei aqui, falei curta contigo, mas, desde que estou a falar, às vezes falo de uma maneira que as pessoas nem chegam a compreender, porque eu estou enervado a falar () quando eu saí a minha cabeça fica estoirada. Já estou cansado”*

Questionado sobre perspetivas futuras, pondera regressar ao seu país mas não tem dinheiro para a viagem. Diz que já em França considerou esta hipótese, mas surgiram obstáculos e em simultâneo desafiaram-no a tentar a sorte em Portugal, o que não está acontecer.

### **3.3.9. Biografia Sr. Manuel**

O Sr. Manuel tem 47 anos é toxicod dependente, vive há 13 anos na rua por opção. Integrou aproximadamente há dois anos o programa de Metadona, sendo que há apenas seis meses não regista consumos e manifesta vontade de retomar a normalidade da vida. Durante este tempo, viveu sem documentos, primeiro porque os perdeu e depois por estes terem expirado.

Trabalhou em seguros, ficou desempregado, abandonou a casa e enveredou pelo caminho da toxicod dependência. Questionado como chegou à condição de sem-abrigo, descreve:

*“...Perdi o emprego () destabilizar-me emocionalmente () já tinha tido anteriormente um problema de toxicod dependência, mas até na altura, estava estabilizado em relação a isso. () Desleixei-me portanto abandonei a casa... () Morava sozinho () fui para a rua, pronto. Fui para rua, depois entrei outra vez no consumo de drogas...”*

Tem apenas um irmão com quem cortou relações. Foi criado pela avó materna, após a separação dos pais, que já faleceu

*“...Os meus pais eu não fui criado por eles, percebe, o meu pai trabalhava na Capital o () era chefe da secção de gravura, a minha mãe era doméstica mas eu quando nasci, eles nunca tiveram..., portanto, eu quando nasci eles divorciaram-se muito cedo, foi cada um para o seu lado. Entretanto eu, eu sou entregue à minha avó... () E então é com ela que eu sou criado. Nunca fui criado, mesmo diretamente muito com a minha mãe, e o meu pai também sempre esteve ausente. Apesar de eu ir muitas vezes, ir aos fins de semana, quando eu era adolescente fazer uma visita, ali ao, aquilo era no Bº Alto. P: Os seus pais ainda são vivos? R: A minha mãe está em Espanha, penso que ainda será viva, mas lá está eu tenho um corte.... Eu não sei. O meu pai já morreu, isso eu sei que já morreu, teve um acidente de automóvel, morreu, mas já algum tempo, bastante mesmo. Aliás eu penso que foi na altura que eu estava a fazer o serviço militar. () P: Tinha relação com o seu irmão? R: Pá, Mais ou menos. Havia alguns problemas por causa também dos consumos de drogas () isso cria sempre ambientes complicados... P: Ele também tinha consumos? R: Não, Não, nada disso. P: nunca teve nenhuma relação sentimental com alguém, nunca viveu com ninguém? R: Viver, já tive, mas viver, viver, e fazer vida não, nunca calhou isso. Possivelmente, também teria sido diferente se tivesse uma relação estável com alguém. Possivelmente porque é diferente. Não teria caído nesta situação. Eu na altura também estava bastante só a vida levou ali, bastante, uma turbulência bastante grande e eu na altura deixei-me levar um pouco pelos acontecimentos...”*

O Manuel quando perdeu o emprego vivia sozinho, numa casa camarária no Monte da Caparica. Era efetivo numa empresa de seguros, onde já trabalhava há 28 anos. O despedimento foi para ele um choque, nas suas palavras deixou-o “desnorteado” e fechou-se em casa. Não requereu o subsídio de desemprego e viveu com a indemnização que trouxe. Recorda o dia em que saiu de casa para nunca mais entrar:



*“Caí na rua em outubro de 2003, portanto. Nunca mais me esqueço. () Saí um dia de casa e () apanhei um comboio () no Pragal para Lisboa portanto. () Foi de manhã, eu não estava a imaginar que não voltava, nem nada () emocionalmente, desleixei-me portanto abandonei a casa. Depois então entrei outra vez no consumo de drogas. () No consumo de drogas depois você anda ali naquele ciclo, e o tempo vai, o tempo passa-lhe ao lado. () Não havia outro meio para sustentar o vício, portanto era a pedir ou arrumar carros, o tempo foi-se passando, foi-se passando, até que se passou () Eu caí na rua, não foi, vamos lá ver.... Diretamente por causa da droga. A ironia das coisas são estas, percebe mas pronto. Depois o problema é que como eu já tinha tido um historial de droga antes.”*

Tem um irmão, mas a relação entre eles é pautada por conflitos devido aos consumos. Ao longo destes anos o irmão considerou que ele tivesse morrido, tendo ficado embaraçado quando há uns anos atrás o Manuel lhe telefonou.

*“Havia alguns problemas por causa também dos consumos de drogas. Ele também tinha consumos? Não, Não, nada disso. () Que eu teria morrido possivelmente. P: Disse-lhe o seu irmão? R: É, pá, pensava que eu tinha morrido, não havia contacto nenhum, não havia nada, portanto.”*

O Manuel andou por diversos locais em Lisboa, nas suas palavras era um “heroinómano” cuja preocupação era não ressacar.

*“P: onde fazia a sua higiene? R: Epá, isto é assim quando se está numa situação destas não é como agora, não é prioritário? É um bocado desleixado, não é prioritário, prioritário é tirar as .... Mas ainda assim eu não era dos piores, mesmo assim eu nunca fui a certos extremos, por acaso vá lá. Ia à Mouraria, aos balneários da Mouraria, normalmente, só que não era com esta regularidade que agora é, é evidente! Ia muito à Mouraria e às vezes calhava ir também à Alameda por que eu andava naquela zona do Saldanha. Eu tive muito tempo no Saldanha, naquela zona do Saldanha a arrumar carros. E o metro dá para ir à Alameda é só apanhar a linha amarela. Eu tive muito tempo na zona do Saldanha, era onde eu estava e depois ia ao Lumiar, era só apanhar o metro, apanhar a linha amarela, está no Saldanha saio no Lumiar e pronto () tá-se completamente aliado () Porque a gente temos que ir às ressacas, não podemos estar aqui, portanto, temos que arranjar dinheiro, isso leva tempo e depois consumir e depois voltar outra vez para não ressacar e as coisas passam. Todo o mundo à volta passa.”*

Há dois anos integrou o programa de Metadona consciente e alertado que os resultados não iriam ser imediatos, ou seja, continuaria a ter consumos mas reduziria os efeitos da ressaca, apesar de que “cada caso é um caso”. Hoje diz com alegria que esta mudança se fez sentir há sete meses, quando conseguiu parar os consumos.

Determinado nesta decisão e esperança de levar a cabo esta mudança, tem como prioridade sair da rua, obter um rendimento que lhe permita encontrar um espaço para viver.

*“A minha prioridade é tentar sair da rua, não dormir na rua pronto. É muito importante. Meti o rendimento mínimo porque é o único rendimento que tenho e vou tentar arranjar qualquer coisa com este valor. () Também já estou saturado de mendigar, percebe? () na altura é mendigar para tirar dores”*

Porém, enquanto espera aprovação do RSI o Manuel continua a dormir num banco de jardim e a mendigar pelas ruas de Lisboa, alegando que o faz para passar o tempo, conforme descreve:

*“Normalmente deito-me um bocado mais tarde que é para as pessoas não notarem () Depois venho até aqui, tomo o meu banhinho e () depois as vezes vou até Lisboa. Às vezes não me apetece, está perceber? () só para preencher o tempo. Vou pedir () mas até isso me começa.... Já não tenho paciência, está a ver? Saio daqui, vou a Lisboa, apanho o metro, e peço entre as 7-8 h até 23-24h e depois com esse dinheiro, como já fiz algum, fica aqui no bolso, portanto, junto () Porque você durante o dia come bem isto é quando as pessoas estão mais na rua, andam e .... Mas depois a partir das 18-19 h é quando as pessoas tem a tendência de se retirarem, vão para casa. () e eu estou ali numa situação de vazio está a perceber. Aquela parte vazia, esta a ver. Vê as pessoas a saírem da rua, as ruas a ficarem desertas e você fica ali, sem fazer nada. Pronto! Está a perceber? Às vezes, pá, apetece estar sentado numa poltrona a ver um bocado de televisão e você não tem esse acesso. Às vezes, as pessoas que têm casa não dão esse valor. Está a ver? Para mim a partir das 7-8h até é angustiante estar na rua nesta situação, está a ver? Até é complicado. Eu às vezes eu vou pedir para preencher tempo, está a ver? Para passar o tempo, que é para depois vir. Apanho o último barco e depois deito-me. Venho por aí acima a pé, da parte de Almada e deito-me aqui. Mas às vezes não me apetece às vezes vou por ir. Esta ver? Vou, imponho-me a mim próprio essa obrigação, é como se fosse um emprego entre aspas, não é? Para manter uma rotina. Estou a tentar fazer um pezinho de meia e vou meter este dinheiro no banco para o caso de acontecer alguma emergência alguma coisa e não sei que. Não ando a gastar dinheiro por ai em nada”*

No que se refere a instituições, diz ter tido o apoio de diversas instituições, nomeadamente, AMI, Comunidade de Vida e Paz, Caritas e as Carrinhas em Lisboa, a quem recorria com mais frequência. Contudo, reconhece que ele próprio não estava interessado.

*“Nunca estive num apoio mesmo () Não é a questão de não querer () tá-se completamente aliado disso, percebe. Porque a gente temos que ir às ressacas, não podemos estar aqui, portanto .... Temos que arranjar dinheiro, isso leva tempo e depois consumir e depois voltar outra vez para não ressacar e as coisas passam () a pessoa também tem que estar disponível. Eu na altura passava um bocadinho ao lado, está a perceber? Não parava muito... Vai-se aos sítios, vai-se só buscar alimentação .... E depois vai-se à vida, não se está a li parado...”*

Quanto ao futuro menciona:

*“O futuro, está um bocado ... é assim, eu tenho 47 já, não sou propriamente um velho mas também não sou um jovem, tem-se que se ver, tem-se aquela noção que quanto mais velho você for menos espaço de manobra você tem, para fazer.... Está a perceber. Mas ainda está a tempo, agora é assim é preciso, vamos lá ver, está a perceber () ainda está um bocado indeciso. É muito incerto.*

*A primeira coisa que eu quero fazer neste momento é arranjar um alojamento, sair da rua, pronto, para cortar definitivamente com esta rotina, percebe? Sair da rua, pronto, e depois a partir daí...”*

### **3.3.10. Biografia Sr. Vítor**

O Sr. Vítor é de S. Tomé e Príncipe, onde trabalhava no Ministério dos Negócios Estrangeiros no serviço de Protocolo do Estado, veio para Portugal há 28 anos para frequentar uma formação de Relações Diplomáticas e de Consulado. Após a conclusão desta, solicitou autorização de permanência e integração nos serviços locais, alegando que a sua companheira necessitava de tratamentos médicos específicos, que não se realizavam no seu país. Pese embora a sua companheira não estivesse em Portugal diligenciou a sua vinda e integração hospitalar para receber os respetivos tratamentos. Porém, ele próprio veio a adoecer e adquirir a doença Bipolar.

*“Eu próprio vim a ganhar a Bipolar. () Só que eu não sabia o que é que era a doença. () A situação complicou, porquê eu não sei. A doença é tão traiçoeira que eu não sei. () Só sei que depois abandonei o trabalho”*

Considera este acontecimento como o incidente fraturante da sua vida onde começou uma espiral descendente, até chegar à condição de sem-abrigo.

*“P: Quando abandonou o trabalho, ainda estava a viver com a sua esposa? R: Estava, estava. Mas a situação começou a agravar-se. A Dra. vê, deixei de trabalhar,*

*sem motivo, coitada, ela sozinha só que () doente, mas já estava melhor. Eu é que passei a estar doente. Com 1 filho. P: Que idade tinha o seu filho? R: Não sei, talvez 3 anos, 3 ou 4 anos. A situação começou a piorar, a agravar, a gravar. () Saía de casa, ou estava no bairro, mas para cima para baixo, para cima para baixo.... () Abandonei a casa, abandonei o trabalho. () Vinha andar a pé até Lisboa. Andar só na rua. Consumia álcool assim para desanuviar. Exageradamente. () Estava a viver na rua, dormia na estação do comboio de Sta. Apolónia, ou ia dormir lá no jardim, jardim do parque Eduardo VII, lá dormia, mas na rua, na rua, () ia esperar aqui na Pç do Chile um conterrâneo () de Corroios. Ele é que tirou dessa carga, me arranhou alguma coisa para comer. Duas da manhã aqueles pão baguete francês, qualquer coisa assim, eles não guardam, deita fora, () e dava-me para comer. () Eu ficava até às 2 da manhã, quando aquelas lojas de conveniência fechavam, ele então saía com aquele carrinho para ir, trazia uma lata salsicha e eu me desenrascava... De manha para lavar a cara, ia lavar a cara naqueles bebedores, onde os pombos do jardim...”*

Atualmente vive numa barraca no Monte da Caparica com outro colega, num local que em tempos foi um ferro-velho. Não tem qualquer rendimento, pois apenas se encontra legalizado há menos de três meses, situação que muito agradece há AMI. Sobrevive, com o apoio semanal desta instituição e a reforma de invalidez do companheiro.

*“Então o pouco ou muito que eu pego aí, com os que dão na horta de cima, posso dizer que tenho muito boa relações com ele, a gente cria. Não fazer comer todos os dias, se fizer uma panela de comida dá-nos para 2ª, 3ª e 4ª. É só tirar um bocado e aquecer e a gente vai desenrascando, honestamente. () Nunca fazemos comida diária. () Eu tenho complexo de ir ao supermercado, eu vejo as pessoas com o carrinho de mão () Paciência!”*

O Sr. Vítor, tem dois filhos já adultos, uma rapariga e um rapaz, de relações diferentes com quem não tem contacto. Relata que há um ano atrás a filha procurou-o através da embaixada que promoveu o encontro nas instalações da AMI. Questionado se a filha lhe ofereceu ajuda, responde “...sinceramente eu não quis. Eu como pai é que devo procurar, como pai”.

Contudo refere que a antiga companheira já o procurou por três vezes, sendo uma delas no dia do seu aniversário, situação que ele descreve com emoção:

*“A mãe do meu filho quando fez anos, 19 novembro, do ano passado, fez uma surpresa para mim. Foi comprar grande bolo, com as velas. Dra. comprou-me um fato, para eu matar saudades, porque no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na*

*Embaixada era gravata e fato.... Dra. ela comprou-me um fato, NOVINHO, novinho, caríssimo, eu disse: aqui na barraca, um fato...”* noutra ocasião deu-lhe disfarçadamente e de forma a não poder recusar 10 €, situação que ele menciona “*eu fiquei comovido*”.

Em retrospectiva sobre o passado menciona “*hoje vejo o passado e o atual presente, com um passo que foi dado em frente. Um passo que foi dado em frente. Também não posso dizer que estou mal. () Independentemente da situação () é cobra, é rato, mas como, tenho que me conformar. Tenho que conformar. A gente tem que desenrascar. Pronto!*”

No que se refere a instituições sente-se muito agradecido à AMI pelo apoio prestado. Questionado como vê o seu futuro, responde:

*“Dra. penso aos poucos. () Tentar junto da Segurança Social, ou centro de emprego, uma formação aqui, nos Foros da Amora, na escola, a ver se faço uma formação, mas tudo quero a partir do centro de emprego. P: Gostava de fazer uma formação em que área? R: Depende da minha capacitação. Tenho que ir lá, recorrer a uma psicóloga e contar a minha situação, da doença que eu sofro. Até ao momento, não saio da cama antes das 8.30-9.00h, também não vai prejudicar o horário que... Tenho que levar isso aos poucos. Quer ver se vou apanhar uma coisa que eu tenho capacidade de... P: E essa formação que pretende, é em vista um futuro trabalho? R: Eu gostaria, gostaria de continuar a trabalhar. Gostaria não, preciso de ter uma fonte mínima de rendimento.”*

### **3.4 Análise das Trajetórias de Vida dos Entrevistados**

Após a análise de conteúdo das entrevistas, apresentado no ponto anterior, segue-se uma síntese das dimensões analisadas que operacionalizam o conceito desafiliação: Social, económica, institucional e simbólica, sumarizadas no anexo 6 sob a forma de tabela.

#### **3.4.1. Dimensão Social**

No que se refere à dimensão social, pretende-se compreender os laços sociais existentes, distinguindo-se entre família de origem (laço de consanguinidade), família construída e amigas.

No que se refere aos laços de consanguinidade, apenas dois indivíduos têm os pais vivos, sendo a sua relação pautada por discórdia. Os restantes, cujos pais já partiram não evidenciaram laços afetivos fortes, existindo casos de abandono infantil e trabalho

precoce para ajudar os pais. Dois participantes reconhecem a morte dos pais, como uma perda de amparo e apoio, revelando alguns sentimentos de angústia. *“Os seus pais ainda são vivos? Não já faleceram, infelizmente já... () o Natal passávamos com os meus pais. () Pronto a minha mãe faleceu...”* *“Para si a morte do seu pai, foi um momento crucial. () Dava-lhe muita força? Dava, dava, ele apoiou sempre, dava apoio...”*

No que se refere à família descendente, a maioria regista relações afetivas, das quais tiveram filhos, pese embora não exista contato com estes, o que em geral lamentam. Sentimento que não se observa quando questionados com a rutura da relação “conjugual”, conforme descreve o Sr. Eduardo *“É normal. () Separamo-nos quando chegamos à conclusão que a relação não tem interesse nenhum...”*

Há contudo um participante, o Manuel que reconhece a ausência de relações afetivas, como um fator potenciador da condição de sem-abrigo.

*“Possivelmente, também teria sido diferente se tivesse uma relação estável com alguém. Possivelmente porque é diferente. Apoiava-se. Não teria caído nesta situação. Eu na altura também estava bastante só a vida levou ali, bastante, uma turbulência bastante grande e eu na altura deixei-me levar um pouco pelos acontecimentos.”*

Nas relações extra familiares, mencionam que o círculo de amizades, se circunscreve ao meio que frequentam, o qual não lhes confere muita confiança, conforme se evidencia pelas transcrições que se seguem.

- *“...Não digo amigos verdadeiros, somos amigos por interesse. Podemos ser amigos agora, podemos ser uma boa amizade, podemos ser uma boa confiança um no outro, mas sempre com um pé à frente e outro atrás, porque não sabemos se é amigo verdadeiro ou se é tudo falso () ”*
- *“Paro ao pé dos colegas que consomem e traficam, já eu sou apontado também”*
- *“Enquanto estive na rua, fez amizades, travou conhecimentos? Trava-se, trava-se, mas é aqueles conhecimentos está perceber, não tem, não tem, é de passagem () ”*

Estes relatos deixam transparecer o poder negativo que estas amizades exercem, pese embora uma parte de apoios e ajudas que recebem, advenham da solidariedade de amigos: *“tenho que falar com uns amigos para ver se me lavam roupa.”*

Nos casos cuja rutura se deve a emigração, a separação ou rutura familiar é observada como uma realidade necessária e consequência da procura de melhores condições de vida.

Regista-se deste modo um progressivo enfraquecimento de vínculos sociais que culminam em rutura.

### **3.4.2. Dimensão Económica**

No domínio económico, destaca-se o percurso profissional, os recursos existentes, condições habitacionais, saúde e toxicodependência.

No que se refere ao trabalho, apenas dois indivíduos reconhecem a perda de emprego como fator potenciador do seu estado, mostrando determinação em encontrar uma nova oportunidade que lhes permita recuperar a sua dignidade. Contudo, um destes participantes, acabou por mencionar que seis anos antes de ter sido despedido, integrou comunidade terapêutica para desintoxicação de drogas: *“Eu fui para Espanha em 96, tive a fazer uma cura de toxicodependência para não perder o emprego, nessa altura. Foi a última oportunidade que me deram na empresa”*, o que revela terem sido os consumos o principal fator, ainda que o próprio não reconheça. Outro participante assume ter sido o próprio a abandonar diferentes empregos, também por consumos, em particular o excesso de álcool. *“Trabalhei na XX, trabalhei numa empresa XX, também abandonei. () Pegava os trabalhos e abandonava.”*

De referir, que embora reconheçam que a inserção no mercado de trabalho é crucial para saírem da situação em que se encontram, alegam não reunir condições para o fazer, seja por questões de saúde, ausência de documentação ou mesmo por não exercerem uma profissão há muito tempo. A título ilustrativo transcreve-se o excerto de uma entrevista que evidência o afastamento do mercado de trabalho e condicionalismos por questões de saúde. *“Gostaria, não preciso de ter uma fonte mínima de rendimento () Eu já estou, um bocadinho () depende da minha capacitação”* (desabituação). Devido à doença que sofre *“não sai da cama antes das 8.30-9.00 h, também não vai prejudicar o horário...”*

A baixa escolaridade dos entrevistados integra-os em grupos profissionais menos qualificados, o que faz deles “mão-de-obra barata” com poucas possibilidades de inserção profissional.

Acresce o fato de exercerem trabalhos precários sem vínculo contratual, não lhes dá estabilidade e segurança em situações de desemprego, razão pela qual uma parte é beneficiária de RSI, que não obriga a carreira contributiva e outros recorrem à mendicidade como recurso informal.

Destaca-se também, que a maioria das entrevistas realizadas, ocorreram num bairro social onde existe elevada segregação e o recurso a formas informais de sobrevivência, nomeadamente a mendicidade.

Em termos habitacionais, a rua é a primeira opção que se apresenta quando são desalojados, a par da segurança que sentem por ser um local público, conforme descreve a Clara:

*“Há gente que se mete em casas que já não são habitadas... mas eu tinha medo! Tenho muito medo dessas coisas. Seja como for é estar a invadir propriedade alheia () Depois havia complicações lá dentro, lá vinha a policia, os moradores todos a queixarem-se, tenho medo () Depois o estar ali, sabem que eu estou sozinha, que estou ali, de socapa, aparece alguém entram por ali a dentro ...”*

A barraca é uma opção e característica de imigrantes dos PALOP, que emigra na procura de melhores condições de vida. Numa primeira fase, em geral recebem apoio de “patrícios” que já se encontram em Portugal e vivem em condições habitacionais de grande precariedade, sem infraestruturas e saneamentos, conforme descreve Francisco:

*“...A nossa família é pobre () é isso que a imigração faz às pessoas () todo o mundo pensa que viajar é a solução”, também ele veio desafiado por amigos “eu tenho uns conhecidos...foi eles que me convidou para ir (vir) () há mesmo muita gente em casa () Só os amigos que entram só por dia, só para estarem 1 dia, já não dava um lugar para lá estar. () Tinha muita gente na casa”.*



No presente estudo existem quatro indivíduos nestas condições, dos quais dois se encontram ilegais por falta de documentação, os outros obtiveram o título de residência há menos de um ano. Destaca-se um caso de um indivíduo que veio para Portugal ao abrigo dos acordos de Cooperação Internacional com os PALOP, encontrando-se neste momento sem qualquer cobertura e a viver em parcas condições. Situação frequente entre a população de imigrantes dos PALOP.

Em termos clínicos, do universo entrevistado observaram-se cinco situações com diagnóstico de patologia clínica, nomeadamente deficiência, esquizofrenia, doença bipolar, depressão e transtornos psíquicos.

No que se refere às patologias relacionadas com doença mental não são de fáceis de o próprio as aceitar.

Na maioria dos casos encontram-se associadas ao excesso de consumos, conforme já mencionado, ainda que pareça existir uma predisposição anterior à condição de sem-abrigo, a qual é agravada pelas condições de vida e persistência de consumos. A Clara com diagnóstico de esquizofrenia, há menos de um ano, descreve *“Foi-me diagnosticada esquizofrenia, mas eu não queria tratar-me, só queria sair e vir para a rua outra vez. () ... Eu acho que a minha doença já é antiga. () ... O meu irmão, mesmo quando eu estava XX, já me tinha dito que achava que eu tinha esquizofrenia. Mas eu nessa altura não aceitava nada. Eu falava muito sozinha e alto. () Começava a refilar e espernear () barafustava. () Já estava doente ...”*

Torna-se pertinente dizer que mesmo nos casos onde não existe um diagnóstico realizado, por vezes evidencia-se um discurso pouco real e descontextualizado como é o caso do Sr. Eduardo:

*“Há os que são residentes do lado de lá, e há os que são residentes deste. Os do lado de lá, são residentes de uma linha contínua, nós somos residentes de uma linha descontínua. Que a eternidade é a mesma. Se reparar os outros nunca saem de lá. É o corpo celestial, nunca saem de lá, nem os espíritos. Nós não. Nós entramos e saímos. Entramos – saímos. Entramos – saímos. Entramos – saímos, isto é uma linha descontínua. Por isso é que está lá escrito e o seu reino não terá fim.”*

No campo da toxicod dependência, apenas três indivíduos entrevistados afirmam não consumir álcool ou drogas, os restantes registam consumos. Entre estes, existem

dois sujeitos que não assumem a sua dependência, por consumirem “*drogas leves-haxixe*” que segundo eles não é droga.

Os restantes, assumindo serem consumidores, não reconhecem a dependência como causa da sua condição, ainda que relatarem: “*Era um heroinómano () você não tem paciência para fazer mais nada que não seja tirar consumos, para não ressacar...*” ou “*Exageradamente. Consumia álcool assim para desanuviar*”.

### **3.4.3. Dimensão institucional**

Relativamente à relação com as instituições a maioria considera que as instituições promovem um bom trabalho, e desempenham um papel importante nas suas vidas, principalmente quando os resultados são positivos, mostrando-se agradecidos. Aqueles cujos resultados não são visíveis, consideram não existir um bom atendimento e que este se limita ao assistencialismo.

Manifestam contudo, algum dessagrado quanto à escassez de locais de pernoita, alegando existirem poucos abrigos e os centros de acolhimento existentes serem demasiado fechados, não dando espaço à pessoa a organizar a sua vida conforme descreve a Clara:

*“Não há espaço para a gente organizar a vida cá fora, não dá mesmo. Não dá porque a gente não mexe em dinheiro, não temos dinheiro na mão é horrível, é tão ruim, tão ruim a gente ter que deixar de lidar com dinheiro. Mesmo que eu queira ir beber o café, não, aquela pessoa é que é responsável por aquele dinheirinho dos cafés, só quando aquela pessoa vai, só quando ela for é que eu vou porque ela já está incumbida de me pagar os cafés, de me levar ao café. Então vou com aquela pessoa, que me paga o café e depois a gente vem. E haver para um café é muito bom, porque não há para cafés todos os dias.*

*A única hipótese que há lá dentro é a gente tentar pedir o Rendimento Social de Inserção, para termos algum dinheiro nosso e gerirmos lá dentro. () Eles é que o guardam, mas também nos deixam gerir um bocadinho, é preciso comprar qualquer coisa, pessoal, se eu quiser fazer uma comprinha de uma peça de roupa também são capazes de deixar. Mas em princípio é usado para a comunidade.”*

Reclamam também o papel do assistente social mais interventivo junto do poder local, principalmente no que se refere ao alojamento, pelo facto de ser através deste profissional que podem manifestar as suas necessidades.

Em termos de perspetivas futuras a maioria tem consciência da frágil situação em que se encontra, estabelecendo como prioridade obter um rendimento, mesmo que seja o RSI, que lhes permita pagar o aluguer de um espaço para pernoitar.

Por fim, mencionar que um dos aspetos contemplados nesta dimensão é a cidadania. Assim e conforme demonstrado, a condição de sem-abrigo não comporta apenas um enfraquecimento do laço social, mas também uma redução dos direitos de cidadania política, que se configuram pela ausência de documentos que leva a situações ilegais, na contratualização de um rendimento mínimo (RSI), insuficiente para se autonomizarem e projetarem um futuro, mantendo-os dependentes de instituições e na procurar de meios alternativos de subsistência.

#### **3.4.4. Dimensão Simbólica**

A dimensão simbólica é de todas a mais difícil de traduzir. Porém pretende-se espelhar e objetivar as formas de sobrevivência, que advêm da rutura com a normatividade social.

Neste sentido e por tudo o que já foi descrito destacam-se as situações de crime contra a propriedade onde se inclui o roubo e invasão de propriedade alheia, a toxicodpendência, institucionalizações, situações de violência e conflito, bem como a própria condição de sem-abrigo, são indicadores de desqualificação social, estigmatização e exclusão. Situações que os participantes assumem e reconhecem não se integram nas normas sociais dominantes. A título exemplificativo, transcreve-se a parecer do Joaquim acerca do tráfico de droga:

*“...Se não há trabalho de uma maneira () tem que desenrascar de outra () eu não estou contra isso () é a única maneira () só que depois arcamos com as consequências em cima. () Tenho receio dessa parte. Se não fosse isso....”*

#### **3.5. Discussão de Resultados**

Face ao exposto conclui-se que em termos sociais, as relações que imperam são as que advêm de amizades momentâneas no meio que frequentam, habitualmente em espaços onde se vive à margem da normatividade, exercendo por isso uma influência

negativa. No que respeita a laços de filiação, verifica-se a ausência de família biológica, com a qual não se desenvolveu ou não existiu relação de afeto e que por sua vez se reflete nas relações que estabelecem ao longo da vida, que se revelaram voláteis e pouco consistentes.

Há também a considerar um fator de culturalização, sobretudo no que diz respeito a indivíduos dos PALOP, cuja cultura se distingue da ocidental e a sua integração se revela desajustada aos padrões da sociedade.

Este fluxo migratório surge associado a situações de pobreza em busca de novas oportunidades ou por questões de saúde ao abrigo dos acordos de Cooperação Internacional com os PALOP. Contudo, embora estejam descritas as responsabilidades de ambos os países, o certo é que se verifica o incumprimento dessas obrigações, sendo como que abandonados à sua sorte, sem qualquer apoio ou acompanhamento, ao nível de alojamento, alimentação e mesmo apoio clínico, acabando por recorrer a amigos e procurar trabalho, que os inibe de cumprir tratamentos e comparecer em consultas. Ainda assim, preferem ficar em Portugal devido à falta de condições no seu país (Henriques, 2012).

Em geral subsistem da agricultura e trabalhos precários, com ciclos de emprego-desemprego e alojam-se em barracas em zonas periféricas à cidade, bairros sociais degradados e marginalizados promovendo a “guetização” e comportamentos antissociais.

O desemprego, fator comum a todos os participantes, não se apresenta como a principal causa da condição mas sim como consequência. Ou seja, o afastamento do mercado de trabalho deve-se a situações de doença, toxicodependência e consequentemente da rutura com as normas sociais onde não impera a higiene e o cuidado pessoal.

Em termos de saúde, metade da população entrevistada tem diagnóstico clínico identificado. Se a estes juntarmos a toxicodependência, considerada doença crónica e recidivante<sup>18</sup>, cujas substâncias vêm descritas no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), podemos afirmar que 70 % da população em análise, tem problemas de saúde, considerando que apenas três indivíduos não registam consumos. A heroína é a droga mais consumida seguida do álcool.

---

<sup>18</sup> <http://recuperardasdependencias.blogs.sapo.pt/8353.html>

Neste sentido, os resultados evidenciam que os consumos e a saúde, surgem como a principal causa da condição de sem-abrigo, não sendo possível detetar qual deles se evidencia primeiro. Se por um lado as dependências acarretam consequências para a saúde, em particular no que se refere a demências, sabe-se também que determinados transtornos psíquicos levam ao abuso de estupefacientes, alguns deles mesmo, utilizados como terapêutica. Munõz & Vasquez (1998:13) ponderam existir uma predisposição nata ao indivíduo que o leva há condição de sem-abrigo, eu diria antes que essa predisposição poderá estar associada e advir de transtornos comportamentais. Contudo, percebe-se que a toxicodependência e a saúde caminham lado a lado.

Refere-se também que as consequências que advêm do consumo de substâncias e demências revelam-se um dos maiores obstáculos à inserção destas pessoas na vida social, não só pela instabilidade emocional que os avassala mas também pela duração dos tratamentos, cujos resultados não são imediatos e registarem retrocessos frequentes.

Em termos habitacionais, a rua apresenta-se como a primeira opção de alojamento aquando desalojados, não só por ser a mais imediata, mas também por lhes transmitir segurança ao ser um local público. Contudo, há a considerar a existência de indivíduos dos PALOP, cujo alojamento característico é a barraca, conforme já descrito.

No que se refere às instituições, todos os participantes registam uma relação de proximidade com instituições de cariz social em diferentes fases da vida, oscilando no momento entre a assistência e a infra assistência.

Esta oscilação deve-se, em parte há motivação que alguns participantes demonstram em integrar o mercado trabalho, ainda que na prática encontrem estratégias para o não concretizar, fase que Paugam (2003:80) identifica como uma assistência instalada. A infra assistência, segundo o autor, integra os indivíduos do tipo “marginais ou sem-abrigo” desprovidos de rendimentos, sejam estes provenientes de um emprego ou subsídios sociais (Idem: 35). Contudo, convém destacar que além dos indivíduos sem qualquer tipo de rendimento, os beneficiários de RSI recorrem também a outras formas de subsistência informal, perante o valor da prestação social que não lhes permite autonomizarem-se.

Perante o quadro de entrevistados procedeu-se à sua distinção em três categorias: os pontuais, que experimentaram a condição de sem-abrigo pela primeira vez, devido a acontecimentos inesperados, como divórcio, desemprego, etc., regressando depois à normalidade. Os temporários, que romperam com a normatividade e entraram na condição de sem-abrigo, ficando a sua integração sujeita à adesão do próprio e a

programas de reabilitação, cuja oferta é escassa e ineficiente. E por fim os crónicos, cuja reabilitação nunca será absoluta devido às sequelas da vida na rua.

A categoria “temporária” foi a que registou maior número de participantes, considerando por isso a necessidade de um esforço acrescido para promover a sua integração e capacitação.

Estes dados consolidam-se, quando comparados com os dados da análise quantitativa, onde se observa:

- Em ambas as amostras predomínio de uma população masculina, desempregada e em idade ativa para o trabalho.
- De nacionalidade portuguesa, seguida de indivíduos vindos de PALOP
- Solteira, maioritariamente isolada, cujas relações afetivas culminaram em separação ou divórcio e sem contacto com os descendentes. Evidenciando-se um acentuado enfraquecimento dos laços familiares
- As amigas revelam-se como a principal fonte de solidariedade e recurso informal
- A rua é a primeira opção quando desalojados.

Mencionar que o indicador que diverge se refere à saúde e consumos, que se apresenta significativamente mais baixo, que se deve conforme já mencionado, há falta de confiança existente nos primeiros atendimentos.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho surge na necessidade de compreender e aprofundar o mundo da pessoa que se encontra na condição de sem-abrigo, perceber a história que se esconde por detrás de cada um, em vez de julgar e tecer considerações quando nos cruzamos com estas pessoas, foi o impulso para a questão de partida.

O fenómeno remonta aos primórdios da civilização, aparecimento das estruturas sociais e respetivas desigualdades, que transportam para a pobreza e miséria um conjunto de indivíduos, que por diversas situações não se enquadram na estrutura social, assumindo designações de mendigos, vagabundos, vadios.

Num mundo globalizado e em constante mutação, com consequências socioeconómicas e culturais, surgem novas realidades e desafios dando lugar aos atuais sem-abrigos, fruto de crises económicas, desemprego e valores que os vulnerabilizam, exponenciando condições de pobreza e exclusão social.

O fenómeno ganha impacto quando observado como problema social e a segurança pública é posta em causa devido aos comportamentos desajustados que esta população adota.

Da revisão de literatura emerge o conceito de desafiliação, que consoante o autor, justifica o fenómeno sobre diferentes perspetivas. De forma sintética, para Castell a “*desafiliação*” corresponde a uma espiral de ruturas fruto da exclusão face ao mercado de trabalho. Paugam designa este processo como “*desqualificação social*”, mencionando ser um processo que se inicia com apoios sociais pontuais e culmina com uma relação infra-assitencial verificando-se dependência dos mesmos. Gaulejac & Léonetti enfatizam as *trajetórias de vida* do indivíduo, como principal causa deste processo, identificando quatro fases nas quais progressivamente se observa um agravamento da situação. Amaro (2004:99) designa este processo como “*encadeamento de infortúnios*” que passa por diversas ruturas, desde a família, a desestruturação, desemprego, entre outros, reconhecendo duas vias do mesmo ocorrer, seja por aproximação à normatividade ou por rutura com a normatividade.

Neste sentido e perante os resultados alcançados, parece fazer mais sentido explicar o processo de desafiliação através da trajetória de vida e dos incidentes críticos, embora as perspetivas de Castell e Paugam estejam presentes, como consequência ou resultado do processo. Ainda assim, esta explicação revela-se insuficiente se não for contextualizada e conjugada com outros fatores como o meio e ambientes vulneráveis,

doença e dependências, que potenciam a condição de sem-abrigo. Esta inter-relação é ainda explicativa da vulnerabilidade individual, que distingue uns indivíduos de chegarem há condição de sem-abrigo e outros não. Entende-se por incidentes críticos, todos os acontecimentos inesperados que ocorram num determinado período da vida de um indivíduo, como morte de um familiar, doença, gravidez, depressões, dependências (droga, álcool), prostituição, reclusão, entre outros que transportam consigo uma elevada carga emocional, capaz de desencadear situações de “choque” e crise.

É também preciso ressaltar o número elevado de pessoas vindas dos PALOP que vive em condições precárias e verdadeiramente degradantes, alojadas em comunidade e construções abarracas, com diferentes culturas e formas de subsistência, que não reconhecendo serem sem-abrigo, incluem a ETHOS.

Entre as principais causas da condição de sem-abrigo surge o enfraquecimento dos vínculos sociais, contrariamente ao desemprego que aparece mais como consequência da condição.

Desta forma, parece relevante invocar o conceito de família, que segundo a definição mais basililar reporta a um conjunto de pessoas unidas por um grau de parentesco e que formam um lar. Porém, no mundo atual não existe um modelo tipo de família, mas sim uma diversidade de famílias, com diferentes formas de inter-relação e que se distinguem entre si, sendo por isso uma dimensão a analisar, sabendo que é no seio familiar que ocorrem as primeiras experiências e aprendizagens que nos marcam para a vida.

Bourdieu explicava estas características através do seu conceito de “*habitus*”, que segundo ele corresponde “*há nossa*” identidade cultural, que advém de laços afetivos e conhecimentos adquiridos na 1ª infância e que dificilmente se modificam por se encontrarem enraizados ao nível do inconsciente.

Neste sentido, os vínculos relacionais e afetos estabelecidos, assumem um papel determinante, não só para a forma como esses infortúnios são experienciados mas também para a reintegração e reabilitação do indivíduo, considerando que uma família “organizada e estruturada” tem maior capacidade de apoio que uma família destruturada, ainda que a vontade de integração tenha de partir do próprio.

O culminar na condição de sem-abrigo, é vivido pelo próprio numa primeira instância com amargura e alento, mas há medida que o tempo se perpetua, vão-se adaptando há condição, ao meio e adquirindo novos hábitos e formas de vida, como se



tratasse de um sistema autopoiético ou conforme Agra (2008:101) designa “*por invenção de si*”.

Outro fator relevante é a saúde associada ao fenómeno de sem-abrigo, sobretudo no que se refere à saúde mental, cujo acesso há especialidade não é fácil, a par da ausência de respostas para os casos já diagnosticados, mantendo-se ainda o estigma existente.

Neste âmbito, seria interessante uma investigação que conciliasse a dimensão social e psiquiátrica, com a colaboração de clínicos, psicólogos e assistentes sociais em contexto hospitalar e ambulatório, que permitisse não só conjugar perspetivas de diferentes áreas mas também avaliar os impactos de uma intervenção multidisciplinar.

Parece-me ainda relevante invocar os conceitos de pobreza e exclusão social, que durante séculos foram os responsáveis pela condição de sem-abrigo, porém e não descartando esta hipótese, a sua presença é hoje inerente há condição como resultado do próprio processo.

Acresce referir que as entrevistas decorreram num ambiente bastante amigável, onde participantes revelaram prazer em contar as suas histórias e acima de tudo em terem alguém que os escutasse e se interessasse pela sua história.

Por fim mencionar que esta investigação, além do conhecimento sobre o processo de desafiliação, permitiu uma aproximação ao terreno e ao mundo de cada uma destas pessoas, que contribuiu para um novo olhar com mais respeito e dignidade, concluindo que por detrás de cada rosto, esconde-se uma história de infelicidade!

## BIBLIOGRAFIA

- Agra, Cândido, (2008). *Entre Droga e Crime, Atores, Espaços, Trajetórias*. Portugal, Casa das Letras
- Aldeia, João (2014), “De Cidadão a Sem Abrigo. O laço de cidadania no fenómeno dos sem-abrigo” *Interseções*, 16 (2) 229-244
- Adão e Silva, Pedro (1998), “O rendimento mínimo garantido e a nova questão social” *Sociedade e Trabalho*, 3, 34-49
- Amaro, Maria Inês (2004), “A Exclusão Social Juvenil em Portugal: pistas para reflexão”, *Intervenção social*, 30, 97-108
- Amaro, Maria Inês (2015). “A Dimensão Relacional do Fenómeno da Pobreza Contemporânea: Desafiliação, Laço Social e Vida Urbana” em Fernando (org.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal*. Contextos, Transformações e Estudos. Vila Nova de Famalicão. Editora Húmus
- Araújo, Patrícia, *et al* (2016), “O Método das Histórias de Vida na Investigação Qualitativa em Psicologia”, *Atas Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa*. *Investigación Cualitativa en Salud*, 2
- Bacqué, Marie-Hélène, Yves Sintomer (2002). “Affiliations et désaffiliations en banlieue. Réflexions à partir des exemples de Saint-Denis et d’Aubervilliers”, *Revue Française de Sociologie*, nº 42-2, 217-249
- Barreto, Elias Rato (2000). “Vinculação e Relações de Objeto dos Sem-Abrigo: Um estudo exploratório” no âmbito do Mestrado em Psicologia Legal, do ISPA Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/975/1/DM%2520BARR-E1.pdf>
- Bento, António, Elias Barreto (2002). *Sem-Amor Sem-Abrigo*. Climepsi Editores
- Botello, Nelson Arteaga (2008). “Vulnerabilidad y desafiliación social en la obra de Robert Castel”. *Sociológica*, 23, (68), 151-175. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305024673006>
- Bruto da Costa, Alfredo (1998), *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.
- Bruto da Costa, Alfredo; et al, (2012). *Um Olhar sobre a pobreza*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.

- Cachapa, Maria da Luz (2007) “Desemprego, Qualidade De Vida e Stresse Um Estudo na Região de Lisboa” realizada no âmbito do Mestrado em Comunicação e Saúde, Universidade Aberta, agosto de 2007 Disponível em: [http://mariadaluzcachapa.weebly.com/uploads/4/0/0/7/40070363/\\_\\_\\_tese1.pdf](http://mariadaluzcachapa.weebly.com/uploads/4/0/0/7/40070363/___tese1.pdf)
- Capucha, Luís, (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras. Celta Editora
- Capucha, Luís, (2015). “Conhecimento para a Ação: Avanços, Lacunas e Caminhos para o Estudo da Pobreza” em Fernando Diogo (org.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal*. Contextos, Transformações e Estudos. Vila Nova de Famalicão. Editora Húmus
- Capucha, Luís; et al “Vulnerabilidades à Exclusão Social” em Portugal 1995-2000: Perspectivas da Evolução Social. Oeiras, Celta Editora (2002). (215-251)
- Castro, Alexandra; et al (2010), *Os caminhos da pobreza: Perfis e Políticas sociais na cidade de Lisboa*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *CmykGloss Impressores, Lda*
- Clavel, Gilbert, (2004). “A Sociedade da Exclusão. Compreendê-la para dela sair” Porto. Porto Editora
- Doz Costa, Fernanda (2008), “Pobreza e Direitos Humanos: Da Mera Retórica às Obrigações Jurídicas – Um Estudo Crítico sobre Diferentes Modelos Conceituais”. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 9.
- Fernandes, Maria Manuela Dias. (2006) “Fechados no Silêncio”, no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta Porto
- Ferreira, Pedro Moura (1999). “Infracção e censura - representações e percursos da sociologia do desvio”. *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2-3.º), 635-667
- Flick, Uwe (2005). *Métodos Qualitativos na investigação Científica*. Monitor – Projectos e Edições, Lda
- Garcia, José Luís, et al (2000). *Estranhos. Juventude e dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*. Celta Editora
- Gato, Maria Assunção *et al* (2012) “Arte pública participada: O monumento à multiculturalidade no parque urbano do Fróis”, comunicação apresentada no VII Congresso português de Sociologia. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação
- Guerra, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa Qualitativa e análise de Conteúdo. Sentido e formas de uso*. Edição Princípia

- Henriques, Maria Adelina (2012), “A imigração PALOP em Portugal. O caso dos doentes evacuados”, *Saúde e Multiculturalidade* (online), 22 (53-62)
- Hespanha, Pedro (2008). “Políticas sociais: Novas abordagens, novos desafios”. *Revista Ciências Sociais*, 39 (1). Disponível em: <http://periodics.ufc.br/index.php/revcienso/article/view/517>)
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2005) *Estudo dos Sem-Abrigo*. Grafilinha, Lda
- Leal, Giuliana Franco (2004). “A noção de Exclusão Social em Debate: Aplicabilidade e implicações para a intervenção prática”, trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 20 e 24 setembro de 2004, Caxambú-Brasil
- Lúcio, José; et al, (2009). “Estratégias para Auxiliar os Sem-Abrigo na Cidade de Lisboa” Disponível em: [http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/mais\\_lisboa/documentos/PORTUGUES\\_HomelessFinal23setembro2009.pdf](http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/mais_lisboa/documentos/PORTUGUES_HomelessFinal23setembro2009.pdf)
- Martins, Ana Ferreira (2007). “As Sem-Abrigo De Lisboa” apresentação no âmbito de Tese de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais e Políticas (DCSP). Universidade Aberta (UA)
- Menezes, Filipa Lourenço (2012). *Percursos Sem Abrigo. Histórias das Ruas de Paris, Lisboa e Londres*. Editora Mundos Sociais
- Mozzicafreddo, Juan, (2000). *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Celta Editora. Oeiras
- Munõz, Juan José Pujadas (1992), *El método biográfico: El uso de las historias de vida en ciencias sociales* (Madrid), Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Munõz, Manuel e Carmelo Vázquez (1998), “Las personas sin hogar: aspectos psicosociales de la situación española”, *Intervención Psicosocial*, 7 (1), 7-26
- Nooe, Roger M. & David A. Patterson (2010), “The ecology of homelessness”. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 20(2), 105-152. doi: 10.1080/10911350903269757
- Oliveira, Mara; Reis, Carlos Nelson. (2007). “Conceitos e Premissas sobre a Pobreza: Um contraponto às argumentações de Amartya Sen” comunicação apresentada na III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Programa de pós graduação em Políticas Públicas

- Paugam, Serge. (2003). *A Desqualificação Social. Ensaio sobre a Nova Pobreza*. Porto. Porto Editora
- Pilar, Paula Catarina Perestrelo (2015). “Perceção de Saúde e Avaliação das Necessidades de Intervenção em População Sem-Abrigo Institucionalizada”, apresentação no âmbito da Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Porto
- Portes, Alejandro (2000). “Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33. Oeiras. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292000000200007](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007)
- Portugal, Silvia, (2007) “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica”. *Oficina do CES*, 271
- Quintas, Sílvia Maria Monteiro (2010). “A Perceção De Técnicos E Indivíduos “Sem-Abrigo”: Histórias ocultas de uma realidade no Porto”. Apresentação no âmbito de Dissertação de Mestrado Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Ramalho, Vanda. (2011). “Desafiliação Social: Ambiguidades e Multirealidades na Contemporaneidade”, *Intervenção Social*, Lisboa, (37)
- Rodrigues, Eduardo Vitor; et al (1999) “A pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, (09), 63-101
- Rodrigues, Eduardo Vitor, (2000). “O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social: Considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português”. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 10. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8982?locale=pt>
- Rodrigues, E.V. (2010), “O Estado e as políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção” *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 191-230.
- Rosa, Vânia sofia Lopes Martins (2012). “Laços Sociais e Capital Social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo”. Apresentação no âmbito da Dissertação de Mestrado em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra

## ANEXOS

### Anexo 1 – Ethos Tipologia Europeia de Exclusão relacionada com Habitação

#### ETHOS Tipologia europeia de Exclusão relacionada com Habitação

Categoria conceptual		Categoria Operacional		Definição geral
SEM ABRIGO	1	Pessoas que vivem na rua	1.1	Dormir na rua (sem acesso a alojamento de emergência) / Sem Abrigo
	2	Pessoas em alojamento de emergência	2.1	Alojamento de emergência
SEM ALOJAMENTO	3	Pessoas em lares de alojamento, para pessoas sem domicílio	3.1	Lar de alojamento em fase de inserção
			3.2	Alojamento provisório
	4	Pessoas em lar de alojamento para mulheres	4.1	Lar de alojamento para mulheres
	5	Pessoas em alojamento para imigrantes	5.1	Alojamento provisório/ Centro de Acolhimento (requerentes de asilo)
			5.2	Lar para trabalhadores migrantes
	6	Pessoas que saíram de instituições	6.1	Instituição penal
			6.2	Instituição médica
7	Beneficiários de um acompanhamento em alojamento	7.1	Instituição de cuidados destinada às pessoas sem domicílio	
		7.2	Alojamento acompanhado	
		7.3	Alojamento de transição acompanhado	
		7.4	Alojamento assistido	
HABITAÇÃO PRECÁRIA	8	Pessoas em habitação precária	8.1	Provisoriamente alojado pela família ou amigos
			8.2	Sem arrendamento (sob)location
			8.3	Ocupação ilegal de uma construção
			8.4	Ocupação ilegal de um terreno
9	Pessoas à beira de despejo	9.1	Aplicação de uma decisão de expulsão (aluguer)	
		9.2	Pareceres de apreensão (propriedade)	
10	Pessoas vítimas de violência doméstica	10.1	Incidentes registados pela polícia ligada à violências domésticas	
HABITAÇÃO INADEQUADA	11	Pessoas que vivem em estruturas provisórias e não se adequam às normas sociais	11.1	Habitação móvel/caravana
			11.2	Construção não conforme com as normas
			11.3	Estrutura provisória
12	Pessoas em alojamento indigno	12.1	Habitação (ocupado) declarada inabitável em conformidade com a legislação nacional	
13	Pessoas vivem em condições de sobrepopulação severa	13.1	Normas nacionais mais severas	



**FEANTSA**

European Federation of National Associations Working with the Homeless AISBL

Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Logi AISBL

104 Chaussée de Louvain • 1210 Brussels • Belgium • Tel.: +32 2 538 66 60 • Fax: +32 2 530 41 74 • office@feantsa.org • www.feantsa.org

## Anexo 2 - Requisitos Operacionais do Conceito de Sem-Abrigo

### REQUISITOS OPERACIONAIS DO CONCEITO DE PESSOA SEM-ABRIGO

No sentido de clarificar alguns dos termos utilizados neste conceito, e facilitar a sua aplicação, indicam-se alguns requisitos operacionais do mesmo:

1. Para além da questão da nacionalidade pode colocar-se a questão da **regularização da situação no país de cidadãos estrangeiros**. Para efeitos de enquadramento neste conceito, devem ser incluídas todas as situações de estrangeiros que correspondam a todas as outras condições, independentemente da situação de regularização em que se encontrem no país (situação irregular, visto de curta duração; autorização de residência temporária ou permanente<sup>17</sup>).

#### 2. Sem tecto:

- **Espaço público** – espaços de utilização pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamentos, passeios, viadutos, pontes ou outros;
- **Abrigo de emergência** – qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita;
- **Local precário** – local que, devido às condições em que se encontra permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casas abandonadas ou outros.

#### 3. Sem casa:

- **Alojamento temporário** – Equipamento que acolha pessoas que, não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção. Corresponde à resposta social da nomenclatura da Segurança Social, designada por “Centro de Alojamento Temporário: *“resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.”*

<sup>17</sup> A autorização de residência é um documento que é emitido sob a forma de um título de residência e que permite aos cidadãos estrangeiros residir em Portugal durante um certo período de tempo ou por tempo indeterminado. A actual lei considera residente legal o cidadão estrangeiro habilitado com título de residência em Portugal, de validade igual ou superior a um ano ([www.acidl.gov.pt](http://www.acidl.gov.pt))



Não se incluem neste tipo de alojamento, os equipamentos que constituem respostas específicas para determinadas problemáticas, tais como:

#### INFÂNCIA E JUVENTUDE:

- Lar de Apoio (guião técnico DGSS);
- Centro de Acolhimento Temporário para Infância e Juventude (Lei n.º147/99 de 1 de Setembro; Guião técnico aprovado por Despacho do SEIS, e 29/11/96);
- Lar de Infância e Juventude (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro; Decreto-Lei n.º2/86, de 2 de Janeiro; Guião técnico aprovado por despacho do SEIS, de 29/11/96);
- Apartamento de Autonomização (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro; Decreto-Lei n.º2/86, de 2 de Janeiro);

#### PESSOAS IDOSAS

- Centro de Noite (Orientação técnica, circular n.º12, de 25/06/04;guião técnico aprovado por despacho de 19 de Maio de 2004, do MSST);
- Residência
- Lar de Idosos (Despacho Normativo n.º12/98, de 25 de Fevereiro; Despacho n.º 9400/2001 do SESS, de 11 de Abril; Despacho n.º 7837/2002, de 16 de Abril; Despacho do MESS de 3/08/93;guião técnico aprovado por despacho do SEIS, de 29/11/96;orientação técnica, circular n.º 11, de 24/06/04);

#### PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

- Lar Residencial;

#### PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

- Unidade de Vida Protegida (Despacho conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio);
- Unidade de Vida Autónoma (Despacho conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio);
- Unidade de Vida Apoiada (Despacho conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio);
- Unidades de Longa Duração e manutenção (Decreto-Lei n.º 101/2006 de 22 de Maio)

#### FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL

- Centro de Apoio à Vida (Portaria n.º446/2004, de 30 de Abril; Orientação Técnica, Circular n.º14 de 25/06/04, guião técnico aprovado por despacho de 19 de Maio do MSST);
- Comunidade de Inserção (Orientação Técnica, Circular n.º13 de 25/06/04, guião técnico aprovado por despacho de 19 de Maio do MSST);



PESSOAS INFECTADAS PELO VIH/SIDA

- Residência para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA

PESSOAS TOXICODEPENDENTES<sup>18</sup>

- Apartamento de Reinserção Social (Lei n.º 17/98, de 21 de Abril; Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março; Despacho conjunto n.º 363/99, de 29 de Abril);
- Comunidades Terapêuticas;
- Centro de Acolhimento;
- Centro de Abrigo;

PESSOAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

- Casa Abrigo (Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto; Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro; Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 25 de Janeiro).

---

<sup>18</sup> Ver nota de rodapé nº12

### Anexo 3 – Modelo Intervenção e Acompanhamento

Diagrama 1-MODELO DE INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO

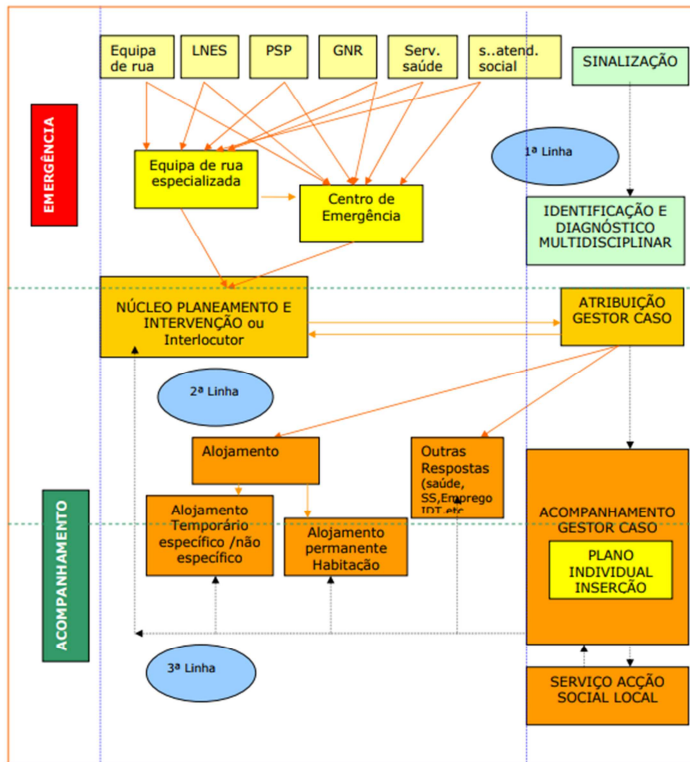
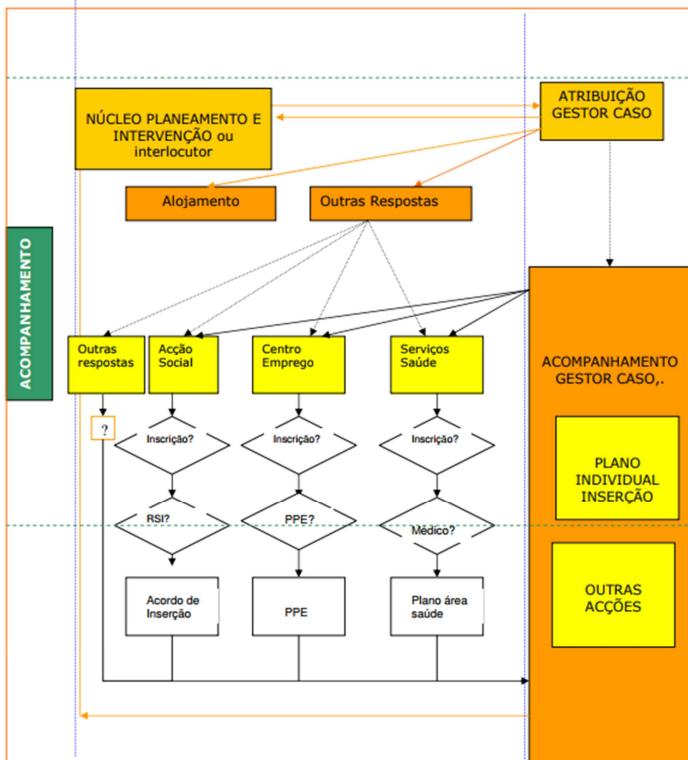


Diagrama 2 MODELO DE INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO – articulação gestor de caso com emprego, saúde e acção social e outras respostas



## **Anexo 4 – Guião Entrevista**

### **I - Caracterização sociodemográfica**

Nome

Idade

Género

Habilitações literárias

Possui documentação (está legal)?

Estado civil

Filhos

Existência de Sem-Abrigo na família (filhos, pais )

### **II - Dimensão sociocultural**

- 1) Fale um pouco da sua infância? (Pais, irmãos, residência, local)
- 2) Na escola, estudou até..... (mencionado acima)? Gostava de ir à escola? Fez amizades?
- 3) Fale do seu percurso profissional? Trabalhou? Em que áreas?
- 4) Como chegou à condição de sem-abrigo? Foi uma opção sua ou houve outros fatores que o(a) conduziram a essa situação, (como alcoolismo, drogas, precariedade de emprego, problemas familiares/ rutura, saúde ou outros)
- 5) Que recordações têm do seu primeiro dia/noite na rua?
- 6) Depois de sair para a rua, houve alguma tentativa de regresso ao lar?
- 7) Mantém algum tipo de contacto com os seus familiares e/ou amigos antigos? Que tipo de relação mantém com eles?
- 8) Onde dorme habitualmente?

- 9) Como se alimenta? Onde faz a sua higiene?
- 10) Tem algum rendimento? Recebe o RSI?
- 11) Sente-se sozinho(a)? Como combate os momentos de solidão o que faz com regularidade no seu dia-a-dia para se manter ocupado?
- 12) Como são passados os seus dias festivos, como por exemplo o Natal, a Pascoa, aniversário?
- 13) Alteraria o rumo da sua vida?

### **III - Dimensão Institucional**

- 14) Tem alguma instituição que o apoie? Que tipo de apoio?

## **Anexo 5 – Consentimento Informado**

### **Investigação de Mestrado “O Processo de Desafiliação no Sem-Abrigo”**

**Mestranda: Cristina Afonso**

**Orientadora: Prof. Dra. Inês Amaro**

#### CONSENTIMENTO

Estamos a solicitar a sua participação num estudo que tem como objetivo perceber o percurso da pessoa que chega à condição de sem-abrigo.

Para isso solicitamos a sua participação numa entrevista sobre a sua história de vida, mais concretamente, que nos fale da sua história antes de chegar à condição de sem-abrigo e como vivência ou vivenciou esse modo de vida (i.e. como foi a sua infância, a escola, o relacionamento com a família, como rompeu com estas estruturas e como vive ou viveu durante esse tempo).

Esta participação será voluntária, pelo que poderá interromper a entrevista a qualquer momento. Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável proceder à gravação áudio desta entrevista, podendo esta ser interrompida a qualquer momento, se assim o desejar.

Tudo o que disser será estritamente confidencial, pois os resultados serão codificados.

Gostaríamos de saber se aceita participar nesta entrevista e se autoriza a gravação da mesma.

Data: \_/\_/\_

Assinatura do Investigador

Assinatura do participante

---

---

## Anexo 6 – Síntese Entrevistas

Dimensão	Ojectivo	Entrevista 1 Sr. Eduardo	Entrevista D. Clara
Síntese		Homem de 70 anos, isolado, com três casamentos que resultaram em divórcio. Da última relação existe um filho com o qual não mantém contacto. Sem rede familiar. Foi desalojado por incumprimento no pagamento. Viveu 8 meses em carro próprio	Mulher com 43 anos, isolada, com uma filha com quem não tem contacto, criada pela irmã cujo contacto é telefónico e reduzido. Tem ainda outro irmão mais novo, com quem se vai relacionando, porém este irmão tem problemas com drogas estando temporadas ausente.
Dimensão social (Capital, Redes Sociais)	Família Biológica	Pais falecidos. Má relação com a mãe, identificava-se com o pai.	Tem dois irmãos, com quem se relaciona muito pontualmente. Por influência do irmão mais novo ingressou na toxicod dependência e a irmã mais velha é tutora da filha que lhe foi retirada. Pais já faleceram.
	Família Constituída	Três casamentos que culminaram em divórcio. Um filho do último casamento com o qual não tem contacto.	Uma filha.
	Amigos	Poucos amigos com quem não existe partilha (ocasionais). Denota algum interesse na aproximação com as pessoas	Não fala em ter tido amigos. Desenvolveu laços com instituição social e relaciona-se com outros utentes. Pernoita em casa de um utente.
Dimensão Económica	Habilitações Académicas	Frequência de várias licenciaturas em diferentes áreas sem conclusão.	12ª A
	Percurso Profissional	Trabalhou em seguros, comunicação, rádio...	Trabalhou em Limpezas e foi Copeira.
	Recursos	Reformado muito cedo com 46 anos. Recebe aproximadamente 600€, dos quais dá 150 € de pensão de alimentos há ex-mulher. Desorganização financeira	Enquanto trabalhou tinha baixos rendimentos. Atualmente é beneficiária de RSI, pese embora esteja cancelado por falta de renovação.
	Habituação	8 meses a pernoitar num carro; atualmente em casa alugada	8 anos a viver na rua; centros de acolhimento temporário; hospital; actualmente a pernoitar em quarto cedido
	Saúde		Esquizofrenia;
	Toxicod dependência	Não refere	Heroína
Dimensão Institucional	Apoios Sociais Nacionalidade Cidadania	Apoio de diversas instituições para serviços de higiene e alimentação.	Diversas instituições para apoio alimentar, higiene; Esteve institucionalizada. Recorreu à instituição por vontade própria inicialmente para utilização de serviços e posteriormente desenvolvido laço afetivo
Dimensão Simbólica	Desqualificação Estigmatização Auto-Exclusão		Roubo; Invasão propriedade privada
Incidentes Críticos	Perda Familiares Divórcio Delinquência Desemprego Saúde	3 divórcios Reforma Precoce. Baixo rendimento Falecimento pais; Desalojamento Desorganização financeira	Morte do Pai; Toxicod dependência; Gravidez inesperada consequência da droga CPCJ retira-lhe a filha Perda de Habitação Rua Esquizofrenia Violação Internamento Compulsivo
Desorganização Vida	Comportamentos Antisociais	Desapego quanto há condição habitacional Hostil Discurso Surreal e por vezes contraditório. Sem diagnóstico de patologias	Crime contra propriedade; Ocupação de casa alheia Comportamento agressivo Distúrbios psicóticos
Perspetivas Futuras			Atribuição de casa Camararia; Reatar relação com a filha; Encontrar trabalho

Dimensão	Ojectivo	Entrevista 3 Sr. Rui	Entrevista 4 Sr. Joaquim
<b>Síntese</b>		Homem com 51 anos, sem rede familiar. Um filho com quem não tem contacto.	Homem Cabo Verde, com 30 anos. Família Desestruturada. Pai alcohólico e violento, com várias companheiras de quem tem filhos. Mãe em Cabo Verde; Irmãos em Cabo Verde e em Portugal em instituições.
<b>Dimensão social (Capital, Redes Sociais)</b>	<b>Família Biológica</b>	Pais falecidos	Veio para Portugal, com o pai aos 18 meses devido a acidente. Foi entregue a uma mãe que o criou. Foi vítima de maus tratos por parte do pai. Mãe e irmãos em CV. Pai em Portugal e 2 irmãos institucionalizados.
	<b>Família Constituída</b>	Separação; 1 filho com quem não tem contacto	
	<b>Amigos</b>	Tem alguns amigos que o apoiam, nomeadamente em géneros alimentares	Amigos dão-lhe apoio. Amizades negativas
<b>Dimensão Económica</b>	<b>Habilitações Académicas</b>	7º A	9º A; Formação Padaria,
	<b>Percurso Profissional</b>	Instalação de Ar condicionado; Construção Civil; Imigrante	Padaria; Construção civil
	<b>Recursos</b>	Últimos trabalhos sem contrato. RSI	Sem qualquer rendimento. Apoios informais
	<b>Habituação</b>	Garagem; Rua; Quarto alugado	Casa sem água; Luz não puxadas; sem condição habitacional
	<b>Saúde</b>		Deficiência; Epilepsia; Sem apoio clínico
	<b>Toxicod dependência</b>	Não refere	Drogas leves - Haxixe
<b>Dimensão Institucional</b>	<b>Apoios Sociais Nacionalidade Cidadania</b>	Solidariedade Apoio em várias instituições	Institucionalizado; Vive da solidariedade e apoio de instituições. Sem documentos - Ilegal
<b>Dimensão Simbólica</b>	<b>Desqualificação Estigmatização Auto-Exclusão</b>		Trafego
<b>Incidentes Críticos</b>	<b>Perda Familiares Divórcio Delinquência Desemprego Saúde</b>	Separação; Desemprego; Morte dos pais	Acidente aos 18 meses; Veio para Portugal abrigo do protocolo de saúde com PALOPS. Imigrante Deficiência motora; Epilepsia Vítima de maus tratos do pai Institucionalizado até 26 anos Sem documentos Drogas leves - Haxixe, Alcool
<b>Desorganização Vida</b>	<b>Comportamentos Antisociais</b>		Pensamentos suicidas; Contacto com traficantes; Pondera traficar
<b>Perspetivas Futuras</b>		Voltar a trabalhar	Perspetiva começar a traficar ou apoiar rede para arranjar dinheiro

Dimensão	Ojectivo	Entrevista 5 Sr. Paulo	Entrevista 6 D. Lina
<b>Síntese</b>		Homem com 60 anos, imigrou para Portugal há 40 anos. Viviam no asilo 28 maio onde perdeu dois filhos numa enxurrada. A mulher abandonou a família. Tem duas irmãs, 1 Cabo Verde e outra EUA.	Mulher de 47 anos, totalmente isolada, a residir em casa destruída devido a incêndio, desconhecendo-se se terá sido a própria a provocar. Tem pensamento desordenado e confuso, vive alienada da realidade e não se assume como sem-abrigo.
<b>Dimensão social (Capital, Redes Sociais)</b>	<b>Família Biológica</b>	Isolado em Portugal. Uma irmã CV e outra EUA	Pai doente-internado; Irmão Morreu
	<b>Família Constituída</b>	Mulher deixou-o Perdeu 2 filhos.	Divorciada
	<b>Amigos</b>	Fala em amigos que vivem na mesma condição	
<b>Dimensão Económica</b>	<b>Habilitações Académicas</b>		12º A
	<b>Percurso Profissional</b>	Construção civil	Limpezas e comércio
	<b>Recursos</b>	Biscates	RSI (Cancelado por falta de renovação). Mendicidade
	<b>Habitação</b>	Barraca	Casa degradada (destruída)
	<b>Saúde</b>		Distúrbios; Psicoses; Depressões
	<b>Toxicod dependência</b>	Não refere	Heroína
<b>Dimensão Institucional</b>	<b>Apoios Sociais Nacionalidade Cidadania</b>	Apoio de instituições	Apoio de instituições
<b>Dimensão Simbólica</b>	<b>Desqualificação Estigmatização Auto-Exclusão</b>		Não reconhece condição SA
<b>Incidentes Críticos</b>	<b>Perda Familiares Divórcio Delinquência Desemprego Saúde</b>	Imigrante Abandono da companheira Morte dos filhos Barraca Ausência de Documentos	Abandono da mãe; Heroína Divórcio Antidepressivos Toxicod dependência Depressões - Psicoses
<b>Desorganização Vida</b>	<b>Comportamentos Antissociais</b>		Transtornos Psíquicos; Aleada da realidade; Conflituosa
<b>Perspetivas Futuras</b>		Obteve T.Residência recentemente, espera poder usufruir de RSI	



Dimensão	Ojectivo	Entrevista 7 Sr. António	Entrevista 8 Sr. Francisco
<b>Sintese</b>		Homem com 50 anos totalmente isolado. Ao longo do dia tem momentos de agressividade e outros de grande emoção, chorando com facilidade.	Homem com 37 anos, Cabo Verde; isolado, em situação ilegal
<b>Dimensão social (Capital, Redes Sociais)</b>	<b>Familia Biologica</b>	Fais falecidos; dois filhos sem contacto	Pai faleceu; Mãe e irmã em França. Dois filhos em CV
	<b>Familia Constituida</b>	Separado	
	<b>Amigos</b>	Amigos de rua	Conhecidos
<b>Dimensão Economica</b>	<b>Habilitações Académicas</b>		4º A
	<b>Percurso Profissional</b>	Construção civil, Pesca bacalhau; Carroéis	Mecanico
	<b>Recursos</b>	RSI (Cancelado por falta de renovação). Mendicidade	Biscates;
	<b>Habitação</b>	Rua	Barraca
	<b>Saude</b>	Eczemas, dermatites, doenças cardiovasculares; tremor constante; falta de equilibrio; fala arrastada e pouco compreensiva. "Capado"	
	<b>Toxicodependência</b>	Alcool	Drogas leves - Haxixe
<b>Dimensão Institucional</b>	<b>Apoios Sociais Nacionalidade Cidadania</b>	Apoio de instituições	Apoio de instituições
<b>Dimensão Simbólica</b>	<b>Desqualificação Estigmatização Auto-Exclusão</b>		Assume Pobreza
<b>Incidentes Criticos</b>	<b>Perda Familiares Divórcio Delinquência Desemprego Saúde</b>	Rutura familiar Fracos recursos Mendicidade Alcool Equizemas, dermatites, doenças cardiovasculares; tremor constante; falta de equilibrio; fala arrastada e pouco compreensiva. "Capado"	Imigrante Pobreza geracional Ausência de trabalho Ausência familia Portugal
<b>Desorganização Vida</b>	<b>Comportamentos Antisociais</b>	Destruturado; Alcolismo crónico; Alheado da realidade	
<b>Perspetivas Futuras</b>			Construir oficina de automoveis

Dimensão	Ojectivo	Entrevista 9 Sr. Manuel	Entrevista 10 Sr. Vitor
<b>Síntese</b>		Homem com 47 anos, isolado, sem qualquer suporte familiar. Vive há 13 anos na rua. Faz programa de metadona. Viveu este tempo sem qualquer documento.	homem de 50 anos, de S. Tomé Príncipe, isolado. Teve duas companheiras, dois filhos, mas não tem contactos com estes. Está em Portugal há 28 anos. Tem doença bipolar.
<b>Dimensão social (Capital, Redes Sociais)</b>	<b>Família Biológica</b>	Família destruída Criado pela avó que já faleceu 1 irmão com quem não tem contacto	Isolado. Dois filhos com quem não tem contacto
	<b>Família Constituída</b>		
	<b>Amigos</b>		Amigos com quem partilha barraca
<b>Dimensão Económica</b>	<b>Habilitações Académicas</b>	9º A	9º Ano
	<b>Percurso Profissional</b>	Seguros	Funcionário Embaixada
	<b>Recursos</b>	Mendicidade	Biscates Mendicidade
	<b>Habitação</b>	Rua	Barraca
	<b>Saúde</b>		Doença Bipolar; Depressões
	<b>Toxicoddependência</b>	Heroína	Alcool
<b>Dimensão Institucional</b>	<b>Apoios Sociais Nacionalidade Cidadania</b>	Apoio de diversas instituições; Carrinhas em Lisboa	Apoio de instituições; Documentos apenas há 6 meses.
<b>Dimensão Simbólica</b>	<b>Desqualificação Estigmatização Auto-Exclusão</b>		
<b>Incidentes Críticos</b>	<b>Perda Familiares Divórcio Delinquência Desemprego Saúde</b>	Separação Pais Morte da Avo Toxicoddependencia Desemprego Heroína Metadona	Imigrante Doença Bipolar Alcool Indocumentado - ilegal Rutura familiar
<b>Desorganização Vida</b>	<b>Comportamentos Antisociais</b>	Crime contra propriedade	Alcolismo; Alheado; Isolado;
<b>Perspetivas Futuras</b>		Reconhece a vulnerabilidade da situação; Prioridade sair da rua	Obter RSI

## Anexo 7 – Curriculum Vitae

# Europass Curriculum vitae

### Informação pessoal



<b>Apelido(s) - Nome(s)</b>	Cristina Mendes Afonso	
<b>Morada(s)</b>	Rua Justino Montalvão nº 10 – Palhais – 2825 Charneca Caparica – Portugal	
<b>Telefone</b>	Casa: 21 297 26 30	Tlm.: 93 641 37 76
<b>Correio eletrónico</b>	<a href="mailto:c.mendesafonso@gmail.com">c.mendesafonso@gmail.com</a>	
<b>Nacionalidade</b>	Portuguesa	
<b>Data de Nascimento</b>	02- 07- 1963	
<b>Sexo</b>	Feminino	

### Experiência Profissional

<b>Datas</b>	Abril 2016 - Abril 2017
<b>Função ou cargo ocupado</b>	Assistente Social
<b>Principais atividades e responsabilidades</b>	Atendimentos sociais, Visitas domiciliárias, Organização de processos, articulação com outras entidades
<b>Nome e endereço do empregador</b>	AMI, Centro Porta Amiga de Almada
<b>Datas</b>	Agosto 2015- Abril 2016
<b>Função ou cargo ocupado</b>	Estágio Profissional Assistente Social, AMI, Centro Porta Amiga de Almada
<b>Principais atividades e responsabilidades</b>	Atendimentos sociais, Visitas domiciliárias, Organização de processos, articulação com outras entidades
<b>Nome e endereço do empregador</b>	AMI, Centro Porta Amiga de Almada

<b>Datas</b>	1983-2011
<b>Função ou cargo ocupado</b>	Técnica Administrativa
<b>Principais atividades e responsabilidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço administrativo: Correspondência, arquivo, telefone, agendas.</li> <li>• Participação em reuniões científicas; Apoio na compilação de documentação técnica/científica, elaboração de dossiers para submissão de novos processos de Autorização de Introdução no Mercado de Medicamentos (AIM) e respetivo acompanhamento nas diversas fases processuais, junto das autoridades competentes. Manutenção regulamentar e burocrática de medicamentos, dispositivos médicos, suplementos alimentares e Produtos Cosméticos de Higiene Corporal (PCHC). Colaboração em processos de Preços, Comparticipações de MSRM e MNSRM. Marcas e patentes</li> </ul>
<b>Nome e endereço do empregador</b>	Angelini Farmacêutica, Lda
<b>Tipo de empresa ou sector</b>	Industria Farmacêutica
<b><u>Formação Académica</u></b>	
<b>Datas</b>	Junho 2016
<b>Designação do certificado ou diploma atribuído</b>	1º ano de Mestrado em Serviço Social (Pós-graduação em Serviço Social)
<b>Nome e tipo da organização de</b>	ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
<b>Datas</b>	2012-2015
<b>Designação do certificado ou diploma atribuído</b>	Licenciatura em Serviço Social
<b>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</b>	ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
<b><u>Aptidões e competências pessoais</u></b>	

Língua Materna Português

Outras Línguas

	Compreender		Falar		Escrever
	Oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
Francês	B1	B1	A2	A2	A2
Inglês	B1	B1	A2	A2	A2
Espanhol	B1	B1	B1	B1	B1

**Aptidões e competências**

**sociais**

- Espírito de equipa
- Capacidade de adaptação em ambientes multiculturais
- Voluntariado: Associação Rumo ao Futuro  
AMI - Porta Amiga de Almada

**Aptidões e competências**

**Organização**

- Capacidade de planeamento e organização; Sentido de responsabilidade;
- Dinâmica e empenhada; Capacidade de comunicação e aprendizagem

**Aptidões e competências**

**Informáticas**

- Informática na óptica do utilizador
- MS Office

**Carta de Condução**

**Formação Profissional**

- Carta de condução, Categoria B
- Gestão de Conflitos
- Ação formação Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da compreensão à intervenção
- Formação de Espanhol (IEFP)
- Formação Tecnológica: Processador de texto; folha de cálculo; Apresentações gráficas; Base de dados Access (IEFP)
- Formação em sensibilização ao Plano de emergência Interno.
- (Esumédica – Prestação de cuidados Médicos, S.A.)
- EN-0000 UpGrade office 2007 – Word, Excel e PowerPoint
- (CapEduc – Consultoria e Formação)

- Upper Waystage 3 - (Wall Street)
- English for Business 2 - (Wall Street)
- Utilização Avançada de Microsoft Access XP - (Rumos)